

DU

REVISTA DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIATENEU

OS PROCESSOS DE
TERRITORIALIZAÇÃO FLEXÍVEL
E DESCONTÍNUO NA
CIDADE DE FORTALEZA - CE

ANAIS DA I SEARA



TÍTULO: OS PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO FLEXÍVEL E DESCONTÍNUO NA CIDADE DE FORTALEZA – CE/ ANAIS DA I SEARA

EDITOR(A) CHEFE:

Prof. Dr. Arqto. & Urb. Frederico Augusto Nunes de Macêdo Costa

REITOR(A) DO CENTRO UNIVERSITÁRIO ATENEU – UNIATENEU

Prof. Dr. Cláudio Ferreira Bastos

PRÓ-REITOR(A) RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Prof. Dr. Claudio Rabelo Bastos

PRÓ-REITOR(A) FINANCEIRO(A)

Prof. Dr. Rafael Rabelo Bastos

PRÓ – REITOR(A) ACADÊMICO(A)

Profa. Dr. Herbert Gomes Martins

COORDENADOR(A) GERAL DOS CURSOS

Profa. MsC. Mirele Cavalcante da Silva

COORDENADOR(A) PEDAGÓGICO(A) DE ENSINO

Profa. Dra. Andrea Cristina da Silva Benevides

COORDENADOR(A) DE PESQUISA

Prof. Dr. Carlos André de Moura Arruda

COMITÊ DE ÉTICA

Prof. Dr. Arqto. & Urb. Frederico Augusto Nunes de Macêdo Costa

Prof. Dr. Carlos André de Moura Arruda

PROJETO E DESIGN GRÁFICO

Klebson Alberto Queiroz de Oliveira

FOTOGRAFIA CAPA:

Prof. Dr. Arqto. & Urb. Frederico Augusto Nunes de Macêdo Costa

CONSELHO EDITORIAL:

Prof. Dr. Arqto. & Urb. Raphael Pires de Souza (Faculdade Ari de Sá)

Prof. Dr. Arqto. & Urb. Napoleão Ferreira da Silva Neto (Faculdade Ari de Sá)

Prof. Dr. José Meneleu Neto (Universidade Estadual do Ceará – UECE)

Prof. Dr. Wagner Vinícios Amorim (Universidade Estadual do Ceará – UECE)

Prof. Dr. George Henrique de Moura Cunha (Centro Universitário Alves de Faria – UNIALFA)

Profa. Dra. Herica Landi de Brito (Centro Universitário Alves de Faria – UNIALFA)

COMITÊ EDITORIAL:

Prof. Dra. Maria Esrtela Aparecida Giro (Centro Universitário Ateneu – UNIATENEU)

Prof. Dr. Carlos André de Sousa Arruda (Centro Universitário Ateneu – UNIATENEU)

Profa. MsC. Arqto. & Urb. Beatriz Alcântara Castelo (Centro Universitário Ateneu – UNIATENEU)

Profa. Esp. José Roberto Moreira de Barros (Centro Universitário Ateneu – UNIATENEU)

ENDEREÇO PARA CONTATO:

Rua Manoel Arruda 70

Messejana CEP: 60.863-315

Fone: (85) 3033-7013

E-MAIL:

derivasurbanas.revistaau@uniateneu.edu.br

INSTAGRAM:

@derivasurb

FACEBOOK:

REVISTA DERIVAS URBANAS



EDITORIAL

A revista DERIVAS URBANAS tem como objetivo publicar artigos científicos voltados para atividade acadêmica, com foco na formação de pesquisadores e docentes de arquitetura e urbanismo. Estimular o senso crítico de seus colaboradores ao solicitar nos artigos submetidos, temáticas pertinentes as diversas expertises que são atribuídas ao profissional de arquitetura e urbanismo, seja ele um profissional prático ou um teórico conceitual. Abordar a arquitetura e o urbanismo sob uma ótica multifacetada e interdisciplinar, elencando e destacando questões através de seus artigos científicos que, de forma incontestável, ultrapassarão os limites das configurações físico-espaciais, das morfologias literais, dos estudos de volumetrias e de massas, dos partidos arquitetônicos e do desenho urbano e procurará também, através de um viés multidisciplinar, analisar os processos de produção do espaço urbano e suas dinâmicas sócio-espaciais, as escalas, as territorializações, as centralidades dos seus respectivos espaços com suas mais variadas edificações, enquanto objeto de estudos, possuindo como pano de fundo as cidades, onde se inserem o locus da pesquisa, agora convertidas em grandes laboratórios urbanos. A revista DERIVAS URBANAS possui periodicidade anual, com publicações em janeiro e submissão de artigos em dezembro do ano corrente, e recebe artigos para avaliação em fluxo contínuo. Esperamos que esta se torne uma ferramenta efetiva, a mais, no processo de compreensão e apreensão desses espaços, ricos em possibilidades projectuais e de representatividades sociais como tão somente uma cidade pode ser!

...E vá alguém saber quanta coisa se fala numa cidade. Quantas vozes resvalam por esse intrincado labirinto de paredes e quartos e saguões, de banheiros, de pátios, de quintais e de praças. Vozes entre muros e plantas. Risos que duram um segundo e se apagam...

(Trecho do poema "Poema Sujo – um fragmento: Velocidades" de Ferreira Gullar)

Frederico Augusto N. M. Costa
Editor Chefe

É com satisfação que apresentamos ao corpo docente, ao corpo discente e aos nossos colaboradores, o primeiro número da revista eletrônica do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Ateneu – UNIATENEU, DERIVAS URBANAS.

A teoria da Deriva Urbana foi criada em 1958, e é de autoria do pensador "Situacionista" Guy Debord, sendo publicado seus conceitos em esboço na Revista Internacional Situacionista. A deriva é um procedimento psicogeográfico: estudar os efeitos do ambiente urbano no estado psíquico e emocional das pessoas que a praticam. Partindo de um determinado lugar, a pessoa ou grupo que se lança à deriva seguirá uma rota indefinida, deixando que o próprio meio urbano "os leve" ao acaso, pelo caminho que segue.

Podemos afirmar que, outra forma de conceituar deriva urbana seria "perder-se na cidade", e assim observar e apreender novas percepções e novas definições sócio-espaciais através de novos olhares sobre o espaço. É sair de seu processo natural e ritualista de apropriação e territorialização do espaço urbano e se inserir em um novo contexto, onde o "velho se torna novo". Novos odores, novos aspectos cromáticos, novas definições físico-espaciais, novas dinâmicas sócio-espaciais, novos roteiros, novos trajetos, novos rumos nunca antes observados nem traçados, se descortinam ante um observador que, se permitiu mudar o olhar sobre o construto social habitual que é seu cotidiano. Estas ideias, formuladas pela Internacional Situacionista entre as décadas de 1950 e 1970, consideram que o meio urbano em que vivemos é motivador da deriva, tornando a cidade um espaço de pluralidades, onde o meio urbano em que vivemos é um potencializador da situação de exploração vivida. Sendo assim torna-se necessário inverter esta perspectiva, tornando a cidade um espaço para a libertação do ser humano.

"...A fórmula para o derrube do mundo não a fomos procurar nos livros, demos com ela vagueando. Era uma deriva de longos, longos dias, em que nada se parecia com aquilo que a véspera mostrara; e que nunca cessava..."

("Deriva – uma caligrafia pedestre" de Guy Debord)

A escolha do nome DERIVAS URBANAS para nossa revista, foi uma justa homenagem a essa teoria e técnica de análise espacial-urbana, tão essencial a pesquisa e ao planejamento urbano, enquanto instrumento de coleta de dados, que é utilizada principalmente por arquitetos e urbanistas, geógrafos urbanos, sociólogos, antropólogos e filósofos.

Este número inicial se dedicará aos artigos científicos com temáticas relacionadas aos processos de territorialização nas cidades brasileiras, mais especificamente a cidade de Fortaleza, e aos Anais da I SEARA – I Semana de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Ateneu – UNIATENEU (vide SUMÁRIO). Presentes estarão também alguns artigos de opinião que foram publicados no Blog "Universo Ateneu," no primeiro semestre de 2021.

Isto posto, encerramos agradecendo a todos, que ajudaram a concretizar mais essa conquista para a profissão do Arquiteto e Urbanista, que há muito merece estar ocupando uma posição de direito e de destaque, entre outras profissões, por sua relevância social, por seu arcabouço técnico e por seu processo de criação artística. Boa leitura!

Frederico Augusto N. M. Costa
Editor Chefe





SUMÁRIO

1 – CORPO EDITORIAL	03
2 – EDITORIAL	05
3 – APRESENTAÇÃO	06
4 – ARTIGO 1: OS ATUAIS PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO DA PRAÇA DO FERREIRA EM FORTALEZA – CEARÁ;	10
5 – ARTIGO 2: OS POTENCIAIS DOS SHOPPING CENTERS NO PROCESSO DE TERRITORIZAÇÃO NA CIDADE DE FORTALEZA;	12
6 – ARTIGO 3: A PRAÇA DO FERREIRA – SEUS MOMENTOS DE INTERVENÇÃO URBANA EM SEUS DIFERENTES CONTEXTOS: ECONÔMICO, POLÍTICO E SOCIAL;	22
7 – ARTIGO 4: IDENTIFICAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS ASSOCIADOS AOS PROCESSOS DE (DES)VALORIZAÇÃO NA PRAIA DA CAPONGA, CEARÁ, BRASIL;	60
8 – ARTIGOS DE OPINIÃO (Resenhas):	
8.1 – ÁREAS DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL PARA O ARQUITETO E URBANISTA (Janeiro de 2021);	72
8.2 – O PAPEL DO CONSELHO DE ARQUITETOS DO BRASIL (CAU/BR), NO QUE TANGE AS ATRIBUIÇÕES PROFISSIONAIS (Fevereiro 2021);	74
8.3 – A IMPORTANCIA DA ARQUITETURA DE INTERIORES PARA UMA EXISTÊNCIA DIGNA E COM QUALIDADE DE VIDA (Março 2021);	76
8.4 – O DEBATE DOS ARQUITETOS E URBANISTAS SOBRE A CIDADE EM SEU CONTEXTO PANDÊMICO (Abril 2021);	78
8.5 – VITRUVIO: PRÁTICAS CONTEMPORÂNEAS DE UM ARQUITETO PRETÉRITO (Maio 2021);	79
8.6 – GEOPROCESSAMENTO E O URBANISMO (Junho 2021);	80
9 – ANAIS DA I SEARA – Semana de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Ateneu – UNIATENEU (Maio 2019);	82

OS ATUAIS PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO DA PRAÇA DO FERREIRA EM FORTALEZA – CEARÁ

PROCEDIMIENTOS ACTUALES PARA TERRORIZAR LA PLAZA FERREIRA EN FORTALEZA – CEARÁ

CURRENT PROCEDURES FOR TERRORIZING FERREIRA SQUARE IN FORTALEZA – CEARÁ

COSTA, Frederico Augusto Nunes de Macêdo Professor e Coordenador do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Uniateneu em Fortaleza – Ceará, Brasil
fredmacedo8@gmail.com

RESUMO: O presente artigo reporta-se à Praça do Ferreira, na contemporaneidade, localizada na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, Brasil, ou seja, os usos atuais e como se insere no espaço fortalezense após ter passado por sua última reforma em 1991. Centra-se, sobretudo, nos aspectos relativos a sua condição de espaço público, inserido na lógica de produção e reprodução da cidade capitalista, contudo, o maior peso da análise recai, sobretudo, nos usos cotidianos desse espaço. Para apreender e melhor compreender os usos, resistências, territorialidades e a centralidade atual da Praça do Ferreira, baseamos-nos em trabalho de campo realizado em dias e datas distintos; em entrevistas com estudiosos e conhecedores do objeto de estudo, além de representantes da Administração pública de Fortaleza; e ainda em registros fotográficos e levantamentos iconográficos. Em relação ao trabalho de campo efetuado, conseguimos, a partir dele, ter as primeiras impressões sobre a dinâmica da praça e pudemos constatar que a diversidade das funções que a praça adquire em relação aos seus usuários extrapola aquelas esperadas em um espaço público e agrega outras práticas sociais e outros usos. Seu espaço é compartilhado e, em alguns momentos, diríamos disputado em um claro processo de territorialização por diferentes atores sociais. Para melhor compreensão e análise, definimos, conforme observação na pesquisa de campo, os sujeitos que usam a praça, tais como: permissionários dos quiosques, vendedores ambulantes, aposentados, moradores de rua e ocupantes diversos. Além desses sujeitos, consideramos também o agente público, levando em conta questões administrativas e propostas futuras.

PALAVRAS-CHAVE: A Praça do Ferreira em Fortaleza. Territorialidades da Praça do Ferreira. Atores sociais na Praça do Ferreira.

RESUMEN: Este artículo se refiere a la Praça do Ferreira, ubicada en la ciudad de Fortaleza, estado de Ceará, Brasil, es decir, los usos actuales y cómo encaja en el espacio de Fortaleza después de haber sido renovado por última vez en 1991. Centra sobre todo, en los aspectos relacionados con su condición de espacio público, insertada en la lógica de producción y reproducción de la ciudad capitalista, sin embargo, el mayor peso del análisis recae, principalmente, en los usos cotidianos de este espacio. Para comprender y comprender mejor los usos, resistencias, territorialidades y la centralidad actual de la Plaza Ferreira, confiamos en el trabajo de campo realizado en diferentes días y fechas; en entrevistas con académicos y conocedores del objeto de estudio, así como con representantes de la administración pública de Fortaleza; y aún en registros fotográficos y encuestas iconográficas. Con respecto al trabajo de campo, pudimos obtener primeras impresiones de la dinámica del cuadrado, y descubrimos que la diversidad de las funciones que el cuadrado adquiere en relación con sus usuarios va más allá de las esperadas en un espacio público y agrega otras prácticas sociales y otros usos. Su espacio es compartido y, en ocasiones, diríamos disputado en un claro proceso de territorialización por parte de diferentes actores sociales. Para una mejor comprensión y análisis, definimos, como se observó en la investigación de campo, los sujetos que usan la plaza, tales como: permisos de kiosco, vendedores ambulantes, jubilados, personas sin hogar y varios ocupantes. Además de estos temas, también consideramos al agente público, teniendo en cuenta los problemas administrativos y las propuestas futuras.

PALABRAS CLAVE: La plaza Ferreira en Fortaleza. Territorios de la plaza Ferreira. Actores sociales en la plaza Ferreira.

ABSTRACT: This article refers to the Praça do Ferreira, located in the city of Fortaleza, State of Ceará, Brazil, that is, the current uses and how it fits into the Fortaleza space after having undergone its last reform in 1991. It focuses, mainly, on the aspects related to its condition of space. public, inserted in the logic of production and reproduction of the capitalist city, however, the greater weight of the analysis falls mainly on the daily uses of this space. To understand and better understand the uses, resistances, territorialities and the current centrality of Ferreira Square, we rely on field work carried out on different days and dates; in interviews with scholars and connoisseurs of the object of study, as well as representatives of the public administration of Fortaleza; and still in photographic records and iconographic surveys. Regarding the fieldwork, we were able to get first impressions about the dynamics of the square, and we found that the diversity of the functions that the square acquires in relation to its users goes beyond those expected in a public space and adds other social practices and other uses. Their space is shared and, at times, we would say disputed in a clear process of territorialization by different social actors. For better understanding and analysis, we defined, as observed in the field research, the subjects who use the square, such as: kiosk permits, street vendors, retirees, homeless people and various occupants. In addition to these subjects, we also consider the public agent, taking into account administrative issues and future proposals.

Keywords: The Ferreira Square in Fortaleza. Territorialities of Ferreira Square. Social actors in Ferreira Square.

INTRODUÇÃO

Da reforma urbana de 1991 aos dias atuais (a Praça do Ferreira e sua configuração atual, diversidade de usos e práticas sociais)

Considerando seus limites e, conforme já salientado, a Praça do Ferreira situa-se entre quatro logradouros que a margeiam e que são: Rua Floriano Peixoto, Rua Guilherme Rocha, Rua Pedro Borges e a Rua Major Facundo, sendo que esta última, no perímetro da praça, foi convertida em calçada estendida entre as Ruas Guilherme Rocha e Pedro Borges, interligando a praça à calçada defronte ao Cine Teatro São Luiz, resultado da última intervenção pela qual ela passou. No centro, destaca-se a Coluna da Hora e paralelos à Rua Guilherme Rocha, localizada na lateral da praça, ficam quatro quiosques e na outra, na lateral da praça, paralelos à Rua Pedro Borges, ficam mais dois quiosques. Todos comercializam jornais, revistas e artigos considerados "miudezas em geral". Sobre os quiosques próximos à Rua Guilherme Rocha, existem alguns pórticos metálicos de geometria triangular de função tão somente estética. Possui também alguns bancos de madeira com suportes de ferro espalhados próximos a pequenos canteiros distribuídos no espaço da praça, além de árvores de pequeno e médio porte. O piso da praça é composto de pedras portuguesas de cores brancas e negras emparelhadas em sistema de encaixe, criando mosaicos geométricos. Sua iluminação é feita por postes com arandelas metálicas em forma de globo, dispostos em toda a extensão da praça (FIGURA 01).

Figura 01 - Vista aérea da Praça do Ferreira.



Fonte: < <http://www.mapa.cultura.ce.gov.br/espaco/291> > Acesso: 13 agosto 2018.

A Praça do Ferreira, como outras praças existentes em Fortaleza, apresenta atualmente um quadro de abandono e um elevado grau de degradação física e com usos diversos, ou seja, para além daqueles que são mais exclusivos dos espaços públicos. Pareceu-nos que a praça não dispõe de um serviço de limpeza e manutenção sistemática, pois seus equipamentos urbanos, como a coluna da hora, quiosques e pórticos, bem como os mobiliários urbanos, como os bancos e luminárias, apresentam-se desgastados pelo tempo, com a ferrugem e o apodrecimento surgido em decorrência dos anos e da completa falta de senso de preservação de seu patrimônio público, por parte da população, demonstrada pelo vandalismo das pichações e destruição do patrimônio, uma demonstração clara do desinteresse da população pelo espaço público, como se este não a representasse nem fizesse parte de sua história pessoal e da cidade de Fortaleza.

Observa-se também a ausência de massa arbórea ou de um projeto paisagístico que contemplasse

uma quantidade de árvores de copa frondosa significativa que pudesse gerar assombreamento, isto porque por volta das 11h30, até aproximadamente as 16h00, a praça assume para si a função de corredor de mobilidade, com exceção dos locais que estão assombreados pelas poucas árvores que existem na praça, e/ou pelos edifícios do entorno dela. Entretanto, em relação aos edifícios, apesar da sombra que fazem, muitos deles, em virtude de sua verticalidade, acabam por bloquear o deslocamento das massas de ar, aumentando a sensação térmica e transformando o local em uma ilha de calor.

Somente após citado é que a temperatura ameniza e a sensação térmica suaviza, permitindo um uso mais diversificado, onde os atores sociais se definem em grupos específicos ocupando espaços da praça, através de um claro processo de territorialização, entre aposentados que chegam a praça neste horário, os moradores de rua¹ que habitam a praça, os transeuntes, os comerciantes informais, que apesar de já se encontrarem na praça, só efetivam suas atividades com o aumento de pessoas não mais somente transitando pela praça, mas interagindo com ela.

A partir do final da tarde (por volta das 16h30), podemos observar: (i) os aposentados que chegam à praça e, apesar de possuírem sua territorialidade construída, entram em clara disputa com os mendicantes e desocupados que demandam os bancos da praça, ocupados por aqueles senhores, para utilizá-los como dormitórios ou leitos; (ii) Os comerciantes informais e os ambulantes exercendo suas atividades comerciais à medida que a temperatura ameniza; (iii) os permissionários dos quiosques negociando suas mercadorias sem a necessidade de se postarem além balcão.

Tudo isso em meio a falta de manutenção, o descaso em relação à preservação do patrimônio e a sujeira na praça, que cada vez mais se acentua. Acreditamos que haja, em parte, negligência dos gestores públicos, desinteresse da população e aumento de usuários moradores de rua, a ponto de não podermos observar certas partes do espaço da praça, pela quantidade de entulhos, lixo e pessoas. O lixo acondicionado às portas das lojas comerciais nos fez crer que ocorreria mais tarde uma coleta sistemática, ou seja, no fim do dia. No entanto, essa quantidade de lixo não conseguia fazer frente à quantidade de dejetos reunidos e amontoados pelos mendicantes instalados na praça, mas intensificava a aparência de sujeira e a atmosfera de abandono, apesar da quantidade significativa de pessoas ainda presentes nessa hora.

É digno de nota e, portanto, cabe registrar, que as ruas de acesso à praça, após às 18h00, apresentam aspecto de completo abandono, inclusive com seus equipamentos de iluminação deteriorados ou ausentes, e se fazemos esse comentário é porque, com a praça agora iluminada pelas lâmpadas de suas luminárias, apesar de muitas se encontrarem quebradas, observa-se com mais clareza que, apesar de degradada, a Praça do Ferreira ainda apresenta estética e qualidade urbana bem superiores as suas ruas convergentes (FIGURAS 12 e 13).

Sujeitos sociais que tem presença marcante na Praça do Ferreira

Para apreender e melhor compreender sobre os usos, resistências, territorialidades e centralidades atuais da Praça do Ferreira, realizamos trabalhos de campo em dias distintos e horários diferenciados com registros de campo, mas, sobretudo, com aplicação de questionários e realização de entrevistas com os sujeitos elencados no trabalho. Em relação ao trabalho de campo efetuado, conseguimos, a partir dele, ter registros pertinentes sobre a dinâmica da praça e pudemos constatar que a diversidade das funções que a praça adquire em relação aos seus usuários extrapola aquelas esperadas em um espaço público e agrega outras práticas sociais e outros usos. Seu espaço é compartilhado e, em alguns momentos, diríamos disputado em um claro processo de territorialização por diferentes atores sociais.

Em nossos primeiros contatos com a praça, identificamos que além de lugar de passagem, de espaço de manifestação política, social, de atividades de lazer e outros eventos de interesse social, cultural e comercial, existe na praça um uso mais restrito e permanente, embora por motivações distintas, mas que mantém uma certa periodicidade no uso desse espaço. É o caso dos permissionários dos quiosques, vendedores ambulantes, aposentados e moradores de rua.

¹ O hiato temporal de aproximadamente um ano entre a primeira pesquisa de campo, efetivada em 2017, e a segunda, ocorrida em 2018, não gerou uma quebra na sequência lógica da pesquisa nem gerou um distanciamento e diluição dos fatos sociais que a priori poderiam ter comprometido a coleta e o levantamento de dados. Se citamos esse fato, é porque podemos analisar e concluir que nada se alterou em relação ao primeiro campo efetivado (junho de 2017) e o segundo (julho de 2018), salvo a quantidade de moradores de rua que se multiplicou de forma exponencial.

A – Permissionários dos quiosques

Como já salientado, existem na praça seis quiosques, cada um dividido em dois espaços onde se efetivam atividades comerciais e prestação de serviços. A maioria desses quiosques é usado para atividades comerciais, sendo permitido dois permissionários em cada unidade, enquanto um dos quiosques é ocupado pela Guarda Municipal de Fortaleza. Em relação ao funcionamento comercial desses quiosques, observamos que eles funcionam nos mesmo horário das atividades das lojas do entorno da praça, ou seja, iniciando suas atividades por volta das 08h00, o que nos pareceu lógico e óbvio que houvesse uma simultaneidade com o horário comercial. Alguns quiosque vendem tão somente artigos impressos, como jornais e revistas, outros diversificam suas práticas comerciais vendendo, além de jornais e revistas, equipamentos complementares de telefonia celular, produtos alimentícios, como balinhas de açúcar e bombons, e outros até dispõem de balcões refrigerados onde são vendidas bebidas (água, refrigerantes e até latinhas de cerveja).

Um fato interessante observado, quanto aos quiosques, diz respeito ao tipo dos materiais utilizados em sua construção. Eles são construídos de alvenaria tradicional, mas suas cobertas são revestidas de latão, o que colabora com o aumento positivo da sensação térmica, haja vista a capacidade termicamente condutiva do metal e a temperatura local muito elevada.

Em nossas visitas de campo, percebemos algumas vezes que o permissionário ficava fora do estabelecimento ao se aproximar o meio dia², ficando embaixo de uma das poucas árvores existentes na praça, para aproveitar sua sombra³, e somente se aproximando de seu ponto de venda, para negociar seus produtos, quando havia a aproximação de clientes.

B – Vendedores ambulantes

Com o cerrar das portas do comércio do Centro de Fortaleza, que se inicia por volta das 18h00, ocorre concomitante o encerramento das atividades dos quiosques, mas não das atividades comerciais informais dos ambulantes, que continuam no entorno da praça.

Podemos verificar que os ambulantes não possuem um local próprio, apropriado e específico para comercializar seus produtos, circulando pela praça e seu entorno de acordo com as condições climáticas e das oportunidades de ganho, postando-se de forma estratégica em locais de eventuais aglomerações ou à porta de locais de entrada e saída de pessoas, a exemplo do Cine Teatro São Luiz.

C – Aposentados.

Outro grupo social que mereceu nossa atenção foi o dos aposentados. Em geral, essas pessoas chegam à praça normalmente em pequenos grupos, por volta das 16h30, estabelecendo-se nos bancos mais assombreados e se retiram em torno das 19h30. O pequeno grupo inicial de aposentados vai aumentando à medida que chegam novos membros e que passam a interagir gradativamente entre si. Observamos também que o espaço da praça utilizado por eles, bem como pelos moradores de rua, salvo pequenas e individuais ocupações, não se faz de forma acidental ou aleatória, próximo ao trecho da Rua Pedro Borges e a Rua Major Facundo, pois este apresenta serviços terciários de alimentação, deixando em condição de abandono, após às 18h00, o trecho da praça onde ficam os quiosques com suas atividades encerradas, próximo a Travessa Pará. Vale salientar que detalharemos mais no item seguinte esse segmento que utiliza a praça tradicionalmente.

D – Moradores de rua.

Em meio a identificação das pessoas que usam com certa periodização a Praça do Ferreira, tem chamado a atenção dos fortalezenses e das autoridades administrativas, além de Ongs etc, os chamados moradores de rua que têm ocupado a Praça do Ferreira, transformando-a em moradia e dormitório.

Em nossa pesquisa não poderíamos desconsiderar a presença desses sujeitos, haja vista a

condição evidente de destaque na cidade, em virtude da realidade insalubre de suas existências que, por sua vez, afetam o espaço que porventura ocupam. Desse modo, os consideramos como sujeitos que também se apropriam da praça em meio a uma série de polêmicas em relação as práticas de exclusão social e da falta de condições de grande parcela da população da cidade. Esses chamados moradores de rua se utilizam da Praça do Ferreira⁴, nas mais variadas formas, transformando os seus equipamentos como bancos em camas e mesas e, algumas vezes, são encontrados dejetos que impedem o seu uso por outras pessoas, face a sujeira e a falta de condições.

Mostra-nos claramente esse processo de apropriação informal da Praça do Ferreira por parte dos moradores de rua, com os espaços de interação e socialização e mobiliários urbanos tomados por grupos familiares ou afins que se espalham pela praça e definem seus espaços de moradia e subsistência.

Eles passaram a maior parte do tempo em monótona ociosidade e significativa inércia em quase todo o tempo que permanecemos na praça (período da tarde e início da noite), salvo pelo choro de crianças presentes, ou por uma eventual algazarra de curta duração gerada por alguma pilhéria compartilhada. Durante esse tempo, podemos observar apenas alguns movimentos de mendicância pendulares e sequenciados próximos aos locais que comercializam comida, principalmente nos horários das refeições. Basicamente esse "modus operandi" caracterizou suas condutas, conforme observado nas pesquisas de campo.

Em nossas pesquisas, observamos que, por volta das 20h15, a Praça do Ferreira já se apresenta praticamente deserta e os únicos movimentos que se destacam de fato são dos moradores de rua, que passam praticamente o dia em estado letárgico e diríamos até em completa indiferença em relação a tudo ao seu redor.

Observamos, também, uma alteração nesse estado de coisas com a chegada de um veículo particular, que faz a doação de alimentos. O tumulto entre eles se intensifica com a formação de uma fila para receber os alimentos. Não foi possível sabermos qual organização e/ou qual igreja respondia por aquela ação assistencialista voltada para os moradores de rua presentes na praça. Também tivemos dificuldade de fazer um registro fotográfico mais claro, pois mantivemo-nos à distância, tendo em vista não constrangê-los, por isso, a fotografia não apresenta uma boa resolução, mesmo assim é possível visualizarmos o momento da ação assistencialista. Não registramos o início da entrega em virtude de preservar a dignidade humana e em respeito às pessoas que vivem em extrema condição de privação e que têm seu comportamento justificado pela fome, pela miséria, pelo abandono.

Com o avançar das horas, e a calma retornada, após a refeição recebida e devidamente degustada, a Praça do Ferreira e entorno se tornam um grande dormitório, com pessoas recolhidas entre retalhos sobre os bancos, ou dormindo dentro de caixas. Um fato corriqueiro, que observamos inúmeras vezes, foi o deslocamento de algumas pessoas pela praça, arrastando caixas vazias de mercadorias descartadas pelas lojas do entorno. De posse dessas caixas, elas buscam um local para o pernoite, seja na praça ou nas ruas adjacentes, e, dessa observação, podemos constatar que muitos moradores de rua já se estabeleceram e demarcaram seus territórios na praça, enquanto outros ainda tentam estabelecer seu domínio, nem que seja temporário, ou seja, por apenas uma noite.

Notamos também que as marquises dos edifícios comerciais, ao término das atividades das lojas e dos serviços, tornam-se teto, proteção para as chuvas eventuais e local de recolhimento e habitação.

E – Outros usos

Causou-nos espanto o fato de não observarmos nenhuma atividade notívaga mais significativa após o encerramento das atividades comerciais ou que poderiam se iniciar após às 21h30. Mas podemos notar outro grupo de usuários da praça que não se enquadra no grupo de moradores de rua, nem no grupo de aposentados, seja pela aparência, seja pela faixa etária. São pessoas com idade economicamente ativa que, pelo horário, em tese, deveriam estar exercendo alguma atividade profissional. Não podemos definir com certeza, mas tudo indica serem desempregados (FIGURA 56). Esse grupo se fez presente durante as pesquisas de campo, nos horários que estivemos na praça,

²Observamos que os quiosques possuem um beiral extremamente reduzido e, por isso, sem a capacidade de proteger do sol ou de chuvas o cliente ou o próprio permissionário.

³Observamos também que a Praça do Ferreira em seu projeto urbano não foi contemplada com um projeto paisagístico que desenvolvesse um microclima agradável e reduzisse os efeitos da sensação térmica local.

⁴ Não nos foi possível determinar quantos ou quais moradores de rua utilizavam os espaços da Praça do Ferreira. Apesar de que, pelas inúmeras visitas à praça, nós conseguimos visualmente determinar alguns que mantinham certa territorialidade constante, é fato que em sua maioria acreditamos ter como prática de uso e ocupação do espaço certa territorialidade flexível.

apenas se retirando parcialmente por volta das 21h00.

Em síntese, a praça apresenta uma diversidade, seja de sujeitos sociais que dela se apropriam e constroem espaços e territorialidades diversas, como também dinâmicas diferenciadas ao longo do dia. Por isso, e desse modo, fizemos nossa pesquisa de campo em horários diferenciados, com o intuito de apreendermos essas mudanças no espaço temporal. Como destacamos, ao encerrarem as atividades comerciais do centro, às 18h00, mantêm-se outras atividades comerciais, como as dos ambulantes no entorno da praça. A efervescência, a profusão de atividades, interações, deslocamentos e relações humanas se efetivam e alcançam, aparentemente, o seu ápice nesse horário. Surgem pessoas de todas as direções cruzando a praça. Funcionários públicos saindo de suas repartições, comerciários em fim de expediente, comerciários iniciando um terceiro turno, estudantes vindo da escola em direção às suas casas e outros vindo de suas casas para as faculdades ali instaladas (Faculdade Joaquim Nabuco, onde era o antigo Hotel Savannah).

Esse movimento de aglutinação de pessoas se dá de forma fortuita e efêmera quando a praça se torna lugar de passagem diária dos mais diferentes sujeitos sociais. Poderíamos também afirmar que essas aglutinações possuem caráter midiático, quando geradoras de relações frágeis, delicadas e fugidias, em virtude de sutis interações que se estabeleciam e se encerravam de maneira tão céleres que nos escapavam a possibilidade de fazer um registro fotográfico. Uma senhora acompanhada de uma criança que transitava pela praça e que de forma automática aproxima esse jovem a si e o desloca para o outro lado de seu corpo como se este fosse uma barreira de proteção, ao passar próximo ao lugar onde havia uma aglomeração maior de moradores de rua. Atitude semelhante de pretensa proteção teve uma jovem estudante quando apertou contra si seus pertences (bolsa e cadernos) ao passar pelo mesmo lugar. Outra situação observada foi de uma bela jovem que, ao passar próximo ao banco onde se concentravam os aposentados, consegue, mesmo por pouco tempo, chamar-lhes a atenção e fazer-lhes encerrarem, durante o tempo que a jovem se encontrava em seus campos visuais, a animada palestra.

Com o encerramento das atividades mercantis do entorno da Praça do Ferreira, apenas os bares mantêm suas práticas comerciais e é quando percebe-se a presença de espetáculos mambembes. Os ambulantes e os comerciantes informais agora começam a encerrar também suas atividades e os aposentados se retiram da praça. Outras atividades comerciais de cunho diversional, apesar de já se encontrarem na praça, agora não tendo mais a concorrência do comércio lojista nem do comércio informal, podem se destacar e, assim, chamar atenção do público frequentador dos bares. Acharmos interessante observar e, como nota complementar, informar que, ao chegarmos à Praça do Ferreira, por volta das 17h30, notamos que o Observatório de Fortaleza⁵, instituto criado recentemente como instrumento digital de difusão e informação sobre a Cidade de Fortaleza, encontrava-se fechado.

Tanto as práticas comerciais formais, quanto as informais se iniciam durante o horário comercial e se estendem além dele. Os serviços de bares e outras atrações de caráter diversional, como os espetáculos mambembes e circenses de gosto duvidoso e estética questionável, tornam-se atração para alguns passantes e, por algum tempo, mesclam-se à massa humana que possui vínculos mais duradouros com o espaço público, como os moradores de rua e os aposentados.

Tais práticas de cunho "artístico" configuram uma tradição cultural na Praça do Ferreira como "palco" e espaço de apresentações insólitas desde muito tempo. Segue uma reportagem antiga do Jornal O Povo (24/12/1933), que, a despeito de sua veracidade, chamou a nossa atenção, e que tem como manchete o seguinte: "Um cachorro com cabeça humana vai ser exposto na Praça do Ferreira", e prossegue:

"Em contraposição ao menino-bode, temos agora o cachorro com cara humana... O Sr. Gentil Pires, gaúcho, procedente do norte, exibiu ontem á redação do O Povo esse fenômeno biológico. O monstro nasceu na Cidade de Salvador, capital bahiana, há uns quatro anos, e vem conservado em álcool em um vidro de boca larga. A história é a seguinte: um preto velho de face simiesca, possuía uma cadela que lhe era assás afeiçoada. De uma feita (o caso em apreço) a cadela ao fazer sua <delivrance>, espantou quantos lhe foram examinar os quatro rebentos, pois três deles traziam pés de feição humano e o quarto nasceu com corpo de cão e a cabeça quasi humana, apresentando a face um perfil pronunciadamente semelhante ao do preto velho.

O Sr. Pires traz consigo a fotografia do preto velho a qual póde ser comparada com a face do

cachorrinho. É um caso evidentíssimo de impressionismo. O Sr. Pires vai expor o monstro na cas <Defesa Comercial>, á Praça do Ferreira, 19 amanhã, sábado, cobrando 500 réis pelo ingresso dos curiosos" (Jornal O Povo, 24/02/1933, p. 01).

Por volta das 21h30, como podemos observar, a praça encontrava-se em completo silêncio, com os moradores de rua recolhidos e acomodados na medida do possível. As atividades do comércio voltadas à venda de bebidas e aperitivos também cerram as suas portas em consequência da redução da clientela, mas o artista mambembe permanece até quando Ali! Lutando ainda contra o cansaço, contra a fome, contra o desespero e a favor da vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir, a partir da realização da pesquisa, que a Praça do Ferreira pode ser ainda considerada, de forma incontestada, de destacada importância para a Cidade de Fortaleza e para parte de sua população. A praça ainda é a praça! Independente de sua configuração física-espacial atual e de novas formas de uso e territorializações permanentes e/ou flexíveis, ela ainda se mantém com toda a sua relevância e representação social, como espaço de congregação e integração e como local de resgate de reminiscências pessoais ou coletivas, além de palco e ferramenta de legitimação da Gestão Pública, através de seu espaço ocupado por suas atividades sócio-cívicas. Compreendemos, todavia, a redução inevitável da importância da Praça do Ferreira, em benefício de outras áreas da cidade, que passaram a constituir outras centralidades. Isso ocorreu concomitantemente a geração de novas formas de apropriação e usos da Praça do Ferreira, e que, se hoje ela não pode ser reconhecida como marco da cidade, ainda consegue ser um ponto nodal dos bairros que a margeiam, ou dos bairros periféricos que se beneficiam de suas atividades comerciais, ou por parte da população atraída quando ocorrem eventos de cunho sócio-culturais na praça.

A nossa pesquisa detectou usos diversos, alguns temporários com territorialidade flexível (vendedores ambulantes), outros com territorialidade permanentes, com a praça como espaço de congregação dos aposentados, além das práticas costumeiras e comuns ao uso do espaço público.

Enquanto espaço público, a Praça do Ferreira resiste! Esclarecemos que não se trata de saudosismo ao se querer que a praça tenha a mesma força, centralidade ou os mesmos usos do passado, mas, enquanto espaço público, ela deveria ter determinados usos que lhe seriam mais coerentes com suas finalidades.

Esses outros usos vistos e analisados em nossa pesquisa são que distorcem e disvirtuam a essência do que deveria ser uma praça e que fazem com que ela perca sua força de atração e seja vista com certo descaso, receio e até com indiferença por parte da população.

Deixamos claro também que este estado de coisas não é uma especificidade da Cidade de Fortaleza, principalmente quando se trata em pensar e repensar os centros urbanos das grandes cidades brasileiras, que perderam muito de suas funções, incorporando as características de uma sociedade que foi se produzindo de forma desigual, com seus problemas de inserção por boa parte da população e dos interesses sociais.

Compreendemos que as "mazelas sociais" presenciadas durante as pesquisas de campo não poderão ser solucionadas de forma pontual ou efêmera, a exemplo de "remanejamentos" comuns, como as soluções "higienistas" do final do século XIX e início do século XX, e sim na procura responsável, comprometida e cidadã de respostas às causas dessas deficiências, sejam por parte da sociedade civil, sejam por parte dos gestores públicos, e não na efetivação de práticas que criam simulacros ilusórios que mascaram a verdadeira realidade sócio-econômica de nossas cidades e com a qual nós de forma veemente não concordamos!

Em nossa pesquisa, objetivando melhor compreender e apreender essas dinâmicas sócio-espaciais, deu-se maior ênfase ao momento da última intervenção até os dias atuais e, para isso, nos detemos mais sobre a proposta de intervenção urbana definida no projeto urbanístico de 1991, do Arquiteto Fausto Nilo, que teve como partido arquitetônico a diretriz de buscar e resgatar valores de tradição (e isso deve ser levado em consideração e ter seu mérito reconhecido), através de uma

⁵ Em nosso último campo, em dezembro de 2018, observamos que o Observatório ainda se encontrava com as portas cerradas apresentado agora sinais de vandalismo com vidraças quebradas e paredes pichadas.

proposta nostálgica de fazer uma releitura de espaços (físicos, sociais e espaciais) outrora existentes e de forte representatividade para a população usuária ou não da praça à época. Em nossas pesquisas, não encontramos facilmente essa relação de representatividade, isso porque muito dos frequentadores não conhecem a história da praça, conforme os resultados obtidos nas entrevistas, e, por não terem vivenciado os períodos que gestaram esses marcos temporais e arquitetônicos, não demonstrando, assim, uma maior empatia, gerando uma relação de distanciamento e indiferença.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AÇÃO NOVO CENTRO. Apresentação do Programa "projeto de Requalificação de Fachadas". Fortaleza: CDL, 2002.
- ADERALDO, Mozart Soriano. A Praça: comemorando a restauração da Praça do Ferreira. 2. ed. Fortaleza: Gráfica Ed. 1989.
- A HORA final da Coluna da Hora. O Povo, Fortaleza, 09 de julho 1967, p. 07 e 08. A PRAÇA – reflexões de um leigo. O Povo, Fortaleza, 09 de janeiro 1970, p. 03.
- ARQUITETOS discordam e abandonam o projeto. O Povo, Fortaleza, 14 de julho 1968, p. 08.
- AZEVEDO, Otacilio. Fortaleza Descalça. Fortaleza: IOCE, 2012.
- A NOVA praça e o trânsito. O Povo, Fortaleza, 05 de julho 1968, p. 01.
- BERNAL, Maria Cleide Carlos. A metrópole emergente: a ação do capital imobiliário na estruturação urbana de Fortaleza. Fortaleza: UFC/Banco do Nordeste do Brasil S.A., 2004.
- CARLOS, Ana F.A., SOUZA Marcelo. L., SPOSITO, Encarnação. B. A produção do Espaço Urbano. São Paulo: a Contexto, 2013.
- CARRROS voltarão a circular na Praça. O Povo, Fortaleza, 12 de setembro 1968, p. 01 e 06. CASTELS, Manuel. A Questão Urbana. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CONCLUSÃO das obras da praça previstas só para março. O Povo, Fortaleza, 07 de novembro 1968 p. 05.
- . Passeio Público: Espaços, estatutária e lazer. Cadernos de Arquitetura Cearense, v. 2, 2016.
- CORREA, Roberto Lobato. O espaço urbano. São Paulo: Ática, 1989.
- . Rede urbana e formação espacial – uma reflexão considerando o Brasil. Revista Território, Rio de Janeiro, n. 8, jan./jun. 2000.
- CUNHA, M. Noélia Rodrigues da. Praças de Fortaleza. Fortaleza: IOCE, 1990.
- DANTAS, Eustógio, COSTA, Maria Clélia Lustosa, Silva, José B. da. De Cidade a Metrópole– (Trans)formações urbanas em Fortaleza. Fortaleza: Edições UFC, 2009.
- DA BAUHAUS ao Caos. O Povo, Fortaleza, 14 de julho 1991, p. 01.
- DE ANGELIS, B. L. D.; DE ANGELIS NETO, G.; BARROS, G. D. A.; BARROS, R. D. A. Praças: história, usos e funções. Maringá: EDUEM, 2005.
- DEMOLIÇÃO do Abrigo. O Povo, Fortaleza 04 de abril 1966, p. 01.
- DIVIDIDO em duas etapas o projeto da Praça do Ferreira. O Povo, Fortaleza, 16 de julho 1968, p.08. EXÉRCITO ocupa a Praça do Ferreira. O Povo, Fortaleza, 01 de abril 1964, p. 01.
- FORTALEZA EM FOTOS. Blogspot. Disponível em: <<http://www.fortalezaemfotos.com.br/2013/05/os-bondes-e-o-passeio-publico.html>>. Acesso em: 15 set. 2017.
- GIRÃO, Raimundo. Geografia estética de Fortaleza. Fortaleza: BNB, 1979.
- GONDIM, Linda M. P. Os 'governos das mudanças' (1945 - 1996). In. SOUZA, Simone de (Org.). Uma nova história do Ceará. 3. ed. rev. e atual. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004. HARVEY, D. Condição pós moderna. São Paulo: Edições Loyola 2012.
- INAUGURAÇÃO da Coluna da Hora. O Povo, Fortaleza, 06 de janeiro 1934, p. 01. INAUGURADO o abrigo da Praça do Ferreira. O Povo, Fortaleza, 16 de novembro 1949, p. 01. LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.
- . A revolução urbana. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- LOPES, Marciano. Royal Briar: A Fortaleza dos Anos 40. Fortaleza: Tipoprogresso, 1988. MACEDO, S. S.; ROBBA, F. Praças brasileiras. São Paulo: Edusp, 2002
- PAQUOT, T. L'espace public. Collection: Repères. Paris: Éditeur La Découverte, 2015.
- PONTE, Sebastião R. Fortaleza belle époque: Reforma urbana e controle social 1860 – 1930. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha. 2014.
- RECRIANDO um símbolo. O Povo, Fortaleza, 30 de setembro 1965, p. 03.
- REFORMA da Praça revoluciona trânsito: Protestos e elogios. O Povo, Fortaleza, 02 de julho 1968, p. 08.
- SAMPAIO, Dorian. A Fortaleza de Juraci. Fortaleza: Anuário do Ceará Publicações, 1993. SANTOS, Milton. Espaço e método. São Paulo: Edusp, 2014.
- . Espaço e sociedade. Petrópolis: Vozes, 1979.
- . O espaço Público na Cidade Contemporânea. São Paulo: Contexto, 2007.
- SILVA, José B. da. Os incomodados não se retiram: Uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza. Fortaleza: Edições UFC 1991.

SPOSITO, Maria Encarnação B. Capitalismo e urbanização. São Paulo: Contexto, 2017. SOUZA, M. L. ABC do Desenvolvimento Urbano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Stúdio Nobel; FADESP, 1998.

VISITA ao Jornalista e Museólogo Miguel Angelo de Azevedo (Nirez) em 10/05/2017 e em 04/07/2018, com o intuito de acessar seu acervo fotográfico.

VISITA A Biblioteca Pública Governador Bezerra Pimentel no decorrer dos meses de abril e maio de 2018 para acessar seu acervo de microfilmes de periódicos do Jornal O Povo de sua Hemeroteca.

OS POTENCIAIS DOS SHOPPING CENTERS NO PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO NA CIDADE DE FORTALEZA

LOS POTENCIALES DE LOS CENTROS COMERCIALES EN EL PROCESO DE TERRITORIALIZACIÓN EN LA CIUDAD DE FORTALEZA

THE POTENTIALS OF SHOPPING CENTERS IN THE TERRITORIALIZATION PROCESS IN FORTALEZA CITY

COSTA, Frederico Augusto Nunes de Macêdo
Professor e Coordenador do Curso de Arquitetura e
Urbanismo do Centro Universitário Uniateneu em
Fortaleza – Ceará, Brasil

fredmacedo8@gmail.com

RESUMO: A década de 1970 foi caracterizada pela crescente descentralização comercial do Centro de Fortaleza, ocasionada por uma expansão urbana, com a geração de centros secundários por toda a cidade e pelo deslocamento dos grandes magazines, para uma nova modalidade de empreendimento comercial que se popularizava pelo mundo todo: O Shopping Center. O Centro de Fortaleza perdia assim uma de suas centralidades mais importantes que era aglutinar as atividades comerciais da sociedade, além de permitir o desenvolvimento de inúmeras formas de territorialização. Os shoppings centers no decorrer dos anos, por sua vez, expandiram seu campo de atuação sobre a sociedade, além da relação comercial, de tal forma que hoje seu "ideário de espaço perfeito", se apropria de usos, funções e processos de territorialização, notadamente de espaços públicos como as praças, ao mesmo tempo em que influencia a estética cada vez mais minimalista e sem atrativos dos espaços públicos

PALAVRAS-CHAVE: Territorialização na Praça do Ferreira. Shopping Centers em Fortaleza. Espaços Públicos em Fortaleza.

RESUMEN: La década de 1970 se caracterizó por la creciente descentralización comercial del Centro de Fortaleza, causada por una expansión urbana, con la generación de centros secundarios en toda la ciudad y el desplazamiento de las principales revistas, para un nuevo tipo de empresa comercial que se hizo popular en todo el mundo. todo: el centro comercial. El Centro de Fortaleza perdió así una de sus centralidades más importantes que era aglutinar las actividades comerciales de la sociedad, además de permitir el desarrollo de innumerables formas de territorialización. A lo largo de los años, los centros comerciales, a su vez, han ampliado su campo de acción sobre la sociedad, más allá de la relación comercial, de modo que hoy en día su "ideal de espacio perfecto", se apropia de los usos, funciones y procesos de territorialización, notablemente espacios públicos como las plazas, al tiempo que influye en la estética cada vez más minimalista y poco atractiva de los espacios públicos

PALABRAS-CLAVE: Territorialización en la plaza Ferreira. Centros comerciales en Fortaleza. Espacios públicos en Fortaleza.

ABSTRACT: The 1970s were characterized by the growing commercial decentralization of the Center of Fortaleza, caused by an urban expansion, with the generation of secondary centers throughout the city and the displacement of major magazines, for a new type of commercial enterprise that became popular around the world. todo: The Shopping Center. The Center of Fortaleza thus lost one of its most important centralities that was to agglutinate the commercial activities of society, besides allowing the development of innumerable forms of territorialization. Malls over the years, in turn, have expanded their field of action over society, beyond the commercial relationship, so that today their "ideal of perfect space", appropriates the uses, functions and processes of territorialization, notably public spaces such as squares, while influencing the increasingly minimalist and unattractive aesthetics of public spaces.

KEYWORDS: Territorialization in Ferreira Square. Shopping Centers in Fortaleza. Public Spaces in Fortaleza.

INTRODUÇÃO:

A praça: Espaço polivocacional

Para entendermos a importância e relevância dos espaços públicos, mais notadamente a praça pública, consideramos pertinente nos remeter, inicialmente, ao conceito de *Ágora* como uma das primeiras formas de organização do espaço público.

Nas Cidades Gregas a *Ágora* era um espaço normalmente centralizado, exclusivo para pedestres, equitativo e paritário em sua natureza onde o cidadão, através de sua frequência quase diária a esse lugar, via despertar as ideias de igualdade, fraternidade e liberdade e que mais tarde iriam originar, através da prática destes valores, a democracia. Nesses espaços públicos sem dimensões e/ou configurações físicas determinadas, margeados pelas edificações mais importantes da cidade, era onde ocorriam todas as atividades cidadinas pertinentes à integração e a sociabilização de seus cidadãos nos mais variados graus, bem como a prática forense, debates filosóficos e intelectualizados e, ainda, onde eram desenvolvidas atividades secundárias como pequenas práticas comerciais. Mais precisamente, sobre essas funções da *Ágora*, Mumford (1982) comenta que:

Se, na economia do século V, a *ágora* pode ser apropriadamente chamado uma praça de mercado, sua função mais antiga e mais persistente foi a de ponto de encontro comunal. Como de hábito, o mercado era subproduto do ajuntamento de consumidores, que tinham outras razões para se reunirem além de fazerem negócios. (MUMFORD, 1982, p. 166).

Tal configuração espacial das cidades gregas acabou por influenciar outras civilizações como a Romana e posteriormente a Bizantina, entre outras que adotaram espaços análogos as *Ágoras* em suas cidades a exemplo dos *Fóruns*. Com o declínio do Império Romano, o crescimento da Igreja Católica influenciando e solicitando uma conduta social mais direcionada à reflexão e ao insulamento e os inúmeros embates entre os nobres europeus por definições territoriais fizeram a vida social ocorrer intramuros dos Castelos Feudais e, por conseguinte, o inevitável recrudescimento dos espaços públicos. Até o início do século XVIII, na Europa, o projeto de praças restringia-se ao entorno dos palácios que nem sempre estavam inseridos em contexto urbano. Normalmente os espaços abertos, arborizados e floridos eram características da arquitetura dos palácios de veraneios ou campestres, sendo que só na metade do século XVIII, com a arquitetura estilo Rococó, é que os grandes jardins precursores dos espaços públicos e praças começaram a ganhar espaço nas cidades. Os espaços livres existentes e marcados pelas aglomerações humanas estavam, em geral, relacionados à existência de mercados populares (comércio) ou no entorno de igrejas e catedrais. No século XIX, com a transformação de Paris decorrente da intervenção feita por

Hausmann, influenciado pelos ideais iluministas e positivistas a Cidade Luz despontou como uma cidade burguesa por excelência. As alterações urbanas efetivadas no Centro de Paris influenciadas pela arquitetura neoclássica que mais uma vez resgatava a lógica espacial grega, se caracterizava por grandes e largas avenidas partindo em radiais concêntricas e tendo o Arco do Triunfo como centro. Outras características eram os grandes jardins, alamedas arborizadas e espaços abertos para convivência e interação. É aí que o desenho e configuração espacial das praças entram em cena, preconizado pelo trabalho de profissionais como Frederick Law Olmsted que projetou o Central Park de Nova Iorque.

O conceito de *Ágora* ultrapassa, de certo modo, o período grego – romano, demonstrando que as cidades, principalmente as latinas, com seus espaços abertos e suas variantes como cafés avarandados e quiosques descendem e se referenciam ao conceito de *Ágora*.

Lynch (2014) seguindo essa acerção afirma que os espaços públicos são pontos nodais, porquê :

São lugares estratégicos de uma cidade através dos quais um observador pode entrar, são focos intensivos para os quais ou a partir dos quais ele se locomove. Podem ser basicamente junções, locais de interrupção do transporte, um cruzamento ou uma convergência de vias, momento de passagem de uma estrutura a outra. Ou podem ser meras concentrações que adquirem importância por ser a condensação de algum uso ou de alguma característica física, como um ponto de encontro numa esquina ou uma praça. Alguns desses pontos nodais de concentração são o foco e a síntese do bairro, sobre o qual sua influência se irradia e do qual são um símbolo (LYNCH, 2014, p. 53).

Segundo os arquitetos e urbanistas, Macedo e Robba (2002), as praças, enquanto espaços públicos, são espaços abertos e urbanos destinados ao lazer e ao convívio da população, e sua função primordial é a de aproximar e reunir as pessoas, seja por motivo cultural, econômico (comércio), político ou social. A praça é, também, um espaço dotado de símbolos, que carrega o imaginário e o real, marco arquitetônico e local de ação, palco de transformações históricas e socioculturais, sendo fundamental para a cidade e seus cidadãos. Constitui-se em local de convívio social por excelência (DIZERÓ, 2006). É um espaço de reunião, construído para e pela sociedade, imbuída de significados, marcos centrais da constituição de trajetos, ponto de chegada e partida, concentração e dispersão. Consiste em espaço para pedestres e é palco representativo da dimensão cultural e histórica da cidade, além de abrigar, frequentemente, o comércio formal e o informal, como as feiras populares, coloniais, de artesanato, entre outras (FONT, 2003). Especialmente, a praça é definida pela vegetação e outros elementos construídos. Assim, de acordo com cada sentido que a palavra praça pode assumir, estes espaços podem ser classificados de acordo com Macedo e Robba (2002), em:

Praça Jardim: espaços nos quais a contemplação das espécies vegetais, o contato com a natureza e a circulação são priorizados. Estes podem ser fechados por grades ou cercas, como o passeio público do Rio de Janeiro e de Curitiba, ou ainda podem ser abertos e rodeados de imóveis (comerciais e residenciais). No Brasil, o conceito de praça está, normalmente, associado a ideia de verde e de ajardinamento urbano, por este motivo, os espaços públicos formados a partir do pátio das igrejas e dos mercados públicos é comumente chamado de adros ou largos;

Praça Seca: largos históricos ou espaços que suportam intensa circulação de pedestres. Em algumas destas praças inexistem qualquer tipo de árvores ou jardins e nelas o importante é o espaço gerado pela arquitetura e são relações entre volumes do construído e do vazio que dão ao conjunto a escala humana. Nestes locais destacam-se símbolos arquitetônicos como a Praça de São Marcos em Veneza (Itália), a Praça de São Pedro em Roma (Itália) ressaltando a Basílica, a praça dos três Poderes em Brasília e o Memorial da América Latina em São Paulo;

Praça Azul: praças na qual a água possui papel de destaque. Alguns belvederes e jardins de várzea possuem esta característica;

Praça Amarela: as praias em geral são consideradas praças amarelas;

Conforme ainda Macedo e Robba (2002), os benefícios trazidos pelas praças públicas decorrem tanto da vegetação que pode ser abrigada por elas, quanto de aspectos subjetivos relacionados à sua existência, como a influência positiva na psiquê coletiva da população, proporcionada pelo contato com a área verde e/ou pelo uso do espaço para o convívio social. A vegetação urbana atua ainda, de forma direta, no conforto ambiental.

Macedo e Robba (2002) classificam os valores atribuídos às praças em três categorias: Valores ambientais, valores funcionais e valores estéticos e simbólicos.

Valores Ambientais: Os valores ambientais dizem respeito ao espaço livre ocupado pelas praças que permite: melhoria na ventilação e aeração urbana; melhoria da insolação de áreas mais adensadas; as árvores promovem o sombreamento das ruas e seus canteiros não irradiam tanto calor como o asfalto ou piso de concreto, propiciando o controle da temperatura; a cobertura vegetal permite a melhoria na drenagem das águas pluviais e a proteção do solo contra a erosão (MACEDO e ROBBA, 2002, p. 32).

Valores Funcionais: Os valores funcionais correspondem à importância que muitas praças têm como as principais, senão únicas, opções de lazer urbano. Estas áreas servem como ponto de encontro,

local aberto para apreciação da paisagem, além de disporem, muitas vezes, de outros atrativos destinados ao lazer da população, como: coretos para apresentações culturais, fontes que jorram água, bancos para descanso, quiosques com vendas de lanches, barras de ginástica, pistas de caminhada e ciclovias, parquinhos para crianças, entre outros (MACEDO e ROBBA, 2002, p. 32).

Valores Estéticos e Simbólicos: Os valores estéticos e simbólicos representam a função das praças, enquanto espaços públicos, objetos referenciais e cênicos da paisagem urbana, além de exercerem importante papel na identidade de um município, bairro ou rua. Geralmente relacionado à carga histórico-cultural, as praças são vistas e atuam como espaço de diálogo, local acolhedor para o passeio e lazer de toda sociedade. Do ponto de vista estético, as praças contribuem através das qualidades plásticas – cor, forma, textura – de cada uma das partes visíveis que as integram (MACEDO e ROBBA, 2002, p. 33).

O geógrafo Angelo Serpa, em seu livro "O espaço público na cidade contemporânea" (2014), afirma que:

O espaço público deve ser compreendido, sobretudo, como o espaço da ação política, ou, ao menos, da possibilidade da ação política na contemporaneidade (...). Ele também é analisado sob a perspectiva crítica de sua incorporação como mercadoria para o consumo de poucos, dentro da lógica de produção e reprodução do sistema capitalista na escala mundial. Ou seja, ainda que seja público, poucos se beneficiam desse espaço teoricamente comuns a todos (SERPA, 2014, p. 09).

De um modo geral, o autor associa os espaços públicos ao espaço das ações políticas, mas também à lógica do consumo, uma vez que o centro comercial, o mercado que são lugares privados, mas que são abertos ao público em geral, caracterizando-os, portanto como espaços públicos.

Caminhando de certo modo na mesma direção de Serpa, o filósofo urbano Thierry Paquot (2009), assim considera o espaço público.

[...] o espaço público evoca não somente o lugar do debate político, da confrontação das opiniões privadas e a publicidade se esforça de tornar públicos, mas também uma prática democrática, uma forma de comunicação, de circulação dos diversos pontos de vista; Os espaços públicos, em si, designam, os lugares acessíveis ao(s) público(s) percorridos pelos habitantes, quer eles residam ou não nas proximidades. Estas são as ruas e as praças [...]

Portanto os espaços públicos são aqueles espaços frequentados pelas pessoas de modo que mesmo que o espaço seja privado, como um Shopping Center, mas aberto ao público, ele se caracteriza como espaços livres que em geral se inserem na lógica urbana.

Continuando tratando dos espaços públicos, Serpa (2014), complementa que este é visto também [...] simbólico, da reprodução de diferentes ideias de cultura, da intersubjetividade que relaciona sujeitos e percepções na produção e reprodução dos espaços banais e cotidianos [...]

Serpa (2014) ainda faz uma correlação entre o espaço público, seu consumo cultural e a cidade, afirmando que:

No período contemporâneo, o "consumo cultural" parece ser o novo paradigma para o desenvolvimento urbano. As cidades são reinventadas a partir da reutilização das formas do passado, gerando uma urbanidade que se baseia, sobretudo, no consumo e na proliferação (desigual) de equipamentos culturais. Nasce a cidade da "festa-mercadoria". Essa nova (velha) cidade folcloriza e industrializa a história e a tradição dos lugares, roubando-lhes a alma. É a cidade das requalificações e revitalizações urbanas, a cidade que busca vantagens comparativas no mercado globalizado das imagens turísticas e dos lugares espetáculos (SERPA, 2014, p. 107).

Entender os usos de um espaço público de uma cidade contemporânea é acima de tudo compreender sua capacidade caleidoscópica, volátil e de mobilidade contínua enquanto gera relações e enquanto é gerada a partir de suas dinâmicas sócias-espaciais, toda sorte de digressões: violência, segregação, imigração, cidadania e participação. É apreender sua natureza de "colcha de retalhos" (SERPA, 2014, p. 181), e analisar a atuação da esfera pública enquanto representantes da sociedade.

Outro fator de relevância seria a valorização imobiliária, instrumento econômico que direciona os usos do solo urbano e os dimensiona em termos pecuniários. Atualmente os parques e praças públicas são considerados pontos nodais das ações dos gestores públicos e da iniciativa privada como elementos dinâmicos de inúmeros programas de renovação urbana. O que destaca um aspecto contraditório, visto que [...] como elementos de dinamização da economia urbana, os parques e praças públicos parecem acentuar a segregação social, funcionando como – álibis – de determinadas políticas de intervenção urbana (SERPA, 2014, p. 10). Álibis, porque [...] os parques públicos sempre representam e expressam valores éticos e estéticos que ultrapassam largamente seus limites espaciais (SERPA, 2014, p. 42). Tais representações dos parques públicos e praças parecem ser atemporais, visto que se cristalizaram em todo e qualquer discurso oficial e nas políticas públicas aplicadas às cidades como higienismo, estética, funcionalidade, progressismo, entre outros "motivos", mas que normalmente acabam por gerar uma relação antagônica e de descontinuidade entre os parques e praças públicas e suas áreas lindeiras.

Expandindo o debate sobre a praça, enquanto espaço público, faz-se necessário tecermos antes, alguns comentários sobre a ideia de centro urbano. Para tanto torna-se necessário definir e distinguir os conceitos de centro e centralidade.

Centro e centralidade

O debate sobre centralidade teve seu início com maior poder de sistematização a partir da publicação da tese de doutorado de Walter Christaller, 1933, intitulada "Die Zentralen Orte in Suddeutschland". Neste trabalho foi desenvolvida a Teoria dos Lugares Centrais, que proporciona ricas possibilidades de investigação de padrões de distribuição espacial de bens e serviços a partir de parâmetros de variabilidade funcional, critérios de importância e da metodologia de compreensão do alcance espacial mínimo e máximo dos bens centrais.

As redes de localidades centrais passaram então a serem analisadas em diversos estudos, constituindo importantes ferramentas metodológicas e elaborações conceituais, como o destaque feito por Corrêa (1989), sobre os arranjos estruturais e espaciais.

Cabe destacar entretanto que a nossa abordagem tem como foco a centralidade enquanto ferramenta de redefinição de usos, na produção do espaço urbano da cidade.

Para Corrêa (1989, p. 37), Centralização e Área Central, constituem processos espaciais e conforme destaca,

A partir do começo do século XX o processo de centralização e a sua correspondente forma espacial, a Área Central passaram a ser sistematicamente considerados pelos estudiosos do fenômeno urbano. [...] De fato, a Área Central constitui-se no foco principal não apenas da cidade, mas de sua hinterlândia. Nela concentram-se as principais atividades comerciais, de serviços, da gestão pública e privada, e os terminais de transportes inter-regionais e intra-urbanos. Ela se destaca na paisagem da cidade pela sua verticalização (CORRÊA, 1989, p. 37).

Preocupado em aprofundar o conceito em destaque, Corrêa analisa a gênese da área central considerando a intensidade dos processos de fluxos de capital, mercadoria, pessoas e ideias no dinamismo da circulação que se ampliou exponencialmente em termos de qualidade e quantidade dos transportes inter-regionais através dos terminais ferroviários, a partir da segunda metade do séc. XIX. Isto incluía os terminais marítimos e acabava minimizando os custos de transbordo e concentrando a localização nascente de atividades como comércio atacadista, indústria, escritórios.

Em sua formação, o centro pode ser entendido como um ponto de convergência de uma grande parcela da população que diariamente circula na cidade. Pode ser entendido também como área de concentração de um grande número de estabelecimentos de comércio e serviços, ou ainda pela presença de instituições de administração pública (Centro administrativo). A concentração dos comércios e do serviços e de outras funções desencadeou novas formas de acessibilidade dentro da cidade, conforme assinala Corrêa (1989, p. 39):

A acessibilidade, por sua vez, atraiu as nascentes lojas de departamentos e de outros gêneros do

comércio varejista, bem como numerosas atividades instaladas em escritórios. O mercado de trabalho foi ampliado mais ainda e os transportes intra-urbanos passaram a servir a este setor da nascente Área Central (CORRÊA, 1989, p. 39).

Assim, a área central insurgiu como resultado do processo de centralização, onde acessibilidade e demais fatores abordados tornaram-se preponderantes na construção e definição deste conceito. Como aponta mais uma vez Corrêa (1989, p. 39): [...] Verifica-se certa sincronia entre o emergir do capitalismo em sua fase plenamente industrial e o aparecimento da Área Central. Processo, forma e também as funções estão assim conectados" (CORRÊA, 1989, p. 40). Desse modo definiu-se:

a) Área Central da cidade com uso intensivo do solo, com maior concentração de atividades econômicas, sobretudo do setor terciário [...] b) Ampla escala vertical [...] c) Limitada escala horizontal [...] d) Limitado crescimento horizontal [...] e) Concentração diurna, durante as horas de trabalho, da população, sobretudo pedestres [...] f) Foco de transportes intra-urbanos [...] g) Áreas de decisão [...] (CORRÊA, 1989, p. 40)

Já na análise de Villaça (1998), a definição de centro e centralidade nem sempre remetem ao contexto de ponto geográfico, definido anteriormente, posto que considera que o centro pode ser fruto das primeiras delimitações, ou seja, do sítio histórico onde a cidade se originou, enquanto a centralidade (dialogando com as concepções de Corrêa) é explicada pelo fator deslocamento.

O centro se distingue pela multifuncionalidade de elementos e obras que o compõe, afirmando seu valor como centralidade também pelo aglomerado de várias funções distintas que aí se encontra, contudo, as temporalidades diferentes não ofuscam a importância competida ao comércio por varejo que sustenta a dinâmica do centro formando uma teia urbana. O fenômeno da centralidade, associado à estagnação do centro tradicional das cidades, atingiu as cidades europeias depois das operações de reconstrução da Segunda Guerra Mundial (Fernandes, 1995). Os grandes centros comerciais europeus foram construídos sobretudo na década de 1980 e inícios da década de 1990. Este período comercial só chegou aos países do sul da Europa, e Portugal em particular, durante os anos 1990 (BALSAS, 1999). Porém, suas consequências foram gravemente sentidas pelos estabelecimentos comerciais mais antigos localizados nos centros urbanos, no continente Sul Americano.

Estas tendências de suburbanização também foram sentidas durante as duas últimas décadas em quase todas as cidades brasileiras, inclusive Fortaleza. Vargas (2000, p. 20-30) descreve o impacto do comércio no ambiente urbano de São Paulo como sendo um fenômeno relativamente recente. Essa percepção demonstra a universalidade do desenvolvimento comercial e de centralidades periféricas e a necessidade de encontrar respostas adequadas para o fato. Sobre esse fenômeno, Fernandes (1995, p.106) explica. Vários fatores se combinaram para fazer com que aquele que foi o único centro da cidade, comece a ser visto apenas como um dos centros da cidade. Por um lado, porque em alguns casos o centro comercial se definiu no exterior de um outro centro, o histórico, por outro, porque se difundiram conceitos, termos e concretizações associados à especialização de espaços e construções, como os de centro cultural e desportivo ou centro comercial, por outro ainda, porque um vasto conjunto de fatores permitiu que aquele que era, pelo menos economicamente, "o" centro, passasse à condição de "centro tradicional", em vista do aparecimento de "novas centralidades" no interior ou na envoltória das maiores cidades FERNANDES, 1995, p. 106).

Isto posto, podemos afirmar que ao se analisar o desenvolvimento das dinâmicas sócias – espaciais e das configurações físico – espaciais das praças de Fortaleza, enquanto partícipes do próprio processo de expansão urbana da cidade, faz-se necessário compreendermos a relação entre a forma espacial do objeto de estudo e as suas conexões com a estrutura social, os processos e suas funções urbanas para a Cidade e levarmos em consideração três aspectos relevantes para essa compreensão que são: 1 – a produção do capital como fato gerador da expansão urbana de Fortaleza e, por conseguinte das alterações na configuração sócio – espacial da Praça, gerando no decorrer de sua história variados níveis de centralidade; 2 – as intervenções urbanas ocorridas como causa das alterações física – espaciais efetivadas nas praças e como consequência das necessidades das Gestões Públicas, que em tese, se legitimarem enquanto poder local e pretensa ferramenta de equidade social dentro do contexto histórico da época; 3 – por fim as diversas representações sociais que as praças possuíram no decorrer da sua história para a sociedade da urbe fortalezense. Vale ressaltar que estes três aspectos embora imbricados, concomitantes, intrínsecos e não excludentes, em alguns momentos assumiram posicionamento ora concordantes, ora dicotômicos e até antagônicos entre si em relacionamentos de consensualidade e de conflitos observados na origem da cidade até a contemporaneidade. Nos

apoiamos em Corrêa (1989), que discute o tema dos agentes sociais produtores do espaço urbano. Para ele os agentes sociais que "fazem e refazem o espaço urbano" são: os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, os proprietários dos meios de produção (os produtores do capital), o Estado (os gestores públicos) e os grupos sociais excluídos (também eles enquanto representantes da sociedade).

Retornando a análise das Ágoras, Podemos observar que as relações mercantis ocupavam caráter secundário nesse período por que as cidades possuíam viés político, a ponto de Henri Lefebvre em seu livro *Revolução Urbana* (1999), conceituar a evolução urbana das cidades como cidades políticas seguidas das cidades comerciais quando da expansão urbana impulsionada pelo surgimento ainda insipiente das relações comerciais, além- fronteiras das nações, seguida das cidades industriais onde o espaço urbano já se definia e se configurava pelas relações mercantis que valorizavam ou depreciavam o uso e ocupação do solo, enquanto mercadoria e produto de uma sociedade industrial, até a cidade contemporânea, enquanto sociedade urbana que representa agora, mais que um espaço ocupado por atividades específicas interrelacionadas, um conceito que [...] designa, mais que um fato consumado, a tendência, a orientação, a virtualidade. Isso, por conseguinte, não tira o valor de outra caracterização crítica da realidade contemporânea como, por exemplo, a análise da "sociedade burocrática de consumo dirigido" (LEFEBVRE, 1999, p. 16). É exatamente o consumo dirigido, explicitado por Lefebvre, que determina as práticas comerciais atuais que têm como objetivo atrair cada vez mais sua clientela com a promessa e proposta de atender suas vontades, desejos, expectativas e anseios. Seja com a idéia de vincular e agregar simulacros de realidade perfeita através do consumo, seja através de propagandas subliminares que estimulam e ditam o consumo. Salgueiro e Cachinhos (2006), em artigo intitulado "As relações Cidade – Comércio: Dinâmicas de Evolução e Modelos Interpretativos", afirmam que na sociedade urbana [...] ocorreu uma setorização do comércio que tenta fidelizar sua clientela de maior poder aquisitivo ao tentar associar seu produto a um estilo de vida (2006, p.22). Apesar de suas análises serem referentes a evolução urbana de Lisboa, esta muito se assemelha a outras evoluções urbanas ocorridas em outras cidades do mundo como em outras cidades do Brasil, inclusive Fortaleza.

Tal afirmação se exemplifica quando observamos a existência de uma temporalidade diferenciada em relação à do entorno e do interior do shopping. Até os materiais construtivos utilizados são determinantes na permanência e vinculação do usuário com o espaço, como por exemplo o piso que é escorregadio, obrigando o frequentador a andar com certa lentidão e morosidade, fazendo com que este vivencie e se influencie com atmosfera lúdica dos shoppings, caso o contrário, estes apenas transitariam em seu interior. Observando seu interior, vemos que tudo brilha e reluz, os odores são agradáveis, as fachadas coloridas das lojas prometem alegria, felicidade e bem estar como se estas condições de existência pudessem ser valoradas e vendidas. As paredes do shopping encerram surpresas e garantem segurança. Se anteriormente as vitrines das lojas eram externas e exteriorizadas, atualmente estas se voltam para o interior do shopping como se afirmando ser apenas para poucos "olhos" seletos e merecedores de tal "benção".

Nesta "cidade cenográfica", os espaços comerciais, enquanto realidade material funcionam apenas como uma pré-condição de existência. Fornecem o palco, os cenários e os espaços de melhor visualização. É no plano simbólico, no diálogo que conseguem construir com os consumidores o espetáculo, as representações e as narrativas que acontecem e são construídas, para que tal cidade se torne real e faça parte do imaginário de cada um, e assim possam ser concebidos, percebidos e vividos (trilética de Lefebvre). A fronteira entre a cena e a realidade se torna imprecisa, sobretudo na consciência dos "atores", como incerta se torna também a separação entre atores e público, a cena e a entrecena. Os indivíduos que a usufruem vivem passando de uma representação

para outra, sem se aperceberem disso e sem que se saiba afinal onde termina a ficção e começa a realidade. Num contexto de pura simulação e disfarce, onde a representação social imita não a coisa real, mas o imaginário, necessariamente o mundo tem que ser real porque é este e não outro que é desejado. Concomitante a construção deste "universo", associa-se uma gama de atividades há bem pouco tempo díspares daquelas fornecidas usualmente por centros comerciais de prestação de serviços públicos como: Detran e Polícia Federal; educacionais, a exemplos de Faculdades e outros cursos; de atividades de lazer como: academias de ginástica, além daquelas mais conhecidas como cinema, praça de alimentação e parques temáticos. Tudo isso para incrementar sua atividade basilar que é a venda e o consumo e mais ainda agora com a permissão de poder entrar como seu animal de estimação.

Em suma, do ponto de vista do ambiente físico e material, a "cidade" construída pelos espaços comerciais só se efetiva através das práticas primordiais de consumo que transcendem a materialidade e no espaço é que se efetiva a relação comércio e cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Podemos concluir, ante o exposto, que a diversidade de atividades que os Shoppings Centers possuem de caráter diversional, além da profusão de serviços e ofertas mercantis, associada a uma estética e uma atmosfera irreal, construído e simulacro meticulosamente construídos com o intuito de atrair o cliente e fazer com que este permaneça o maior tempo possível dentro de seu espaço, fazem com que aumente cada vez mais seus frequentadores. Por sua vez os atuais espaços públicos estão possuindo elementos estéticos e construtivos, bem como equipamentos e mobiliários urbanos que fogem ao padrão usual de um espaço público mais se assemelhando a um espaço privado, mas sem os elementos de atração destes que em efeito contrário causam certo estranhamento e distanciamento em função de um conflito direto com as representações simbólicas atávicas herdadas da coletividade do que deveria ou poderia ser um espaço público, nos levando a fazer um questionamento sobre a apropriação das funções da praça, enquanto espaço público e detentor da primazia dos locais de encontro e interação da sociedade, pelos espaços privados em sua proposta de "ideário de espaço perfeito", mais também da influência reversa dos espaços privados sobre a proposta cada vez mais minimalista e aparentemente sem atrativos, para a população, dos espaços públicos. E desses questionamentos nasce uma pergunta: Os espaços públicos continuam detentores do título de "Ágora Contemporânea", ou outros espaços, agora de natureza privada, se apropriaram de forma definitiva dessa titularidade?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BALSAS, Carlos José Lopes. Urbanismo comercial em Portugal e a revitalização do centro das cidades. Lisboa: Ministério da Economia, 1999.
- BENÉVOLO, Leonardo. A história da cidade. Editora Perspectiva. São Paulo 2010. CORREA, Roberto Lobato. O espaço urbano. Série Princípios. Editora Ática. São Paulo 1989.
- _____. Rede urbana e formação espacial – uma reflexão considerando o Brasil. In: Revista Território, Rio de Janeiro, nº. 8 jan./jun. 2000.
- DIZERÓ, Joselle Davanço. Praça do interior paulista: estudos de caso nas cidades de Ribeirão Preto e Monte Alto/SP. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC, Campinas, 2006.
- FERNANDES, José Alberto Rios. Urbanismo Comercial – A Experiência Portuguesa. Revista da Faculdade de Letras, X/XI, 1994-95. (105-125).
- FONT, Mauro. A praça em movimento: processos de transformações morfológicas e funcionais no Brasil do século XX. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1999. MACEDO, S. S.; ROBBIA, F. Praças brasileiras. São Paulo: Edusp, 2002. MUMFORD, Lewis. A cidade na história. Suas origens, transformações e perspectivas. Editora Martins Fontes. São Paulo 1982.
- PAQUOT, T. L'espace public. Collection : Repères. Éditeur La Découverte. Paris, 2015.
- SALGUEIRO, Theresa Baratta, CACHINHOS, Herculano. As relações cidade – comércio: Dinâmicas de evolução e modelos interpretativos. Site: <https://www.researchgate.net/publication/304751977>. Acessado dia 16/09/2017.
- SERPA, Angelo. Lugar e centralidade em um contexto metropolitano. A produção do Espaço Urbano. Editora Contexto. São Paulo 2014.
- _____. O espaço Público na Cidade Contemporânea: São Paulo; Editora Contexto. 2007. SOUZA, M. L. ABC do Desenvolvimento Urbano. Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro 2010.
- VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Stúdio Nobel. FADESP, 1998.

A PRAÇA DO FERREIRA – SEUS MOMENTOS DE INTERVENÇÃO URBANA EM SEUS DIFERENTES CONTEXTOS: ECONÔMICO, POLÍTICO E SOCIAL.

PLAZA FERREIRA – SUS MOMENTOS DE INTERVENCIÓN URBANA EN SUSCONTEXTOS DIFERENTES: ECONÓMICOS, POLÍTICOS Y SOCIALES.

FERREIRA SQUARE – ITS MOMENTS OF URBAN INTERVENTION IN ITS DIFFERENT CONTEXTS: ECONOMIC, POLITICAL AND SOCIAL.

COSTA, Frederico Augusto Nunes de Macêdo
Professor e Coordenador do Curso de Arquitetura
e Urbanismo do Centro Universitário Uniateneu em
Fortaleza – Ceará, Brasil

fredmacedo8@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho tem como objeto de estudo a Praça do Ferreira, localizada em Fortaleza – Ceará, Brasil, levando em conta as principais intervenções urbanas que a mesma foi submetida, e tendo como recorte temporal a origem da Praça até a contemporaneidade. Entretanto, dentro desse recorte, podemos estabelecer uma divisão de análise: a primeira tem como recorte temporal o ano de 1842, quando teve origem a praça até a última alteração em sua configuração físico-espacial, estabelecida em uma intervenção urbana efetivada em 1991; e a segunda considerada a partir desta última intervenção até a os dias de hoje. A Praça do Ferreira, localizada no Centro de Fortaleza, tem sido considerada, ao longo de sua história, como espaço público de fundamental importância no processo de evolução urbana desta cidade, haja vista a sua relevância e representatividade para todos os segmentos da sociedade que a consideraram, por muitas décadas, o "Coração da Cidade", alcunha ainda legítima para muitos hoje em dia. Este trabalho teve como objetivo compreender suas transformações a partir das intervenções urbanas a que foi submetida ao longo de décadas, como forma de apreender as causas e conseqüências que a fizeram ser o que ela representa hoje para a cidade de Fortaleza, para seus usuários e para a população em geral.

PALAVRAS-CHAVE: Momentos da Praça do Ferreira. Intervenções urbanas na Praça do Ferreira. Contextos econômico, político e social da Praça do Ferreira.

RESUMEN: El presente estudio tiene como objeto de estudio la Plaza Ferreira, ubicada en Fortaleza – Ceará, Brasil, teniendo en cuenta las principales intervenciones urbanas que se presentaron, y tomando como corte temporal el origen de la Plaza hasta la época contemporánea. Sin embargo, dentro de este recorte, podemos establecer una división de análisis: el primero tiene como corte temporal el año 1842, cuando el cuadrado se originó hasta el último cambio en su configuración física y espacial, establecido en una intervención urbana realizada en 1991; y el segundo considerado desde esta última intervención hasta la actualidad. La plaza Ferreira, ubicada en el centro de Fortaleza, ha sido considerada, a lo largo de su historia, como un espacio público de fundamental importancia en el proceso de evolución urbana de esta ciudad, considerando su relevancia y representatividad para todos los segmentos de la sociedad que tiene la ciudad. Consideraron, durante muchas décadas, el "Corazón de la Ciudad", un apodo que todavía es legítimo para muchos hoy en día. Este trabajo tuvo como objetivo comprender sus transformaciones a partir de las intervenciones urbanas a las que ha sido sometido durante décadas, como una forma de comprender las causas y consecuencias que lo convirtieron en lo que representa hoy para la ciudad de Fortaleza, para sus usuarios y para La población general.

PALABRAS CLAVE: Momentos de la plaza Ferreira. Intervenciones urbanas en la plaza Ferreira. Contextos económicos, políticos y sociales de la plaza Ferreira.

ABSTRACT: The present work has as its object of study the Ferreira Square, located in Fortaleza – Ceará, Brazil, taking into account the main urban interventions that it was submitted, and taking as a temporal cut the origin of the Square until contemporary times. However, within this clipping, we can establish a division of analysis: the first has as a temporal cut the year 1842, when the square originated until the last change in its physical and spatial configuration, established in an urban intervention carried out in 1991; and the second considered from this last intervention to the present day. Ferreira Square, located in the Center of Fortaleza, has been considered, throughout its history, as a public space of fundamental importance in the process of urban evolution of this city, considering its relevance and representativeness for all segments of society that the city has. they considered, for many decades, the "Heart of the City", a nickname still legitimate for many today. This work aimed to understand its transformations from the urban interventions to which it has been subjected for decades, as a way of understanding the causes and consequences that made it what it represents today for the city of Fortaleza, for its users and for the general population.

KEYWORDS: Moments of Ferreira Square. Urban interventions in Ferreira Square. Economic, political and social contexts of Ferreira Square.

INTRODUÇÃO

1º Momento: Do surgimento da praça, em 1842, até sua primeira reforma, em 1902

Mantendo-se o nome Praça do Ferreira até os dias atuais, esse emblemático logradouro passa pela sua primeira reforma em 1902. O processo de remodelação sócio-urbana de Fortaleza, iniciada a partir de 1860 e que se prolongaria até as primeiras décadas do século XX, significou a inserção da capital cearense em um processo de modernização denominado de "Belle Époque". Termo francês criado para traduzir a euforia e o encantamento pela Europa com as novidades oriundas da revolução científico-tecnológica do século XIX, que acabaram por influenciar sobremaneira o mundo, produzindo transformações na ordem urbana, política e econômica, afetando profundamente o cotidiano, a subjetividade das pessoas e alterando seus comportamentos, condutas e seus modos de perceber e sentir.

Walter Benjamim (1984), em sua famosa explanação de Paris como capital do século XIX, evoca a importância do capitalismo nessa condição alcançada pela capital francesa, destacando que:

A fantasmagoria da cultura capitalista alcança o seu desdobramento mais brilhante na Exposição Universal de 1867. O Império está no apogeu do seu poder. Paris se afirma como a capital do luxo e da moda. Offenbach¹ prescreve o ritmo da vida parisiense. A opereta é a irônica utopia de um duradouro domínio universal (BENJAMIM, 1984, p. 36).

Novos produtos, valores e padrões propagaram-se por todos os recantos do globo, sobretudo nas cidades, enquanto principal mercado e vitrine desse conjunto de inovações. Face ao realinhamento do Brasil nos quadros do capitalismo que então se mundializava, as principais cidades brasileiras não escaparam a esse processo de mudanças, no qual também se inseriu Fortaleza.

No contexto dessa inédita expansão econômica e urbana da Capital do Ceará, convinha aos poderes públicos, às elites enriquecidas e aos setores intelectuais procederem a um significativo conjunto de reformas urbanas capaz de nivelar a cidade aos padrões e códigos de "civilização", tendo como referência estética os grandes centros urbanos europeus. Tais medidas remodeladoras traziam a reboque uma nova relação dita disciplinadora para com os elementos dissonantes e agora considerados "agentes nocivos" ao processo civilizatório e normatizador, pretendido como os pobres, mendigos, doentes, vadios, loucos e prostitutas.

Esse processo começou a se materializar ainda na década de 1860, com a construção do Lazareto da Lagoa Funda e da Santa Casa de Misericórdia; "Ambas instituições criadas sob os auspícios de uma medicina higienizadora referenciada nos moldes da medicina social em voga na Europa que considerava sobretudo o "pobre" como principal foco da insalubridade urbana" (PONTE, 2004, p. 176).

Ainda segundo Ponte (2004), na década seguinte (1870), a remodelação prosseguiria com a instalação da estrada de ferro para Baturité (agilizando o transporte do algodão e de pessoas para a capital, consolidando, assim, a hegemonia econômica de Fortaleza). A construção de um novo cemitério, o São João Batista, em Jacareacanga, substituindo o São Casimiro, que estava instalado onde, agora, é a Praça da Estação, foi também uma intervenção na cidade, justificada pela pressão dos médicos em suprimir a velha necrópole, que comprometia o estado sanitário por estar muito próxima ao perímetro urbano da época e por ter sido local de sepultamento das vítimas da epidemia do cólera, ocorrida entre 1862 e 1864.

A Academia Francesa criada, em 1872, por jovens intelectuais egressos da Academia de Direito de Recife – aos quais coube o papel de promover o ideário cientificista e evolucionista entre os grupos letrados da cidade – e, finalmente, a iluminação à gás carbono, que era mais durável, davam mais vida e sociabilidade às noites fortalezenses e ao plano urbanístico de Adolfo Herbster.

De acordo com Castro (1994) apud Mamede (2008, p. 99), Adolfo Herbster foi contratado pela

Câmara Municipal como engenheiro, o qual, nesse cargo, elaborou três plantas.

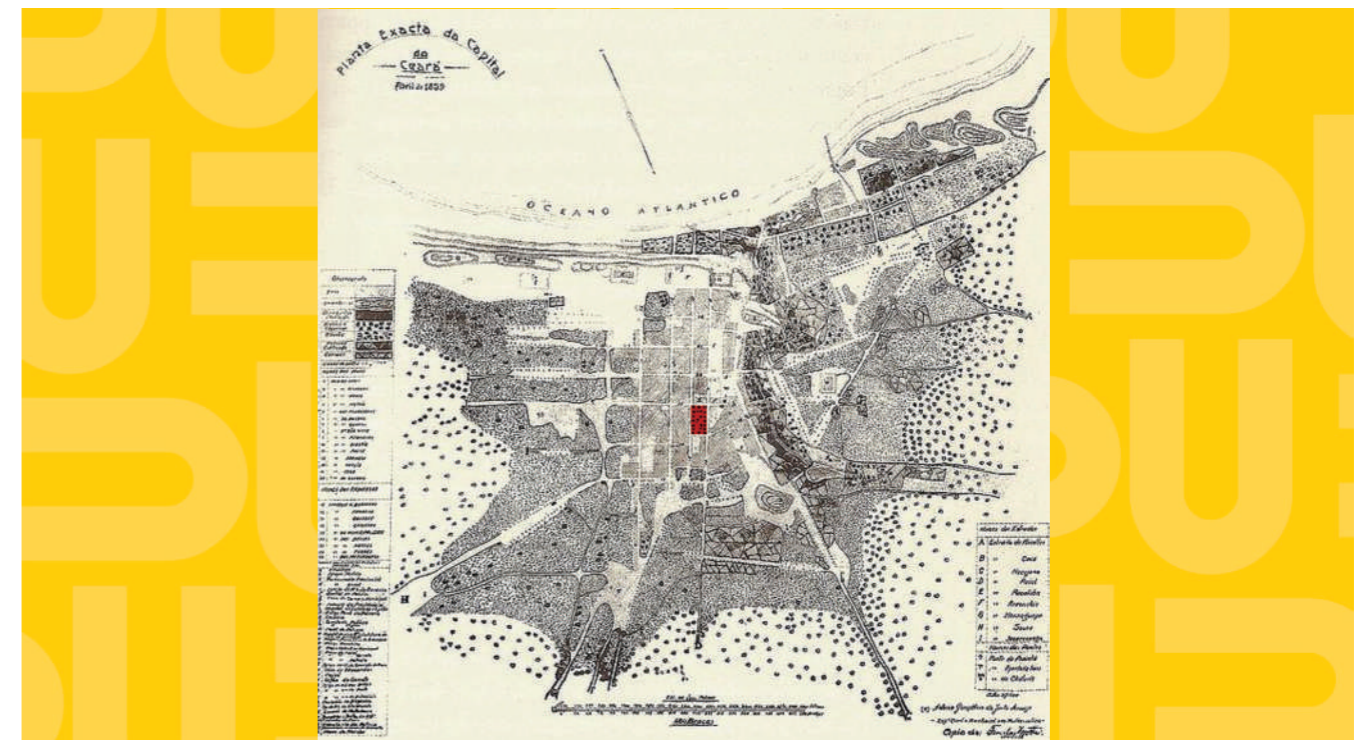
A primeira planta, a "Planta Exacta da Cidade" (FIGURA 01), de 1859, quando foi modificada e melhorada em 1861, apresentava em sua legenda as denominações dos logradouros e a localização dos edifícios públicos, civis, religiosos, militares e os limites de Fortaleza, tendo, ao norte, a orla marítima; a oeste, a rua 24 de maio; ao sul, a rua Clarindo de Queiroz e, a leste, a rua barão do rio Branco até a Cidade da Criança e, a leste também, o riacho Pajeú e um pequeno núcleo da praia, com os edifícios da Alfândega, armazéns e indícios de ocupação urbana nas imediações da "Casa dos Educandos" (atual Colégio Imaculada Conceição).

A segunda planta, "Planta da Cidade de Fortaleza e Subúrbios (FIGURA 02), mostra a expansão da cidade agora com o acréscimo, ao sul, da avenida Domingos Olímpio; a oeste, com o riacho Jacareacanga e, a leste, direcionando-se para o que seria denominado posteriormente de bairro Aldeota, além de destacar algumas obras do então governo, como o Passeio Público.

Observa-se a intenção do urbanista de criar um cinturão de avenidas "bulevares²", de influência francesa, servindo de "moldura" para a zona central, entre as avenidas Duque de Caxias, Imperador e Dom Manuel, objetivando dar "racionalidade à ocupação do solo e fluidez ao tráfego por meio do alinhamento de ruas e da abertura de avenidas" (MAMEDE, 2008 p. 99).

Por fim, a terceira planta, "Planta da Cidade de Fortaleza/Capital da Província do Ceará, de 1888 (FIGURA 03), que era um aperfeiçoamento da planta de 1875 por ele realizada. Agora, a planta se mostra representada graficamente dentro do mais alto rigor descritivo.

FIGURA 1 - PLANTA EXACTA DA CIDADE DE FORTALEZA, DE ADOLFO HERBSTER, 1859.



Fonte: <<http://historiasocialpesquisa.blogspot.com.br/2011/09/plantas-da-cidade-de-fortaleza.html>>. Acesso em: 14 julho 2017.

LEGENDA: Praça Dom Pedro II (Antiga Praça do Ferreira). Elaborado pelo autor, 2018.

¹ Offenbach: Jacques Offenbach, compositor e violoncelista francês de origem alemã da Era Romântica, foi um paladino da opereta e um precursor do teatro musical moderno.

² Bulevares: também chamada de Boulevard, é um termo que designa um tipo de via de trânsito, geralmente larga, com muitas pistas divididas nos dois sentidos, geralmente projetada com alguma preocupação paisagística

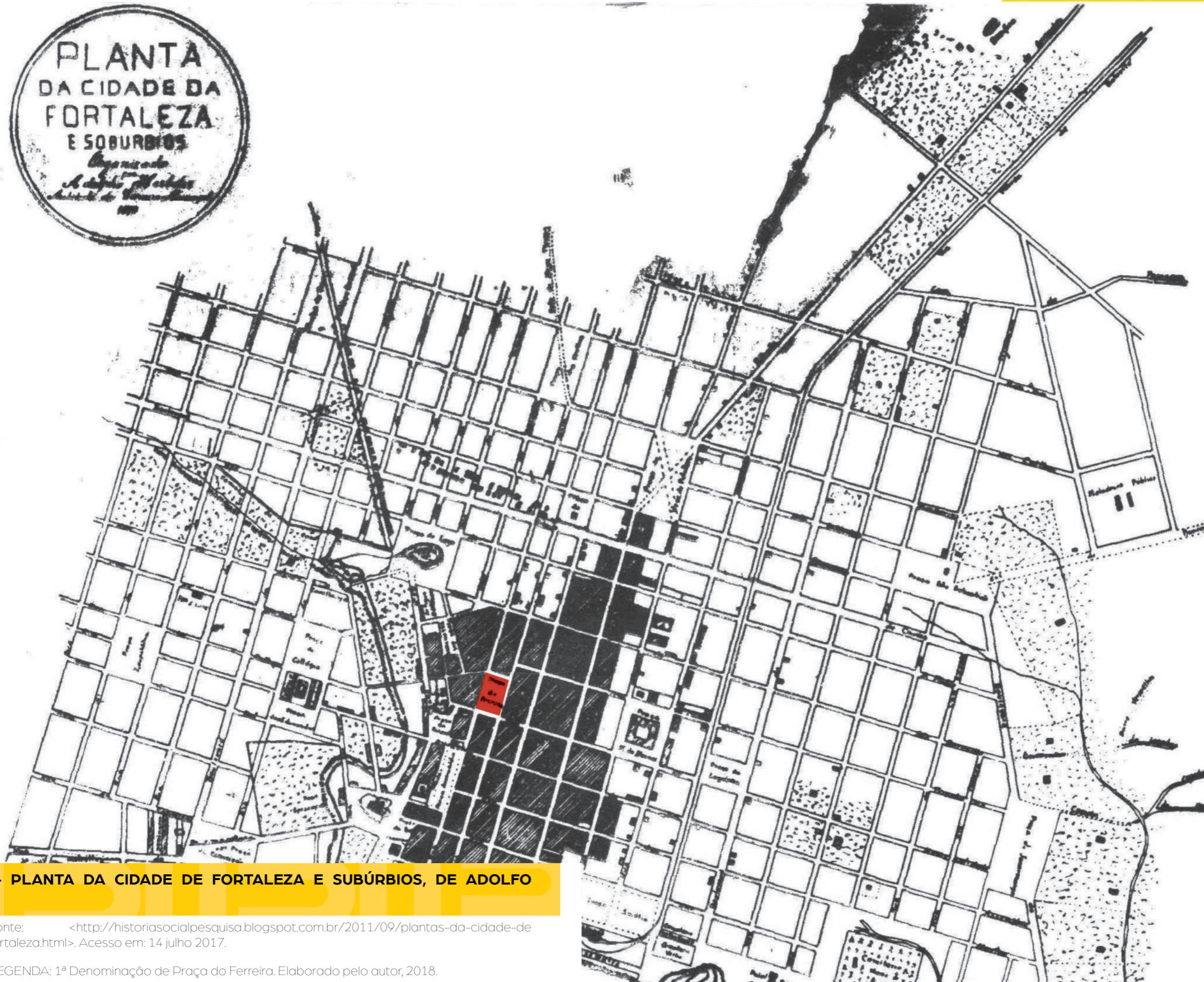


FIGURA 2 - PLANTA DA CIDADE DE FORTALEZA E SUBÚRBIOS, DE ADOLFO HERBSTER,



Fonte: <<http://historiasocialpesquisa.blogspot.com.br/2011/09/plantas-da-cidade-de-fortaleza.html>>. Acesso em: 14 julho 2017.

LEGENDA: 1ª Denominação de Praça do Ferreira. Elaborado pelo autor, 2018.



FIGURA 3 - PLANTA DA CIDADE DE FORTALEZA/CAPITAL DA PROVÍNCIA DO CEARÁ, DE ADOLFO HERBSTER, 1888.



FONTE: <<http://historiasocialpesquisa.blogspot.com.br/2011/09/plantas-da-cidade-de-fortaleza.html>>. Acesso: 14 julho 2018.

LEGENDA: 2ª Denominação de Praça do Ferreira. Elaborado pelo autor, 2018.

Segundo Ponte (2004), ao final do século XIX (1900), no auge da "belle époque", o fortalezense e historiador Paulino Nogueira comparava a velha, "pequena, modesta e recatada" capital com a nova Cidade qual uma "fênix renascida e cheia de mocidade e encantos", porque agora Fortaleza ostentava o Passeio Público e praças arborizadas, calçamento, ruas alinhadas, iluminação à gás, linhas de bondes, hotéis, quiosques, quermesses, entre outras novidades. Ao término de sua crônica, Nogueira concluía que, enfim, a civilização tinha chegado à Fortaleza, deixando claro que, no contexto da época, o termo "civilização" era sinônimo de progresso e de modernização.

O processo de remodelação sócio-urbana de Fortaleza, conforme apresentado, intensificou-se a partir das décadas de 1880 e 1890, época de instauração do regime republicano (1889). O novo regime e o novo século que se avizinhava reforçaram os anseios dominantes de alinhar o País ao progresso e à modernidade. Entre 1889 e 1896, foi um tempo de instabilidade política, que caracterizou os quatro primeiros governos militares do Ceará, e, em função disso, "nenhuma prática remodeladora de vulto se efetivou em Fortaleza" (PONTE, 2004, p. 180).

Entre 1896 e 1912, período de vigência da oligarquia Accioly, retomaram-se os investimentos embelezadores e disciplinarizantes para a capital e para sua população, com a colaboração da gestão municipal do Intendente Guilherme César da Rocha. Esse intendente, enquanto administrador, foi quem mais se empenhou pelo embelezamento de Fortaleza, tendo como primeira grande obra a inauguração do Mercado de Ferro³.

Tão logo o século XX se iniciou, trazendo a reboque a promessa de redenção da humanidade pelo progresso, a Intendência empreendeu sua maior realização em termos de remodelamento urbano: melhoria das três praças principais de Fortaleza (a do Marquês do Herval, hoje José de Alencar, a da Sé e a do Ferreira). Esses logradouros ganharam amplos e vistosos jardins, recheados de estátuas de inspiração clássica, canteiros de flores e plantas ornamentais, coretos, longos bancos, chafarizes e vasos importados (LEITÃO, 2002, p. 14). Vale ressaltar que, durante o carnaval, só às elites era dado o direito de brincar ali, mesmo que espremidas, para ficarem a salvo e não se "misturarem" com os populares, os quais deveriam brincar apenas nos limites da praça e ruas circundantes.

A Praça do Ferreira, então denominada Praça Pedro II, sofre remodelamento estético-urbano aos moldes dos jardins franceses em voga à época. Até 1902, a Praça do Ferreira era um denso areal, circundado por "frades de pedra"⁴, tendo, ao meio, um cacimbão (LEITÃO, 2002, p. 15).

Aderaldo (1979, p. 63) apud Campos (2002, p. 102) descreve a Praça do Ferreira em 1902, após a reforma urbana, ressaltando o seguinte:

Na parte sul do quadro, entre os cafés Iracema e Elegante, erguia-se belo chafariz com quatro torneiras no centro do quadrilátero, um cata-vento puxava água para um depósito que abastecia oito tanques destinados a manter viridantes os canteiros floridos, situados nas partes em que se dividia o trecho central, cercado de gradis. (ADERALDO, 1979, p. 63 apud CAMPOS, 2002, p. 102)

Se o processo de remodelação urbana de Fortaleza seguia a passos largos, tendo ainda como referencial estético a cidade de Paris, a metrópole considerada a mais civilizada do século XIX, e, se uma das marcas registradas desta última eram os famosos cafés, onde modernos e literatos celebravam a alegria de viver daqueles tempos, então, a capital cearense deveria tê-los também.

Campos (2002) afirma:

Na anatomia da cidade, a praça é o coração. Nesta persevera o espírito de sua gente, a maneira de ser, e, na verdade, de existir e participar de seus acontecimentos (CAMPOS, 2002, p. 52)

O aformoseamento da praça suscitava a instalação de grandes jardins, com o nome de Sete de Setembro (FIGURA 04), e quatro quiosques de madeira ao estilo e estética dos chalet's franceses (FIGURA 05), margeando cada esquina da praça. Eram os quiosques "Café Elegante" e "Café Iracema", ambos na lateral da praça, paralelos à Rua Pedro Borges e ao "Café do Comércio" e, o mais antigo, ao "Café Java", de 1886, ambos na lateral da praça, em paralelo à Rua Guilherme Rocha, onde esse último se constituía no principal ponto de encontro dos intelectuais da cidade, pertencentes ao Grupo literário "Padaria espiritual"⁵. Influência da arquitetura neoclássica, estátuas em estilo greco-romano enfileiravam as alamedas entre os canteiros do jardim. O espaço ficou caracterizado pelo usufruto das classes mais abastadas da cidade. Fortaleza, nessa época, possuía, em seu centro, toda a existência social limitada por suas próprias dimensões urbanas. O centro da cidade era literalmente a própria cidade de Fortaleza. A gestão pública se encarregava de manter essa aparente perfeição urbana através de uma política "higienista" que retirava dos olhos das elites os pobres, enfermos, retirantes, alienados de toda sorte e desvalidos que tivessem a infelicidade de se instalarem nas proximidades do Centro de Fortaleza. À essa época, as atividades comerciais eram de pequena monta, sendo mais evidenciadas nas proximidades do Porto (atual Ponte dos Ingleses ou Ponte Metálica), de tal forma que não afetavam nem incomodavam o bem-estar dos moradores do Centro de Fortaleza.

Ainda Campos (2002), sobre a vida social da Praça do Ferreira:

É na Praça do Ferreira, em seus bancos, em seus cafés e em suas esquinas, que tudo se trama, tudo se constrói, tudo se resolve e tudo se destrói (SAMPAIO, 1954 apud CAMPOS, 2002, p. 58).

³ Mercado de Ferro: edificação metálica inaugurada em 18/04/1897, na gestão do Intendente Guilherme Rocha e do Presidente Nogueira Accioly, na Praça da Carolina (ocupado, atualmente, pelo Palácio do Comércio), em frente à rua Floriano Peixoto. Em 1937, foi desmontado e dividido em duas partes: uma foi para o Bairro da Aldeota, na Praça Visconde de Pelotas, e ficou conhecida como o Mercado dos Pinhões; e a outra foi remontada na Praça Paula Pessoa e foi denominada Mercado São Sebastião. Esta última, no ano de 1968, foi transferida para o bairro Aerialândia, vindo a se chamar Mercado da Aerialândia.

Essas reformas ocorreram até 1924. Uma das mais importantes foi em 1914, com a substituição do sistema de iluminação existente por um dos mais modernos e subterrâneo (PONTE, 2004).

Conforme Ponte (2004),

Não foi à toa que na década de 1880 quatro elegantes cafés, em estilo "chalet francês", foram instalados nos quatro cantos da Praça do Ferreira; Como também não foi à toa a Praça do Ferreira ter sido escolhida para a instalação destes cafés, haja visto esta ser o principal logradouro desde a primeira metade do século XIX. Em seu entorno estavam os principais estabelecimentos comerciais, repartições públicas e o ponto de partida e chegada dos bondes. Os cafés (Java, Elegante, Iracema e do Comércio), a exemplo de seus congêneres parisienses, espalhavam suas mesas ao ar livre onde se reuniam diariamente ao final da tarde políticos, intelectuais e boêmios. O preferido da jovem intelectualidade era o Café Java, onde em 1892 o jovem Antônio Sales e seus amigos fundaram uma agremiação literária diferente das existentes à época: A Padaria Espiritual (PONTE, 2004, p.23).

FIGURA 4 – JARDINS SETE DE SETEMBRO DA PRAÇA DO FERREIRA 1909 – CARTÃO POSTAL PINTADO À MÃO, DO INÍCIO DO SÉCULO XX.



Fonte: Arquivo Nirez – Autor não informado.

4 Frades de pedra: estrutura suporte feita de pedra de lioz, vindas de Portugal, com argolas de ferro, onde se amarravam os cavalos.

5 Padaria Espiritual: agremiação literária fundada em 30/05/1892, no Café Java, um dos quatro quiosques que existiam na Praça do Ferreira. O objetivo da Padaria era despertar na população fortalezense o gosto pela literatura. Em 06/12/1896, a padaria encerrou suas atividades.

FIGURA 5 – CAFÉ DO COMÉRCIO – UM DOS QUIOSQUES DA PRAÇA DO FERREIRA, 1912.



Fonte: Arquivo Nirez – Autor não informado.

As obras e investimento da oligarquia Accioly com o apoio da Intendência Municipal não conseguiram diluir o descontentamento e a profunda insatisfação da população com o governo corrupto, fraudulento e violento. O grande repúdio a esse estado de coisas viria em 1912, ano de eleições para a Presidência do Ceará. Essa situação atingiu seu ápice em vinte e um de outubro de 1912, quando do massacre dos participantes de uma passeata em prol da candidatura de Franco Rabelo, adversário político da oligarquia Accioly, ocorrido na Praça do Ferreira. Daquela noite em diante, principiou uma revolta armada e popular, na qual a massa enfurecida não poupou os signos da remodelação urbana. Postes de luz foram arrancados, bondes incendiados, lojas saqueadas e o jardim da Praça do Marquês de Herval depredado. Deposto Accioly, Franco Rabelo venceu as eleições, mas permaneceu presidente apenas por dois anos (1914)⁶.

2º Momento: De 1902 até 1925, com a segunda reforma

Com o advento do automóvel e dos bondes, a partir de 1910 (FIGURA 06), os espaços dos jardins que antes se configuravam como espaço de contemplação e vivência lúdica, agora passam a ser empecilhos e/ou obstáculos para o "progresso" e deveriam ser retirados ou reduzidos.

A introdução do automóvel (1910) e a instalação de bondes elétricos 7 (1913) em Fortaleza imprimiram nova dinâmica e velocidade aos deslocamentos na cidade de tal forma que gerou a necessidade da criação da polícia

de trânsito e uma reorientação dos pedestres no uso das ruas e, por sua vez, alterou, de forma significativa, o visual e a estética aformoseada das ruas, com o aumento e a abertura de novas ruas e avenidas e redução do tamanho de alguns logradouros centrais, como foi o caso da Praça do Ferreira, em 1925, para facilitar a passagem e o estacionamento dos novos bondes.

Com a chegada dos bondes e a inauguração do Passeio Público, ambos em 1880, os usos e costumes dos espaços públicos em Fortaleza foram reorientados. Se por um lado os bondes requereram maior extensão de calçamento, por outro os habitantes podiam recorrer, com mais conforto, ao hábito de sentar-se em cadeiras nas calçadas ao entardecer, agora mais largas e extensas. O novo equipamento também concorreu para a valorização imobiliária das ruas em que passava e engendrou um novo costume social: o flerte entre os passageiros e moças, que das janelas esperavam vê-los passar.

Conforme Leitão (2002), em 1920, o então Prefeito Godofredo Maciel ordena a retirada dos quiosques e gradis, que compunham a praça. Ao se eleger novamente prefeito em 1925, Maciel autoriza a construção de um coreto, onde a Filarmônica da Polícia Militar executava dobrados e "allegros"8 à noitinha (LEITÃO, 2002, p. 18).

A demolição tanto dos cafés como do Jardim Sete de setembro, na Praça do Ferreira, simbolizou o fim da vigência da "belle époque" em Fortaleza, com seus signos da modernidade, datados do final do século XIX e marcada pelos ideais de "civilização" e "aformoseamento" urbano. Se estes equipamentos conviveram harmoniosamente com o ritmo compassado dos bondes puxados por burros e charretes em volta da praça, se o amplo Jardim 7 de Setembro e os bucólicos cafés eram referências sociais e culturais, agora eram vistos como obstáculos que deveriam desaparecer para dar passagem ao pragmatismo da nova dinâmica sócio-espacial, caracterizada pelo vai e vem frenético da multidão de transeuntes, automóveis e bondes elétricos tão comuns na década de 1920.

6 Se a erupção da Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918), destruindo e devastando cidades em proporções nunca vistas, é considerada o marco que decreta o fim do modo de viver florido que caracterizou a belle époque européia, podemos considerar que os conflitos de 1912 – 1914, em Fortaleza, significaram o início do declínio da belle époque cearense. A partir desta data não faltaram motivos para um gradativo recrudescimento deste período (LEITÃO, 2002).

7 No início os bondes eram de tração animal. Todos os vinte e cinco bondes saíam da Praça do Ferreira para os diversos destinos de Fortaleza. Quem explorava esse tipo de atividade comercial era a "Companhia Carril do Ceará", de propriedade do Coronel Tomé A. da Mota, que depois seria vendida aos ingleses da "The Ceará Tramway Light and Power Co. Ltd", que instalariam posteriormente os bondes elétricos (LEITÃO, 2002).

FIGURA 6 – RUA FORMOSA (ATUAL RUA BARÃO DO RIO BRANCO) E O TRAJETO DOS BONDES 1910.

Fonte: Arquivo Nirez – Autor não informado



Essa transformação imposta à Praça do Ferreira, por ser ainda o centro nevrálgico e gravitacional da cidade e onde as principais decisões, mudanças e novidades ocorriam com maior ressonância, é significativa por nos mostrar o início da constituição de uma nova organização do espaço urbano fortalezense, mais pautada pela racionalidade do que pelo embelezamento. Portanto, a Praça do Ferreira não era mais a mesma!

A remodelação da Praça do Ferreira, em 1925, sepultou o segundo momento e marcou o início do terceiro momento de suas intervenções urbanas. Ocorreu na gestão municipal do então Prefeito Godofredo Maciel, que implantou alamedas laterais para facilitar o trânsito, demoliu os quatro cafés do jardim Sete de Setembro, que ocupava uma significativa parcela da praça, deixando-a mais aberta ao fluxo de pedestres. Os únicos espaços residuais do jardim original foram os retilíneos e estreitos canteiros de flores nas extremidades da praça e um coreto coberto em seu centro.

Ainda na remodelação da praça em 1925, mesmo com a redução dos jardins e a criação de pequenos canteiros, bem como a instalação do Coreto (FIGURA 07), ainda se permitia a manutenção de certo uso social, isto é, de integração e sociabilização para os fortalezenses da época, mas, com a tecnologia de transportes, vieram a reboque outras atividades comerciais, como também outras manifestações de vida social, a exemplo do período entre 1917 a 1925, quando irromperam inúmeras greves de combativas organizações operárias, bem como a criação e instalação ali na praça do primeiros escritórios dos Partidos Comunista e Socialista (PONTE, 2004, p. 38).

As novas dinâmicas sócio-espaciais que se estabeleceram atraíram outros usuários, atividades e usos, mas, em contrapartida, comprometeram a existência, até então, da função residencial no local. A tranquilidade, o conforto e a ambiência floral de antes cederam lugar ao burburinho e ao congestionamento, alterando os usos de tal forma que gerou um deslocamento em massa das famílias abastadas que residiam no entorno da praça para outros bairros que vieram a se formar, como Jacareacanga e Benfica. Podemos afirmar também que um fato significativo iniciou a evasão das famílias residentes do centro, ocorrido em 1915, uma nova e intensa seca, direcionando milhares de "flagelados" à capital, levando o governo a instalar, na periferia da cidade, campos de concentração (PONTE, 2004, p. 41). Em função do crescimento significativo da população e da completa falta de condições para atender tamanha demanda, inclusive as necessidades de sobrevivência mais básicas, ocorreu o aumento do índice de delitos e transgressões da cidade, fruto da penúria e das condições mais insalubres de existência.

FIGURA 7 – PRAÇA DO FERREIRA 1925 – CORETO E AO FUNDO O HOTEL MAJESTIC.



Fonte: Arquivo Nirez – Autor não informado.

Em razão desse volume crescente de conflitos, tensões, greves, delitos e aglomerações no centro da cidade, as elites ali residentes iniciam, a partir de 1915, sua transferência para áreas desocupadas distantes do centro, como Jacareacanga. No decorrer da década de 1920, Jacareacanga se efetiva como o primeiro bairro elegante de Fortaleza, com suas mansões e palacetes. A seguir viriam os outros bairros, como a Praia de Iracema (década de 1930 – 1940) e Aldeota (cujo apogeu teve início nos anos 1950), delineando com maior transparência a constituição de novos espaços burgueses, reforçando, assim, a segregação sócio-espacial entre ricos e pobres na cidade.

Concomitante a isso, seu esvaziamento se efetivou à medida que o centro, daquela década em diante, foi marcado também pela ascensão do comércio, tanto em quantidade de estabelecimentos, quanto na diversidade das atividades e produtos mercantis no Centro da Cidade.

O logradouro, todavia, ainda manteve sua importância enquanto área de lazer e sociabilidade até a década de 1930, quando começou a sofrer concorrência com outros tipos de atividade, ou seja, o lazer materializado pelo cinema, clubes sociais, banhos de mar.

3º Momento: De 1925 até 1934, com a terceira reforma

Um terceiro momento de intervenção urbana na Praça do Ferreira tem início em 1925 e vai até 1934. É caracterizado pela demolição, em 1933, do coreto que ficava bem ao centro da praça e a construção, em seu lugar, da Coluna da Hora, no ano de 1934, (FIGURAS 08). A coluna tinha como destaque um relógio de quatro faces, fabricadas nos Estados Unidos por Seth Thomas Clek Co. (Cidade de Nova York), e que servia de orientação a toda cidade. A instalação da coluna da Hora reflete uma dinâmica temporal diferenciada do final do século XIX. Leitão (2002) comenta que, em 1933,

[...] houve nova reforma, desta vez pelo Prefeito Raimundo Girão; Retira-se o coreto e é erguida a Coluna da Hora, com um relógio de quatro faces. Novos bancos são colocados, de madeira, longos e bem apoiados em ferro fundido (LEITÃO, 2002, p. 20).

Agora vivenciamos uma temporalidade célere, como as atividades mercantis com novidades que estavam se instalando no Centro da Cidade. Segue-se a reportagem do Jornal O Povo de 06/01/1934, sobre a inauguração da Coluna da Hora, caracterizando aquele monumento.

As festas populares da passagem do ano de 1933 para 1934 tiveram nesta capital grande brilhantismo, reunindo à Praça do Ferreira entre às 21 e 24 horas, uma das maiores multidões que já estacionou naquele aprazibilíssimo logradouro.

É que a Prefeitura Municipal de Fortaleza – PMF anunciará que à meia noite seria inaugurada a Coluna da Hora, construída no Centro do Jardim 7 de Setembro, na mesma praça e o relógio público que se ostenta na referida coluna.

Desde às 21 horas que ali estacionava a banda do C.S.P. tendo se conservado até às 24 horas.

Precisamente às 23 horas, o Dr. Raimundo Girão, prefeito da capital, proferiu um discurso historiando o que tem sido as administrações municipais de Fortaleza e discorrendo sobre a sua gestão com fatos e algarismos [...] Fundação em radier9 de concreto armado ao traço 1:3.610, conforme detalhe fornecido ao contratante, sendo nela chumbados os ferros das colunas de modo a formar um só conjunto (O POVO, 06 jan., 1934, p.01).

8 Allegro: (italiano para alegre) é um andamento musical leve e ligeiro, mais rápido que o Allegretto e mais lento que o Presto. O Allegro costuma situar-se entre 120 e 168 batidas por minuto. Normalmente é o primeiro e/ou o último movimento de sonatas, sinfonias e concertos.

FIGURA 8 – PRAÇA DO FERREIRA 1942 – COM A COLUNA DA HORA E, A ESQUERDA, O CINE SÃO LUIZ, EM CONSTRUÇÃO.

Fonte: Arquivo Nirez – Autor não informado



A influência cultural antes de origem Francesa deu lugar agora à norte americana, vista tanto na arquitetura, através dos novos edifícios em Art Nouveau, a exemplo do Edifício São Luiz (que vemos na FIGURA 15), como nos filmes, que acabaram por ser referência comportamental e cultural para seus frequentadores. Essa influência se legitimou e se efetivou no período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando da instalação de Bases Americanas (Post Comand – PC) em Fortaleza, mais precisamente no local onde hoje se encontra o Bairro PICI, onde também se instalou o Campus da Universidade Federal do Ceará (Campus do PICI). Vale ressaltar como informação complementar que outros edifícios civis foram utilizados para usufruto do corpo de Oficiais norte americanos, a exemplo do Bar e Restaurante Estoril, como Cassino pelos militares estadunidenses, localizado na Praia de Iracema.

Girão (2002, p. 59), em seu livro "Retratos de Fortaleza", ressalta, de forma contundente, a importância da Praça do Ferreira no imaginário da população fortalezense e a força de sua representação coletiva:

É (a praça), um pequeno mundo de contrastes, as harmonias com o atrito, os encontros de amizade com os choques de desafetos, a pacatez com o torvelinho de negócios, de combinatas amorosas, de barganhas e tratos de toda espécie, pequeno mundo em que se acusa e defende. Se elogia e insulta, em que se tomam deliberações construtivas ou se ajustam rebeldias, onde se ausculta e mede a tensão dos acontecimentos e se sente ao vivo quando estes contêm sisudez ou são inócuos ou são ridículos. Onde também se lê a hora da coluna para regulação dos compromissos do dia (GIRÃO, 2002, p. 59).

4º Momento: De 1934 até 1949, com a quarta reforma

Em 1949, no local onde fora o velho prédio da Intendência Municipal, construiu-se o Abrigo Três de Setembro, conhecido popularmente como Abrigo Central. Situado ao norte da Praça, nele existiam boxes destinados à venda de produtos como discos, selos, bilhetes lotéricos, além de livrarias, tabacarias e cafeterias. Servia também de ponto inicial das linhas de ônibus da cidade, constituindo-se em um lugar dos mais movimentados de toda Fortaleza.

As atividades comerciais do Centro de Fortaleza, neste momento, ampliavam-se de forma exponencial nesse período, tanto em qualidade como em quantidade, de tal forma que surgiu a necessidade de criação de novos pontos comerciais na cidade. Segundo LEITÃO (2002):

Em 1949, depois de se desligar das tentativas de montagem de loterias no Ceará e em Pernambuco, o jovem empresário Edson Queiroz participou da concorrência pública aberta pela Prefeitura de Fortaleza para a construção e exploração de um Centro Comercial e de lazer no coração da cidade, a Praça do Ferreira. E ganhou o direito de construir o que viria a ser denominado ABRIGO CENTRAL e de usar comercialmente o local por um período de 13 anos. No prédio procurou agrupar desde pequenas lojas e empresas de prestação de serviços, bares e lanchonetes, com bastante espaço para as pessoas ler jornal, tomar café, beber e conversar. Em pouco tempo Fortaleza transformou o Abrigo Central em seu ponto de encontro predileto. Por lá passariam todos os tipos humanos de uma sociedade em transformação, dos finais dos anos 40 até meados dos anos 60: Artistas, negociantes, políticos, estudantes, poetas de cordel e contadores de anedotas. Na expressão dos cronistas da época, o Abrigo Central era a verdadeira "Assembleia do Povo" (LEITÃO, 2002, p. 24).

O Abrigo Central (FIGURA 09), que era o ponto, no centro, de saída e chegada de todos os ônibus locais de Fortaleza, acabava por aglomerar muitas pessoas nos mais diferentes horários. Neste período, vivenciavam-se as ideologias do "Estado Novo" do Governo de Getúlio Vargas, fazendo com que o abrigo viesse a se tornar o mais democrático parlamento de Fortaleza, na expressão de Leitão (2002, p. 10). Construído para ser apenas um abrigo de estação para aqueles que esperavam o ônibus, acabou por se tornar um lugar de reuniões dos mais diversos grupos e matizes: políticos, boêmios, trabalhadores simples e eruditos de última hora, universitários e jovens acompanhadas pelos pais, jovens notívagos, entre outros. Os boxes atendiam à população nos mais variados horários, com as



Fonte: Arquivo Nirez – Autor não informado

atividades comerciais mais diversas, da bebida alcoólica ao café da manhã. Era espaço para todos. Apesar de considerado de estética duvidosa, o abrigo agradava e atendia à sociedade da época e fez muita falta ao ser demolido 17 anos depois, ou seja, em 1966, conforme se pôde constatar em leituras de jornais à época.

Segundo Campos (2002), o Abrigo Central era o ponto de reunião de todos os frequentadores da praça e, apesar de sua efêmera existência, marcou o espírito, a verve, a vida e o tradicionalismo da Praça do Ferreira de antigamente.

FIGURA 9 – INAUGURAÇÃO DO ABRIGO TRÊS DE SETEMBRO (ABRIGO CENTRAL) 1949.

5º Momento: De 1949 até 1969, com a quarta reforma

O pós-guerra trouxe para o Estado do Ceará o nacional-desenvolvimentismo na transição para a modernidade da sociedade cearense. A modernidade já era uma estratégia de sobrevivência das elites cearenses e essas ideologias modernizadoras, identificadas com a industrialização, foram facilmente assimiladas pelas elites locais (BERNAL, 2004, p.54).

Gondim (2002) apud Bernal (2004, p. 55) comenta o surgimento de Órgãos Institucionais que fomentaram o processo e expansão industrial que, por sua vez, alavancou a economia do estado no início da segunda metade do século XX:

A década de 1950 foi o marco de modernização do Estado, com a criação do banco do Nordeste do Brasil, em 1952, que teria importante papel na formação de novas elites para a região, cedendo técnicos especializados em planejamento e pesquisa para ocuparem altos cargos na administração estadual, além da urbanização e do incremento dos meios de comunicação. A racionalidade tecnocrática teria tido o marco inicial no primeiro governo de Virgílio Távora (1963- 66), com a criação de um sistema de planejamento para o desenvolvimento capitalista, com a solução para o problema do abastecimento de energia, com a implantação da Usina de Paulo Afonso, a conclusão do projeto do Distrito Industrial, a organização da Companhia de Telecomunicações do Ceará e a instalação da fábrica de asfalto do Mucuripe (GONDIM, 2002 apud BERNAL, 2004, p. 55).

Essas ideologias modernizadoras se concretizaram em obras estruturais no Estado, tais como o sistema de abastecimento de água Pacoti-Riachão, a energização rural, a finalização na construção do Distrito Industrial, a construção de rodovias ligando Fortaleza às cidades do interior (PARENTE, 2000 apud BERNAL, 2004, p. 55). E, no campo urbano, em obras por toda a capital do estado, como a construção do Centro Administrativo, a conclusão das obras do estádio Castelão e, dentre essas obras, a reforma da Praça do Ferreira.

9 Fundação em Radier: radier é um tipo de fundação rasa que se assemelha a uma placa ou laje que abrange toda a área da construção. Os radiers são lajes de concreto armado em contato direto com o terreno que recebe as cargas oriundas dos pilares e paredes da superestrutura e descarregam sobre uma grande área do solo. Geralmente, o radier é escolhido para fundação de obras de pequeno porte. O radier apresenta vantagens como baixo custo e rapidez na execução, além de redução de mão de obra comparada a outros tipos de fundação superficiais ou rasas.

10 Traço 1:3:6: é a indicação de quantidade dos materiais que constituem o concreto. A quantidade de partes proporcionais para a constituição da pasta cimentícia. A primeira é de cimento, a segunda de areia e a terceira de pedrisco.

Podemos afirmar que a reforma de 1969 começou anos antes, em 1966, com a demolição do Abrigo Três de Setembro, o Abrigo Central. Desde o advento da Revolução Militar de 31 de março de 1964, os espaços coletivos da mais pura e espontânea expressão popular do País estavam sendo gradativamente alterados em sua forma e composição física, com o intuito de cercear, controlar, dirimir e, se possível, extinguir qualquer possibilidade de aglomeração humana. Fortaleza e seus espaços públicos, notadamente a Praça do Ferreira, não iriam passar incólumes a esse controle estatal. O Ex-Prefeito de Fortaleza Acrísio Moreira da Rocha, à convite do então Prefeito Murilo Borges, alegando insalubridade e precariedade na construção, participa em ato solene da demolição do abrigo, solicitando-o a dar a primeira marretada no processo de demolição do Abrigo Central.

O Jornal O Povo do dia 04/05/1966 assim noticia a repercussão da demolição:

Indiferente às marretadas que quebram, paulatinamente, a pesada estrutura de cimento armado [...] os 'habituês' do Abrigo Central [...] dele não se afastam, como se demorassem no último adeus ao lugar, que por muitos anos, lhes serviu para animados bate-papos.

A demolição do "monstrego" que ensejará a expansão da Praça do Ferreira foi oficial e solenemente iniciada às 11 horas de hoje, em presença do prefeito Murilo Borges, homem que teve coragem de mandar derrubar o Abrigo, do ex- prefeito Acrísio Moreira da Rocha, em cuja gestão foi construído, do historiador Raimundo Girão, que retratará o 'QG da fofoca' para a posteridade, do almirante Fontenelle, executor direto da demolição, e de grande número de populares. A Cibel firma demolidora, levará de 40 a 50 dias para fazer o Abrigo cair. (O POVO, 04 mai. 1966, p.01).

O cronista Juarez Leitão, em seu livro "A Praça do Ferreira – República do Ceará Moleque", faz um comentário que sintetiza, como veremos a seguir, a opinião quase uníssona da população de Fortaleza dessa época, em relação a essa intervenção:

Em 1968 o Prefeito José Walter Cavalcante faz a demolição completa da praça e ergue uma coisa esquisita com canteiros altos em forma de caixões, interceptando a vista horizontal de tal modo que, quem estivesse de um lado não enxergava o outro lado. Como era no tempo da ditadura militar, muita gente achava que aquelas paliçadas de cimento armado eram para evitar aglomeração no Centro da praça e dificultar os comícios e mobilizações de protesto. O bate-papo vespertino, os bancos parlamentares e o convívio dos aposentados...tudo isso finou. Os cronistas e historiadores consideram que o Dr. José Walter, querendo ou não decretou a morte da praça (LEITÃO, 2002, p. 27).

Praticamente um ano depois, é demolida outra referência e marco da Praça do Ferreira, a Coluna da Hora. As alegativas justificando tal ato foram similares àquelas apresentadas para a demolição do Abrigo Central: precariedade tanto na estrutura como nos mecanismos dos relógios. A Coluna não suportaria os reparos necessários, pois esta se apresentava "[...] cheia de rachaduras e onde um dos ponteiros do relógio chegou a cair" (O POVO, 08 jul. 1967, p. 07).

Objetivando minorar a repercussão negativa que porventura pudesse ser gerada com a demolição, esta foi efetivada em ato solene com a presença do historiador Raimundo Girão. O Jornal O Povo do dia 08/07/1967 noticiava o fato da seguinte forma:

Quando o historiógrafo Raimundo Girão deu, na manhã de quarta-feira última, a primeira marretada marcando o princípio do fim da velha e histórica Coluna da Hora, houve quem se sentisse contristado e até quem afirmasse que o atual Secretário de Cultura estava renegando sua obra. Mas ele ponderou em seu discurso que 'o que fiz ontem com todo interesse vejo hoje sem função' e que 'se é preciso renovar renovemos, pois sou amigo das renovações. Julga Girão que em 1933, quando foi levantada, a Coluna agigantava-se, com seus treze metros de altura, numa Praça do Ferreira de modestas edificações, minuscilizando-se depois diante de edifícios como o São Luiz e o Sul-América perdendo muito de sua primitiva imponência [...] foi, aos poucos, sendo vítima do desleixo administrativo e passando, de cronômetro oficial da vida da cidade a mera figura decorativa (O POVO, 08 jul.1967, p. 07).

Em 1969, a Praça do Ferreira (FIGURA 10) passa, então, por um novo processo de intervenção urbana, com a formulação de um projeto urbanístico elaborado de início pelo Arquiteto e Professor Jorge Neves e alunos da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Ceará – UFC, mas que por divergências conceituais acabaram por abandonar o projeto. Foi aí que o então Prefeito Murilo Borges se utiliza de uma maquete física feita pela equipe de Arquitetos e estudantes como material de estudo de volumetria e massa arquitetônica como referência para definir a nova praça, que se utiliza agora de espaços em desníveis e belvederes¹¹ delineados por canteiros com formas puramente geométricas. Podemos observar que esse projeto foi influenciado indelevelmente pela arquitetura moderna com seus corredores de circulações entre os canteiros, ocorrendo também a instalação da Galeria Antonio Bandeira¹². A Coluna da Hora não mais existiria e aquele espaço passou então a ser muito mais de circulação do que propício a momentos de parada e interação social ou mesmo de aglomerações políticas. Agora a praça evidencia a preocupação em direcionar o deslocamento dos seus usuários como se esta fosse apenas espaço de mobilidade, circulação e passagem para outros quarteirões que possuíam, por sua vez, atividades comerciais. Via-se perfeitamente a necessidade do Gestor Público em controlar e impor suas diretrizes de governo totalitário onde os espaços abertos para congregações, independentemente de sua natureza, não eram mais permitidos, salvo aquelas de cunho oficial. A ideologia política da época, caracterizada pelo cerceamento dos direitos mais básicos de liberdade de expressão, interferia em todos os aspectos da sociedade, inclusive na arquitetura. Apesar desta definição espacial arquitetônica, a praça ainda evidenciava e vivenciava sua importância enquanto espaço de congregação para a Cidade de Fortaleza. O comércio alcançava um maior grau de complexidade, atendendo, com suas mais variadas mercadorias e com suas diversificadas lojas, todas as classes sociais, fazendo do centro da cidade um espaço multifacetado em atividades, funções, fins e utilizado por toda a sociedade em horários distintos.

FIGURA 10 – VISTA DA PRAÇA DO FERREIRA – REFORMA URBANA DE 1969.



Fonte: Arquivo Nirez – Autor não informado.

¹¹ Belvederes: terraço no alto de um edifício ou de um morro e de onde se descortina um belo panorama. Sinônimo para mirante.

6º Momento: De 1969 até 1991, com a sexta e última reforma

Antes de adentrarmos na discussão sobre a última intervenção urbana da Praça do Ferreira, faz-se necessário tecer algumas considerações sobre o Centro de Fortaleza. O decorrer da década de 1970 foi caracterizado pela crescente e gradual descentralização comercial do seu centro, com a geração de centros secundários em outros bairros, a exemplo de Aldeota e Montese. Esse processo foi impulsionado pelo deslocamento das grandes lojas e magazines, criação de Centros Comerciais (Center Um), pelo deslocamento e perda de funções comerciais e públicas, que se mudaram para outros locais da cidade. Contribuiu para isso uma nova modalidade de empreendimento comercial que se popularizava pelo mundo todo, ou seja o Shopping Center. Com isso, o Centro de Fortaleza perdia uma de suas centralidades mais importantes, que era aglutinar as atividades comerciais para toda a cidade e até mesmo para a sua área de influência.

Podemos fazer uma correlação entre o que foi dito por Salgueiro e Cachinhos (2006), no artigo "As relações Cidade – Comércio: Dinâmicas de Evolução e Modelos Interpretativos", que trata das relações cidade e comércio, tendo como objeto empírico a cidade de Lisboa, onde ocorreu uma setorização do comércio na tentativa de fidelizar a clientela de maior poder aquisitivo e ao tentar associar-se produto e estilo de vida. Com isso, as atividades comerciais de baixo nível, como utilidades populares, encontraram no centro da cidade condições para se desenvolverem de tal forma que podemos afirmar que o centro passou a ser o shopping center das camadas sociais mais baixas, e, sob esta ótica, o centro não perdeu essa centralidade de aglutinação comercial, mas apenas teve uma redução em suas atribuições, agora divididas com os Shoppings Centers.

Segundo Villaça (1998, p. 283), no Brasil, na década de 1980, os centros principais já estavam quase totalmente tomados pelas camadas populares. Aquilo a que se chama ideologicamente de 'decadência' do centro é tão somente sua tomada pelas classes populares, justamente sua tomada pela maioria da população, essa maioria, para ele, é o centro da cidade.

Tal alteração de escalas do uso e funções do Centro de Fortaleza iria influenciar de forma significativa também as dinâmicas sócio-espaciais da Praça do Ferreira, haja vista a profundidade de sua inserção enquanto equipamento urbano no processo de expansão urbana da própria cidade de Fortaleza.

A última reforma urbana concretizada da Praça do Ferreira (FIGURA 11), iniciou-se em 1991 e foi finalizada em 1993. O projeto urbano foi desenvolvido pelo Arquiteto Fausto Nilo, sob a Gestão Pública do então Prefeito Juraci Magalhães.

Podemos afirmar que essa reforma na praça foi uma das inúmeras estratégias políticas utilizadas pelo Prefeito Juraci Magalhães como forma de legitimar e efetivar seu poder político no município. Da mesma forma que podemos afirmar também que as mudanças na configuração espacial da Cidade de Fortaleza e as alterações nos usos dos espaços públicos se iniciaram ainda na década de 1980 com o surgimento do "Governo das Mudanças" (1986), encabeçado pelo Empresário Tasso Jereissati. Esse visava, entre suas propostas de mudança e pretensão "progresso" para o Estado e sua Capital, incrementar as atividades comerciais locais, através de investimentos públicos na cidade, com o objetivo de remodelar a imagem da cidade de Fortaleza aos moldes de outras cidades litorâneas brasileiras com acentuado viés turístico. E, assim, influenciando, sobremaneira, as relações entre paisagem e memória no Centro de Fortaleza e, por conseguinte, suas práticas sociais, sobretudo as práticas econômicas que envolvem o setor terciário em seu centro. Apesar de Tasso e Juraci serem adversários políticos, ambos professavam as mesmas condutas e intenções públicas e as mesmas ideologias político-partidárias.

FIGURA 11 - IMAGEM DA PRAÇA DO FERREIRA 1998.



Fonte: Arquivo Nirez – Autor não informado

12 Antônio Bandeira: nasceu em Fortaleza em 26/05/1922, vindo a falecer em Paris em 6/10/1967. Foi um pintor e desenhista brasileiro. É um dos mais valorizados pintores brasileiros e tem obras nas maiores coleções particulares em museus do Brasil e do mundo.

Essa reforma urbana da praça, enquanto processo de requalificação do Centro de Fortaleza, entre outras atividades, foi a práxis de um discurso vinculado às políticas públicas urbanas municipais. O Projeto da nova praça veio como a cristalização das propostas transformadoras e transformistas do Gestor Público Municipal à época, com a intenção de gerar visibilidade, credibilidade e viabilidade das propostas pretendida pela Prefeitura.

As intenções e os princípios norteadores do projeto urbanístico, no que se refere ao incremento do comércio na Praça do Ferreira, podem ser entendidos com base na memória do projeto, com o partido arquitetônico adotado pelo urbanista vindo ao encontro com as intenções do Gestor Público e fundamentando o resgate de mobiliários urbanos pretéritos pela importância e relevância histórica da praça, bem como justificando a promoção de mudanças no espaço público, como forma de dar respaldo a emergente e insipiente atividade turística que estava a se construir.

Concomitante aos incrementos comerciais da Prefeitura Municipal de Fortaleza, as atividades mercantis que margeavam a Praça do Ferreira, com o intuito de reestabelecer a antiga força econômica das atividades comerciais lindeiras à praça e, por extensão, as do Centro, foram economicamente as mais prejudicadas pela descentralização das atividades terciárias em benefício direto aos Shoppings Centers; e pela repercussão que a intervenção na praça cumpriria na manutenção da hegemonia política do então prefeito Juraci Magalhães.

A proposta urbana tinha como objetivo a preparação de um novo espaço para receber novamente atividades comerciais de animação em seu entorno, como cafés, bares, livrarias, lanchonetes e hotéis, e que, juntamente com o Cine São Luiz, as bancas de revistas, as vitrines e os próprios equipamentos da praça, formariam uma cadeia de atratividades para revitalizar definitivamente o lugar. As referências históricas são intenções explícitas do projeto. Os elementos que compõem a praça resgatam os elementos do passado, sintetizando diferentes tempos: O poço do século XIX, os cafés também do final do século XIX e a Coluna da Hora nas primeiras décadas do século XX. O aspecto nostálgico se manifesta na releitura e estilização destes elementos, trazidos à tona em uma ou outra circunstância, como bem sintetiza Sampaio (1993):

O projeto da Nova Praça do Ferreira teve o sentido de fazer a interligação memorialística de três períodos históricos que imprimiram sua marca à praça e criou uma relação especial com cada geração que a frequentou (SAMPAIO, 1993, p. 49).

E apesar de que, em quase toda a década de 1990, ocorresse com certa profusão obras de intervenções no Centro de Fortaleza, como forma de mostrar continuidade na proposta de requalificação urbana do centro, o sucesso inicial da proposta de requalificação cedeu espaço para uma franca e gradual decadência da sua estrutura sócio espacial, haja vista que as intervenções eram midiáticas, pontuais e de resultados pífios e inócuos. Sob essa ótica, a própria Praça do Ferreira, enquanto instrumento simbólico comprovatório da pretensa preocupação do Gestor Público em preservar sua história e memória, sofreu desgastes naturais em virtude da superficialidade e fragilidade contextual das ações urbanas.

Para potencializar a precariedade da configuração física-espacial da Praça do Ferreira, ao final da década de 1990, ocorreu a descentralização política do Centro de Fortaleza, com a retirada das instituições governamentais e jurídicas, no caso o Fórum e as Sedes do Governos Estaduais e Municipais, que foram para áreas mais distantes da cidade (bairro Cambé e bairro Edson Queiróz, respectivamente). Tal diminuição ou ausência de certas centralidades acabou por gerar um processo de degradação do Centro de Fortaleza em vários níveis de atuação (comercial, político e, por conseguinte, cultural), no qual a Praça do Ferreira não passou incólume.

Vale ressaltar, ante a consciência e constatação das deficiências das intervenções urbanas isoladas no Centro de Fortaleza, o surgimento, em 1999, da ONG "Ação Novo Centro"¹³, entidade patrocinada pelo CDL (Clube de Diretores Lojistas), com o intuito de estimular o desenvolvimento do Centro, incrementando seu desenvolvimento econômico através da valorização de seus atributos históricos e culturais, com ações semelhantes às adotadas em outros estados da Federação. A ação dessa organização nasceu de um esforço conjunto do poder municipal e estadual, entre a Prefeitura Municipal de Fortaleza, através do PLANEFOR (Plano estratégico da Região Metropolitana de Fortaleza) e de

outros órgãos institucionais do Pacto de Cooperação e do Fórum de Comércio, respectivamente.

Entre algumas ações dessa entidade (projetos "Shopping Centro", "Bairro Central"), o projeto "Requalificação de Fachadas", é extremamente pertinente para a análise dos usos atuais da Praça do Ferreira, haja vista que a entidade selecionou o seu entorno, bem como o da sua praça vizinha, a Praça dos Leões. Sintetizando o programa da entidade, podemos elencar os seus principais objetivos: requalificação de um sítio histórico e simbólico do centro de Fortaleza, efetivando melhorias urbanas e novos investimentos privados, elevando o grau de atratividade e usança da área. "[...] avaliar a existência e a potencialidade da geração de novos negócios e atividades para a área". (Ação Novo Centro, 2002, p. 01).

Percebe-se nas intenções do programa a necessidade de aliar os atributos simbólicos do lugar ao incremento das atividades do comércio varejista da área e à valorização imobiliária dos imóveis. A proposta do programa consiste basicamente em retirar os "fachadeiros" e os elementos de comunicação visual, na tentativa de restaurar a aparência original das fachadas. No entanto, o resgate é parcial, uma vez que as adaptações das edificações para o uso do comércio são mantidas ou reordenadas. Foram selecionados 57 imóveis, à época, para participarem do programa que foi proposto e coordenado pela Ação Novo Centro, com o apoio de diversos setores, a fim de viabilizar o projeto de requalificação sem gerar ônus para os proprietários. Embora, numa primeira fase, tenha sido realizado o projeto de 21 pontos comerciais, apenas alguns foram concretizados, devido às resistências dos comerciantes em dispor de recursos e tempo para a reforma, que comprometeriam a margem de lucros dos seus negócios, limitação relacionada, principalmente, aos pequenos comerciantes. Aliás, esta resistência dos comerciantes locais em absorver mudanças tem dificultado, historicamente, as transformações no Centro de Fortaleza.

A atuação do projeto de "Requalificação de Fachadas", embora tenha dado início a valorização do patrimônio histórico e cultural edificado do Centro de Fortaleza, ainda se constitui superficial e epidérmica, até porque as intervenções nas fachadas não são conduzidas conforme as recomendações das técnicas de restauro e cartas patrimoniais. É evidente que a reforma e pintura de fachadas cumpre o seu papel na requalificação das áreas degradadas do Centro, mas é preciso estratégias mais amplas de preservação que incluam a legitimidade dos usos no processo de transformação da área. Infelizmente, esse projeto não se efetivou da forma esperada, não se dando continuidade em função dos resultados irrisórios.

¹³ Ação Novo Centro: define-se como "OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) pró-revalorização do Centro de Fortaleza fundada e mantida por entidades e empresas" com a missão de propor e articular projetos e ações – em parceria com a iniciativa privada e órgãos públicos – que visem a melhoria e desenvolvimento do Centro nos aspectos físico-urbanísticos, ambientais, sociais e econômicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizando o presente trabalho, apresentamos algumas considerações finais, mas, tendo em vista a complexidade do tema, este não será exaurido, pois temos a consciência de não termos dado conta de toda a problemática que envolve uma pesquisa dessa natureza. Contudo, permitimos-nos salientar alguns pontos considerados reveladores do objeto em estudo, que esboçamos a seguir.

Podemos concluir, a partir da realização da pesquisa, que a Praça do Ferreira pode ser ainda considerada, de forma incontestada, de destacada importância para a Cidade de Fortaleza e para parte de sua população. A praça ainda é a praça! Independente de sua configuração física-espacial atual e de novas formas de uso e territorializações permanentes e/ou flexíveis, ela ainda se mantém com toda a sua relevância e representação social, como espaço de congregação e integração e como local de resgate de reminiscências pessoais ou coletivas, além de palco e ferramenta de legitimação da Gestão Pública, através de seu espaço ocupado por suas atividades sócio-cívicas. Compreendemos, todavia, a redução inevitável da importância da Praça do Ferreira, em benefício de outras áreas da cidade, que passaram a constituir outras centralidades. Isso ocorreu concomitantemente a geração de novas formas de apropriação e usos da Praça do Ferreira, e que, se hoje ela não pode ser reconhecida como marco da cidade, ainda consegue ser um ponto nodal dos bairros que a margeiam, ou dos bairros periféricos que se beneficiam de suas atividades comerciais, ou por parte da população atraída quando ocorrem eventos de cunho sócio-culturais na praça. Consideramos um ponto importante do trabalho o resgate das intervenções urbanas pela as quais passou a praça, o que nos permitiu estabelecermos uma periodização, tendo em vista os seus diferentes momentos, o que acreditamos que pode contribuir como indicador para novos trabalhos que tenham por mote ou objeto o resgate histórico das transformações físico-espaciais da praça, dando possibilidades de aprofundamento e elaboração de novas pesquisas.

Em nossa pesquisa, objetivando melhor compreender e apreender essas dinâmicas sócio-espaciais, deu-se maior ênfase ao momento da última intervenção até os dias atuais e, para isso, nos detemos mais sobre a proposta de intervenção urbana definida no projeto urbanístico de 1991, do Arquiteto Fausto Nilo, que teve como partido arquitetônico a diretriz de buscar e resgatar valores de tradição (e isso deve ser levado em consideração e ter seu mérito reconhecido), através de uma proposta nostálgica de fazer uma releitura de espaços (físicos, sociais e espaciais) outrora existentes e de forte representatividade para a população usuária ou não da praça à época. Em nossas pesquisas, não encontramos facilmente essa relação de representatividade, isso porque muito dos frequentadores não conhecem a história da praça, por não terem vivenciado os períodos que gestaram esses marcos temporais e arquitetônicos, não demonstrando, assim, uma maior empatia, gerando uma relação de distanciamento e indiferença. O projeto se baseou em reconstruir quiosques como os que foram construídos no início do século XX, posicionando-os da mesma forma como fôra anteriormente, aos quatro cantos da praça. A reconstrução da Coluna da Hora, construída nas primeiras décadas do século XX, bem como o desenterrar da cacimba (acidente fortuito!), construída em uma das gestões municipais do Boticário Ferreira (primeiras décadas do século XIX), e que fornecia água a população, demonstra uma tentativa, por vezes, inadequada e sem estudos de viabilidade cultural, no que diz respeito à avaliação do grau de simbolismo que estes elementos possuem no imaginário popular ou nas reminiscências da sociedade, ao vincular várias dinâmicas temporais através de seus elementos ou marcos de referência cultural como se estes pudessem ser associados conforme a vontade do urbanista.

Enfim, o significado e o grau de influência da praça para a população são ameaçados pelo tipo de intervenção pontual. O comprometimento da praça como lugar da memória está em xeque, assim como o Centro como um todo. Acreditamos que a garantia da sua permanência simbólica no imaginário sócio-espacial da cidade depende de uma estruturação espacial em todo o Centro, que seja norteada em primeiro plano por um planejamento participativo da sociedade. O Centro de Fortaleza caracteriza-se hoje por atividades comerciais mais direcionadas ao público de menor renda e, nesse contexto, a Praça do Ferreira, por estar inserida no Centro de Fortaleza, perdeu mais relevância e força de atração, causada, também, pela ausência de memória de parte da população, além das precárias condições de manutenção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AÇÃO NOVO CENTRO. Apresentação do Programa "projeto de Requalificação de Fachadas".

Fortaleza: CDL, 2002.

ADERALDO, Mozart Soriano. A Praça: comemorando a restauração da Praça do Ferreira. 2. ed. Fortaleza: Gráfica Ed. 1989.

A HORA final da Coluna da Hora. O Povo, Fortaleza, 09 de julho 1967, p. 07 e 08. A PRAÇA – reflexões de um leigo. O Povo, Fortaleza, 09 de janeiro 1970, p. 03.

ARQUITETOS discordam e abandonam o projeto. O Povo, Fortaleza, 14 de julho 1968, p. 08. AZEVEDO, Otacilio. Fortaleza Descalça. Fortaleza: IOCE, 2012.

A NOVA praça e o trânsito. O Povo, Fortaleza, 05 de julho 1968, p. 01.

BICHOS vão as ruas sob custódia policial. O Povo, Fortaleza, 08 e 09 de junho 1968, p. 06. BENJAMIN, Walter. Teoria do espaço urbano. Paris: Capital do Século XIX, 2010.

BERNAL, Maria Cleide Carlos. A metrópole emergente: a ação do capital imobiliário na estruturação urbana de Fortaleza. Fortaleza: UFC/Banco do Nordeste do Brasil S.A., 2004.

CARLOS, Ana F.A., SOUZA Marcelo. L., SPOSITO, Encarnação. B. A produção do Espaço Urbano. São Paulo: a Contexto, 2013.

CARROS voltarão a circular na Praça. O Povo, Fortaleza, 12 de setembro 1968, p. 01 e 06.

CONCLUSÃO das obras da praça previstas só para março. O Povo, Fortaleza, 07 de novembro 1968 p. 05.

. Passeio Público: Espaços, estatutária e lazer. Cadernos de Arquitetura Cearense, v. 2, 2016.

CORREA, Roberto Lobato. O espaço urbano. São Paulo: Ática, 1989. CUNHA, M. Noélia Rodrigues da. Praças de Fortaleza. Fortaleza: IOCE, 1990.

DANTAS, Eustógio, COSTA, Maria Clélia Lustosa, Silva, José B. da. De Cidade a Metrópole– (Trans) formações urbanas em Fortaleza. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

. Fortaleza: A Administração Lúcio Alcântara Março 1979. Fortaleza: Superintendência do Planejamento do Município – SUPLAM, 1982.

. Fortaleza: evolução urbana (1603–1979). Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1979.

. Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza – PLANDIRF – 1969/71. Fortaleza: PMF, 1971.

. Plano Diretor da Cidade de Fortaleza – 1963 (Lei nº 2128 – 20 de Março de 1963). Fortaleza: PMF, 1969.

DA BAUHAUS ao Caos. O Povo, Fortaleza, 14 de julho 1991, p. 01. DEMOLIÇÃO do Abrigo. O Povo, Fortaleza 04 de abril 1966, p. 01.

DIVIDIDO em duas etapas o projeto da Praça do Ferreira. O Povo, Fortaleza, 16 de julho 1968, p.08. EXÉRCITO ocupa a Praça do Ferreira. O Povo, Fortaleza, 01 de abril 1964, p. 01.

FERNANDES, José Alberto Rios. Urbanismo Comercial: A Experiência Portuguesa. Revista da Faculdade de Letras, v. 10, p. 105-125, 1994-95.

FORTALEZA EM FOTOS. Blogspot. Disponível em:

<<http://www.fortalezaemfotos.com.br/2013/05/os-bondes-e-o-passeio-publico.html>>. Acesso em: 15 set. 2017.

GIRÃO, Raimundo. Geografia estética de Fortaleza. Fortaleza: BNB, 1979.

GONDIM, Linda M. P. Os 'governos das mudanças' (1945 - 1996). In. SOUZA, Simone de (Org.).

Uma nova história do Ceará. 3. ed. rev. e atual. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004. INAUGURAÇÃO da Coluna da Hora. O Povo, Fortaleza, 06 de janeiro 1934, p. 01.

INAUGURADO o abrigo da Praça do Ferreira. O Povo, Fortaleza, 16 de novembro 1949, p. 01. LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

LOPES, Marciano. Royal Briar: A Fortaleza dos Anos 40. Fortaleza: Tipoprogresso, 1988. MACEDO, S. S.; ROBBIA, F. Praças brasileiras. São Paulo: Edusp, 2002

PONTE, Sebastião R. Fortaleza belle époque: Reforma urbana e controle social 1860 - 1930. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha. 2014.

RECRIANDO um símbolo. O Povo, Fortaleza, 30 de setembro 1965, p. 03.

REFORMA da Praça revoluciona trânsito: Protestos e elogios. O Povo, Fortaleza, 02 de julho 1968, p. 08.

SAMPAIO, Dorian. A Fortaleza de Juraci. Fortaleza: Anuário do Ceará Publicações, 1993. SANTOS, Milton. Espaço e método. São Paulo: Edusp, 2014.

SILVA, José B. da. Os incomodados não se retiram: Uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza. Fortaleza: Edições UFC 1991.

SOUZA, M. L. ABC do Desenvolvimento Urbano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Stúdio Nobel; FADESP, 1998.

VISITA ao Jornalista e Museólogo Miguel Angelo de Azevedo (Nirez) em 10/05/2017 e em 04/07/2018, com o intuito de acessar seu acervo fotográfico.

VISITA A Biblioteca Pública Governador Bezerra Pimentel no decorrer dos meses de abril e maio de 2018 para acessar seu acervo de microfilmes de periódicos do Jornal O Povo de sua Hemeroteca.

IDENTIFICAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS ASSOCIADOS AOS PROCESSOS (DES) VALORIZAÇÃO NA PRAIA DA CAPONGA, CEARÁ, BRASIL.

AQUINO, MARIANA CORREIA
Universidade Estadual do Ceará/Centro de Ciências e Tecnologia
Rua Francisco Carvalho Silva, 85 - Parquelândia, Fortaleza, Ceará, Brasil.
mcaquino2201@gmail.com

PINHEIRO, LIDRIANA DE SOUZA
Universidade Federal do Ceará/
Instituto de Ciências do Mar – LABOMAR
Av. Da Abolição, 3207 – Meireles, Fortaleza, Ceará, Brasil.
lidriana.lgco@gmail.com

RESUMO: A praia da Caponga, no litoral leste do Ceará com 70 km de Fortaleza, tem fácil acesso e na década de 80 teve bastante ascensão imobiliária, mas devido sua ocupação em áreas indevidas e sua dinâmica intensa a praia da Caponga, segundo Morais e Pinheiro (2004), está enfrentando erosão como resultado da ocupação inadequada, afetando desequilíbrios ambientais. Vale ressaltar que a degradação existente na Praia da Caponga houve diminuição tanto do fluxo de turistas, como também das áreas de lazer. As casas, pousadas e comércios estão perdendo valor de venda. Logo, a desvalorização do ambiente praiá foi intensificando com decorrer dos anos seguintes. A metodologia do trabalho consiste nas leituras bibliográficas dos autores que estudaram a área no intuito de estabelecer os processos costeiros identificados pelos mesmos. Para a escolha dos autores foi estabelecido os assuntos de acordo com sua obra e pelo seu grau de estudo em relação aos processos de erosão costeira no litoral da Caponga. Os dados foram compilados em forma de tabela, mostrando a afirmação pelo autor, causas e consequências. Os impactos ambientais são resultados das necessidades das ações antrópicas, levando a um ambiente cada vez mais escasso e desvalorizado ambientalmente, culturalmente e economicamente.

PALAVRAS-CHAVE: Impactos ambientais, processos costeiros, erosão e (des) valorização.

ABSTRACT: Caponga beach, on the east coast of Ceará, 70km from Fortaleza, has easy access and in the 1980 there was a real estate boom, but due to its occupation in undue areas and its intense dynamics, Caponga beach, according to Morais and Pinheiro (2004), is facing erosion as result of inappropriate occupation, affecting environmental imbalances. It is flow of tourist and the leisure areas. Houses, inns and shops are losing their sales value. Soon, the devaluation of the beach environment intensified over the following years. The methodology of the work consists of the bibliographic Reading of the authors who studied the area in order to establish the coastal processes identified by them. For the choice of authors, subjects were established according to their work and their degree of study in relation to coastal erosion processes on the coast of Caponga. The data were compiled in table, showing the statement by the author, causes and consequences. Environmental Impacts are the result of the needs of human actions, leading to an environment that is increasingly scarce and devalued environmentally, culturally and economically.

KEYWORDS: Environmental impacts, coastal processes, erosion and recovery.

INTRODUÇÃO

As faixas de praia estão sob pressão populacional em crescente escala, ocasionando mudanças no espaço geográfico da área estudada. As alterações na dinâmica de uso das áreas costeiras em sua grande maioria ocorreram sem limites de planejamento que viessem antever quadros de impactos assistidos na atualidade de forma catastrófica. Morais (2004) ainda afirma que esses processos ocorrem no estado do Ceará. Tais impactos e danos ambientais são oriundos da variação sazonal de direção do vento, ondas, a configuração de marés altas em swell, o barramento de corredores eólicos, e ocupação inadequada, onde pode ser identificado como as principais causas dos processos erosivos costeiros.

Para entender os processos erosivos no litoral cearense é necessário que enfatizemos o processo de ocupação do litoral cearense, onde Rodrigues (2006, p. 341) é enfático em afirmar que:

[...] historicamente, foi uma das principais regiões a serem colonizadas no Estado, por holandeses e portugueses. Sua ocupação vem ocorrendo de forma desregrada [...] A especulação imobiliária, o desenvolvimento do turismo, o crescimento desordenado dos núcleos populacionais e a incorporação de terras para agricultura observadas nos últimos anos, vêm provocando perdas na qualidade ambiental, influyendo no desequilíbrio ecológico e na degradação da qualidade de vida de boa parte da população.

Dantas (2006) enfoca o processo de litoralização, em sua terceira fase, foi por motivos turísticos. Esses motivos estão atrelados ao uso e ocupação em áreas dinâmicas e com alto índice de processos erosivos trazem o mal ordenamento e/ou gestão e conseqüentemente grandes impactos costeiros como é o caso da Praia da Caponga.

A área de estudo, se comporta no distrito de Cascável, na costa leste do Estado do Ceará, a 70 km. Esta praia tem fácil acesso e na década de 80 teve bastante ascensão imobiliária, mas devido sua ocupação em áreas indevidas e sua dinâmica intensa a praia da Caponga, segundo Morais e Pinheiro (2004), está enfrentando erosão como resultado da ocupação inadequada, afetando desequilíbrios ambientais.

Vale ressaltar que o quadro de degradação existente na Praia da Caponga, nota-se que houve diminuição tanto do fluxo de turistas, como também das áreas de lazer. As casas, pousadas e comércios estão perdendo valor de venda. O estreitamento da faixa de praia acarretou redução nas atividades turísticas e econômicas como as atividades da pesca. Logo, a desvalorização do ambiente praiá foi intensificando com decorrer dos anos seguintes.

O presente trabalho tem como objetivo de estabelecer uma ordem cronológica dos estudos da Caponga em relação aos processos costeiros e seus impactos ambientais, dando ênfase as suas causas e consequências, e conseqüente (des) valorização econômica.

Caracterização da área de estudo

Em relação ao contexto geológico e geomorfológico comporta em um ambiente de acumulação de formação Barreiras. Na área em estudo, os sedimentos dessa Formação encontram-se constituídos por arenitos siltico-argiloso, de coloração esbranquiçada a amarelada, friáveis, constituído predominantemente por grãos de quartzo, ocorrendo localmente níveis conglomeráticos dentro dessa sequência sedimentar (GOMES, 2003).

A área de estudo se comporta entre dois rios: Choró e Malcozinhado. Segundo Pinheiro (2000) nas proximidades das desembocaduras desses cursos fluviais, surge um sistema de falésias que movimentam o relevo, evidenciando a evolução paleogeográfica a partir das flutuações do nível relativo do mar. Tais rios contribuem para alimentação das praias e dunas frontais cuja enquadra-se Águas Belas e Caponga, principalmente o rio Malcozinhado onde em épocas de chuvas possuem maior vazão, devido o intervalo de perfis de maior faixa praiá (AQUINO, 2013), oriundos de sedimentos da Formação Barreiras. Agregado a isso, Freire et al., (1998), a Planície Litorânea do Ceará teria se originado pelo suprimento de areias provenientes da erosão de falésias da Formação Barreiras, bem como pelas variações do nível relativo do mar durante o Quaternário.

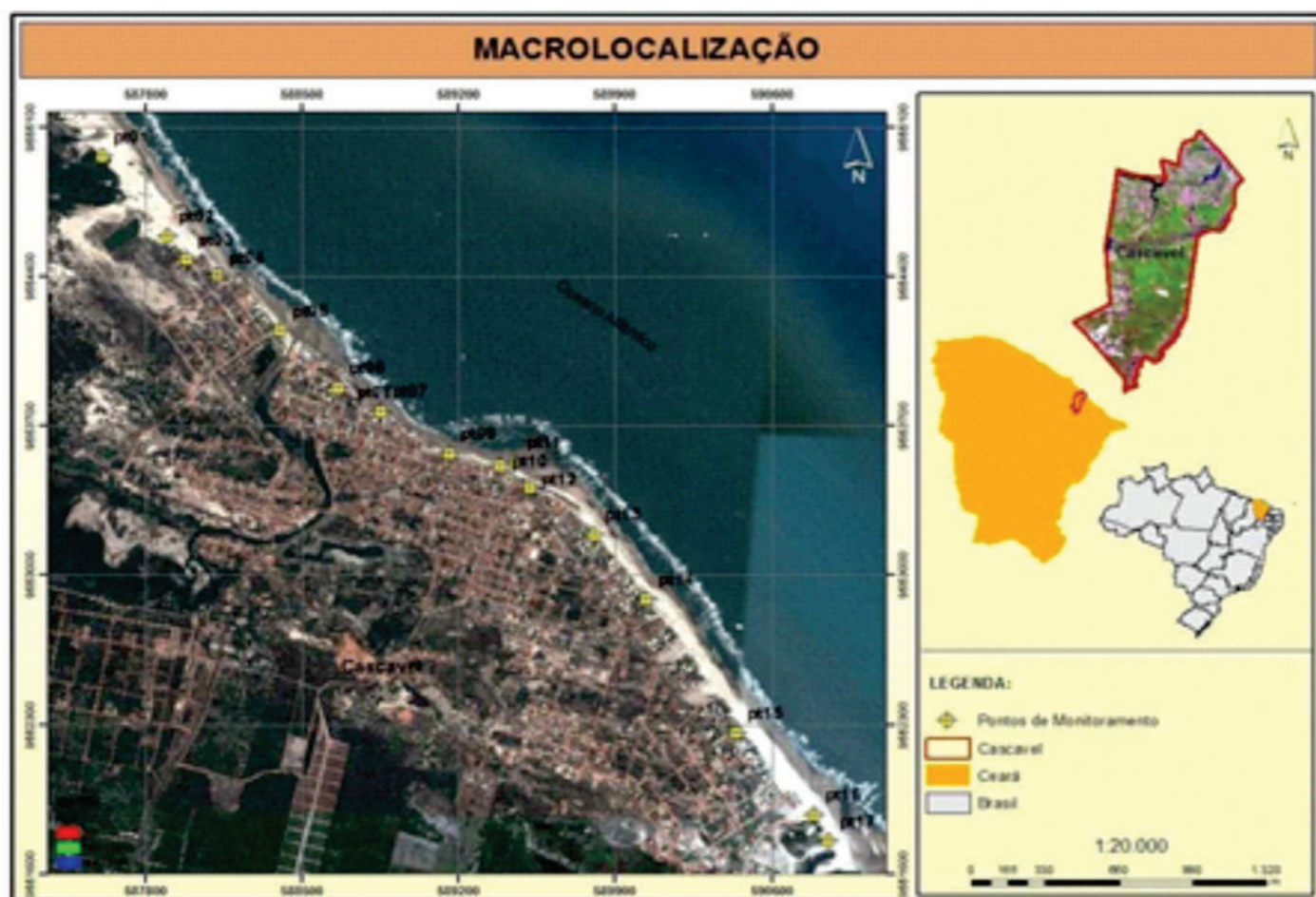
Estes ambientes possuem processos costeiros e dinâmica intensa que passaram por um processo evolutivo e modelados pela ação dos ventos, correntes, marés e ondas resultando nas principais feições fisiográficas como faixa litorânea, terraços marinhos e formação de dunas frontais e dunas fixas,

semifixas e móveis.

O processo de uso e ocupação da Praia da Caponga se deu na faixa litorânea, comportando pós-praia (dunas frontais e conjunto de tipo de dunas), berma, estirâncio e antepraia. Nas faixas de pós-praia e berma encontram-se ocupadas por equipamentos urbanos, o que desencadeou uma série de impactos que geraram erosão, colocando em risco as estruturas instaladas (MORAIS et al., 1992).

Já nas faixas de estirâncio e antepraia encontra-se presença de afloramentos rochosos no final da Praia da Caponga até Águas Belas. Segundo Russel (1962) apud Morais (1968) os beach-rocks são areias cimentadas próximas ao nível do lençol freático, onde as condições de temperaturas são altas, o que possibilitaria a precipitação do CaCO_3 (Carbonato de Cálcio) como cimento. Pinheiro (2000) afirma que essas rochas seriam evidências da migração do canal fluvial do Rio Malcozinhado e Caponga Roseira. A mesma autora afirma que em seus estudos o núcleo urbano de Caponga e Águas Belas desenvolveu-se sobre estes terraços, que nas proximidades da linha de costa estão sendo erodidos pela ação marinha e pela hidrodinâmica fluvial. Por fim as dunas, em quase toda a orla foi ocupada, presenciando em poucas regiões como o oeste da área estudada como afirma Pinheiro (2000) e na retaguarda das dunas móveis que estão colonizadas por uma vegetação arbórea-arbustiva segundo Maia (1997).

FIGURA 01: MAPA DE MACROLOCALIZAÇÃO. FONTE: ELABORADO PELO AUTOR. 2020.



METODOLOGIA

A metodologia do trabalho consiste nas leituras bibliográficas no intuito de estabelecer os processos costeiros identificados pelos mesmos, associando aos eventos de erosão e ao mesmo de va-

lorização ou desvalorização no ambiente litorâneo. Para a escolha dos autores foi estabelecido os assuntos de acordo com sua obra e pelo seu grau de estudo em relação aos processos de erosão costeira no litoral da Caponga.

As informações geradas pelos autores foram correlacionadas com as observações empíricas nos dias atuais e impactos ambientais, levando a discussões, através de causas e consequências. Os dados foram compilados em forma de tabela, mostrando a afirmação pelo autor, causas e consequências. Nesta tabela, há também a informação observada atualmente.

Com isso, pode-se concluir que com as tabelas é possível de analisar de forma ampla os processos costeiros juntamente com índice de desvalorização do ambiente litorâneo que ocorreram ao longo do período de 1950 à 2018, levando aos problemas atuais ou dos últimos 10 anos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Morais e Meireles (1992)

Neste trabalho foram identificados os impactos e danos costeiros, comportando em erosão na faixa de praia, danos e impactos nas edificações da faixa de praia e, por último redirecionamento e retenção do fluxo sedimentar.

De acordo com tabela 01, para os autores, os principais fatores que causam maior intensidade à erosão na faixa de praia se delimita em construções civis em local de domínio de maré, implantação de loteamentos na zona de berma e edificações ao longo da linha de costa. Vale ressaltar que tais fatores foram delimitados pelo seu grau de importância nos processos costeiros.

As construções civis localizadas em domínios de marés permitem o bloqueio dos transportes de sedimentos que alimentam a praia de forma transversal e longitudinal, que conseqüente falta retroalimentação de sedimentos das praias seguintes, implicando no balanço sedimentar em toda área de estudo, que proporcionou ainda mais os processos erosivos e de assoreamento. Em dias atuais, os mesmos processos ocorrem sendo ainda mais intensificados por essas construções, loteamentos, edificações e as grandes obras costeiras de contenção que não obtiveram gestão e planejamento na área de estudo.

Ondas com alta amplitude angular provoca para destruição nas edificações implantadas na faixa de praia e conseqüentes impactos costeiros como retirada ainda mais dos sedimentos para deriva litorânea. A força dessas ondas transporta grande volume de sedimentos para as zonas de antepraia, diminuindo ainda mais a faixa do litoral e aumentando destruição e impactos da presente praia. Em certos pontos da área de estudo as ondas atacam as estruturas urbanas, trazendo prejuízos a população local. Em marés de sizígia, o ambiente fica mais propício a mudanças, pois possuem maior energia na dinâmica costeira. Com isso, as ondas atingem a face de praia da região berma, provocando avalanches. Esses sedimentos carregados pela avalanche são transportados para zonas de estirâncio e antepraia, sendo levados pela deriva litorânea. Contudo, como há zonas de ocupação em certos pontos, os sedimentos ficam retidos não alimentando a praia sucessora ou as próprias zonas praias.

Por último, o redirecionamento e retenção do fluxo de sedimentar quando estão próximos às desembocaduras de canais e rios, em certos períodos do ano, formam cordões arenosos impede a entrada da maré, aumentando o poder erosivo das ondas, denominados spits, advindas pela deriva litorânea e pela desembocadura de canais e rios que desaguam no mar. Esse processo provoca o fenômeno long shore current, onde foram evidenciados através da morfologia da zona de berma, a qual conserva paleovales encaixados e paleomangues.

Outra característica marcante na Praia da Caponga é a presença de linha de beach rocks que atua como quebramar natural, ocorrendo os fenômenos de difração e reflexão das ondas. Com isso, o transporte sedimentar é redirecionado, modificando a morfologia de fundo entre estas rochas e a linha de maré alta. Esses processos, são comumente ainda vistos em dias atuais. Os pontos 09 e 10 têm uma grande perda sedimentar, ao contrário dos pontos 11 e 12 que sedimentam.

TABELA 01: IMPACTOS E CAUSAS ESTUDADAS POR MORAIS E MEIRELES (1992). FONTE: ELABORADO PELO AUTOR. 2020.

IMPACTO AMBIENTAL	CAUSAS	CONSEQÜÊNCIAS	PROCESSOS COSTEIROS
<i>Erosão na faixa de praia.</i>	Construção civil em locais de domínio de Maré.	Bloqueio do transporte de sedimentos.	Fatores costeiros que implica em tais fenômenos: Ventos e ondas.
	Implantação de Loteamentos na Zona de Berma.	Ausência de alimentação dos sedimentos de forma transversal.	
	Edificações ao longo da linha de costa.	Balanço sedimentar alterado.	
<i>Danos e impactos nas edificações da faixa de praia.</i>	Ondas com alta amplitude angular.	Grande volume de sedimentos transportado para deriva litorânea.	Fatores costeiros: Marés de Szigia e ondas do tipo swell.
<i>Redirecionamento e retenção do fluxo sedimentar.</i>	Proximidade do canal do rio Malcozinhado.	Fechamento de esporoes arenosos: spits.	Fatores costeiros: Linha de beach rocks, difração e reflexão de ondas e os ventos.

3.2 Pinheiro (2000 e 2003)

Para a autora os principais dos impactos ambientais identificados são erosão e diminuição na faixa de praia, danos nas estruturas urbanas na faixa de praia, obstrução de transporte de sedimentos para praias posteriores e erosão e ataque de ondas frontais nas zonas de berma e pós praias (Tabela 02). Esses impactos tangem a paisagem litorânea, trazendo mudanças no quadro da dinâmica costeira do ambiente.

As construções de casas, loteamentos e estradas provoca a remobilização dos sedimentos, facilitando a erosão eólica que quando associados aos cordões arenosos localizados na face de praia, migram e avançam sobre muros e estruturas existentes. Tal causa, conseqüentemente provoca o bloqueio dos sedimentos para alimentação das praias sucessoras ou a entrada dos sedimentos para formação de dunas alimentando os canais que estão circunvizinhos, que influencia na alimentação das mesmas. Esse fato ocorre ainda nos dias atuais de forma mais intensa, pois em certos pontos a sedimentação nas zonas de praias não são presentes, ficando esses sedimentos nas zonas de antepraia. A mudança do ângulo do sol em relação ao equador terrestre é responsável pela geração das marés excepcionais (Equinócio e Solstício), imprimindo tendências erosivas no perfil de uma praia. Estas variações são acentuadas quando o período de maiores amplitudes de marés coincide com o estabe-

lecimento dos equinócios. Nos estudos de Pinheiro (2000) em novembro a tendência erosiva foi mais intensa, com mobilização de sedimentos em todo o perfil praias e uma taxa de 12,83 m³/m, a maior registrada durante o monitoramento. Atualmente esses fatores são presenciados nos meses de junho e setembro, onde há maior perda sedimentar e faixa praia (Tabela 02).

Em frente ao núcleo urbano da Caponga foi verificada uma arrebenção de ondas com ângulo de 50° graus. Tais dados é resultado do fenômeno de difração de ondas, já citadas por Morais e Meireles (1992), que ocorre no pontal rochoso que ocasiona o maior ataque frontal de ondas, levando a destruições do alinhamento urbano de frente para a costa. A autora ainda ressalva que as áreas de contato direto com o mar deverão ser preservadas das intervenções relacionadas à expansão urbana, pois certamente acarretariam o esgotamento da sustentabilidade do ambiente, ocasionando a retomada dos processos erosivos na Caponga e em áreas adjacentes. As entradas de ondas do tipo swell, com direção predominante do quadrante norte. Essas ondas são responsáveis pela erosão do perfil de praia da Caponga, que ocasiona grande volume de sedimentos transportados para deriva litorânea, cuja duração verificada ao longo do ano é um caso atípico (Tabela 02).

Um fato que foi observado na praia da Caponga é a geração de uma corrente proveniente da difração do trem de onda na ponta rochosa, resultando em uma corrente circular e responsável pela sedimentação dos bancos arenosos na porção interna da linha de beach-rocks e a zona costeira estudada (Figura 02). Esse processo gera um perfil de praia característico de ambientes de turbulências, com as marcas de ondas (ripple marks) apresentando direções convergentes de transporte, que não leva o transporte de sedimentos para as praias posteriores e uma sedimentação maior, formando bancos arenosos submersos e emersos onde tem proteção natural de rochas (Tabela 02).

TABELA 02: IMPACTOS E CAUSAS ESTUDADAS POR PINHEIRO (2000 E 2003).

IMPACTO AMBIENTAL	CAUSAS	CONSEQÜÊNCIAS	PROCESSOS COSTEIROS
<i>Erosão e diminuição na faixa de praia.</i>	Construção de casas, loteamentos e estradas.	Erosão eólica Bloqueio do transporte de sedimentos.	Fator costeiros: Ventos e mobilidade de sedimentos
	Transição de Marés: Equinócio e Solstício.		
<i>Danos nas estruturas urbanas na faixa de praia.</i>	Difração de ondas e ondas do tipo swell.	grande volume de sedimentos transportado para deriva litorânea.	Fatores costeiros: Marés de Szigia e ondas do tipo swell.
	Ondas do tipo Swell.		
<i>Obstrução do transporte de sedimentos para praias posteriores.</i>	Trem de ondas na ponta rochosa.	Sedimentação dos bancos arenosos.	Fatores costeiros: ondas.
<i>Erosão e Ataque de ondas frontais</i>	Falta de manutenção no gabiões.	Pouca sedimentação na praias e ondas com alta amplitude.	Fatores costeiros: Correntes litorâneas e ondas.
	Ocupação nas zonas de estirâncio		

Fonte: Elaborado pelo autor.2020

3.3 Silva (2002)

Neste trabalho enfatizou-se muito o uso e ocupação que mobilizou vários tipos de impactos. Logo, as escolhas dessas causas foram para manter e ratificar a continuidade dos impactos ambien-

tais anteriores trabalhados pelos demais autores.

Com o aumento da especulação imobiliária na época dos anos 80, já mencionados por Pinheiro (2000), em seus estudos, a população residente começou a desocupar suas terras e loteamentos de frente para o mar no intuito de vender. Com isso, os nativos passaram a ocupar casas nas áreas adentrando o continente como em regiões nas imediações do Riacho Caponga Roseira. A vegetação de mangue foi retirada, em quase toda extensão da planície fluvio-marinha e o rio teve seu curso modificado. Na chegada a orla, próximo a ponte o Rio Caponga Roseira se bifurcava-se, deixando ao centro uma pequena ilha, levando ao assoreamento em um dos canais do rio. Logo, a ocupação nas margens do Rios Caponga Roseira provoca um stress ambiental, levando a poluição, assoreamentos, pouca vazão de sedimentos que por sua vez leva a orla. Vale ressaltar por Moraes, Meireles e Pinheiro que com fechamento deste canal, em certos períodos, provoca o aumento do poder das marés e ondas, levando o aparecimento, em certos pontos, de paleomangues associados os troncos de árvores.

O crescimento urbano em dunas e nos terraços holocênicos provocou erosão de elevadas magnitudes. No estudo, a autora prova através dos dados de Moraes et al., (1991 e 1992) que identificou em meados dos anos 90 um recuo de 100 metros. Pinheiro (2000) ressalva que nessa mesma área teve um recua de 70 metros, valendo ressaltar que os gabiões influenciaram na recuperação no período entre 1990 a 2000. Silva (2002) ainda ressalva que o processo de ocupação das dunas na beira-mar tem contribuído para o déficit de sedimentos na costa, destacando-se os processos de erosão a deposição, que resulta no emagrecimento da praia e conseqüentemente no recuo da linha média de preamar, comprometendo as instalações urbanas.

Na área central de Barra Nova, em frente ao mar observa-se que as casas de veraneio, pousadas e barracas de praia construídas na zona de berma estão com suas estruturas comprometidas pela ação de abrasão marinha e dinâmica estuarina. O comprometimento da beleza cênica e a instabilidade do equilíbrio litorâneo são resultados da intervenção antrópica nesse espaço, que provoca resultados negativos. Grande parte da ocupação urbana efetuadas na área em estudo foi realizada sem respeitar a sintonia visual da paisagem. Com as alterações de origem antrópica teve-se, em alguns pontos do litoral, a configuração de paisagens degradadas formadas por vegetação secundárias, lixos, aterros, inundações, etc. Perde-se então o valor visual da paisagem e qualquer referência com sua originalidade. A partir desse pressuposto pode-se dizer que atualmente a área de estudo está desvalorizada e com altos índices de prostituição, drogas e violência.

TABELA 03: IMPACTOS E CAUSAS ESTUDADAS POR SILVA (2002). FONTE: ELABORADO PELO AUTOR.2020

IMPACTO AMBIENTAL	CAUSAS	CONSEQÜÊNCIAS	PROCESSOS COSTEIROS
<i>Perdas de Estruturas Urbanas</i>	Falta de atenção do poder público.	Agravamento das condições dinâmicas do ambiente.	Fator costeiros: Ondas de maior energia.
<i>Danos ao meio ambiente: Poluição e doenças</i>	Lançamento de dejetos	Frequência baixa do turismo	Fator costeiros: Correntes de rios e oceanos.
<i>Descaracterização do ambiente praial</i>	Mala urbana inapropriada	Perda do ambiente natural	Fator costeiros: Dinâmica praial
<i>Urbanização exposta</i>	Avanço de ondas e marés	Destruição da malha urbana, Desvalorização do ambiente.	Fator costeiros: Ondas e Marés de maior energia.

3.4 Rocha (2008)

Para o autor as principais causas dos processos costeiros são: condição sazonal do ambiente, lançamentos de dejetos, malha urbana inapropriada e ondas e marés. Tais causas identificadas pelo autor contribuem nos impactos que em sua maioria já foram identificados por outros autores, alterando ou intensificando a paisagem litorânea, antes valorizada pelos nativos e usuários.

A morfologia até então suavizada por efeito dos gabiões implantados em 1999, aliados a um mar com clima de ondas relativamente calmo tornavam a praia propícia a atividade de banho de mar, sendo uma das atividades mais praticadas pelos visitantes do lugar. No entanto, as condições sazonais de ondas de maior energia (período de estiagem), do ano de 2007, e o desenvolvimento de práticas predatórias que danificaram as estruturas de contenção e a ausência do poder público que não interveio em tempo hábil podem ser responsáveis pelo agravamento das condições.

Lançamento de dejetos nos rios provoca danos à poluição e doenças para a população. Tais lançamentos são provindos de área urbanizadas nas margens do Rio Caponga Roseira. Com isso, pode-se concluir como consequência a desvalorização do ambiente litorâneo, não atraindo turistas e implicando na economia da região.

Vale salientar que as maneiras de disposição de resíduos sólidos empregados diferentes da coleta via serviço público representam risco potencial de contaminação dos aquíferos da região, considerando a alta permeabilidade dos terrenos porosos típicos da região, podendo causar sérios riscos à saúde humana, haja vista a larga utilização de água subterrânea para o abastecimento.

Atualmente a malha urbana encontra-se bem consolidada, caracterizando o ambiente natural, causando prejuízos estéticos e modificações paisagísticas consideráveis. Durante as preamares de sizígia o mar toca a malha urbana, e nesse trecho a ausência de praia não permite estabelecer limites de restrições e disciplinamento de uso como os propostos pelo Projeto Orla para áreas urbanizadas.

A orla em questão apresenta-se exposta à ação direta das ondas e marés, exceto pela presença de beach rocks em alguns trechos da praia, que funcionam como fatores de proteção. Também verificamos fortes sinais de retificação da linha de costa, sem a presença de reentrâncias ou sinuosidades na mesma. Pelo até então exposto podemos classificar a orla litorânea em questão como sendo do tipo Exposta Urbanizada, por estar submetida à ação imediata das ondas, não apresentar reentrâncias ou concavidades, possuir aparência retilínea, apresentar sedimentos que variam de areia fina à areia grossa e por possuir malha urbana consolidada.

Antes de concluirmos as informações supostas dos autores foram feitos levantamentos das informações geradas por Pinheiro (2000 e 2003) juntamente com informações empíricas atuais do ambiente litorâneo, levando a um quadro de informações em relação à erosão costeira e a desvalorização do ambiente (Tabela 04).

TABELA 04: IMPACTOS E CAUSAS ESTUDADAS POR ROCHA (2008). FONTE: ELABORADO PELO AUTOR.2020

IMPACTO AMBIENTAL	CAUSAS	CONSEQÜÊNCIA	PROCESSOS COSTEIROS
Erosão costeira	Interferência antrópica	Altera dinâmica Natural e gera prejuízos sociais	Fator costeiro: Ondas e Marés, Transporte de Sedimentos

Brindeiro (2018)

A erosão costeira na área estudada, Balbino (praia circunvizinha à área da Caponga), é mais impactante nas barracas de praia, por ser o setor instável e com uma maior interferência antrópica, fator que reflete na percepção dos usuários, haja vista que houve e há investimentos turísticos, comerciais e

casa de veraneio em toda a costa sendo prejudicados. Isso demonstra a sensibilidade desses sistemas naturais, onde, mesmo um processo de ocupação ainda incipiente, é capaz de alterar uma dinâmica natural e gerar prejuízos sociais (Tabela 05).

Tabela 05: Impactos e causas estudadas por Brindeiro (2018). Fonte: Elaborado pelo Autor.2020. Freitas (2018)

A autora identifica um principal impacto que se confirma em quase todos principais estudos a destruição e comprometimento físico das estruturas na faixa de praia. Tal impacto é causado pelo desenvolvimento acelerado urbano na década de 90, onde por sua vez ao passar dos anos o fenômeno de elevação do nível do mar e erosão costeira foram se intensificando, levando a prejuízos econômicos e estéticos no ambiente praias e por seguinte redução elevada de frequentadores na área estudada (Tabela 06).

TABELA 06: IMPACTOS E CAUSAS ESTUDADAS POR FREITAS (2018). FONTE: ELABORADO PELO AUTOR. 2020.

IMPACTO AMBIENTAL	CAUSAS	CONSEQUÊNCIAS	PROCESSOS COSTEIROS
<i>Destruição e comprometimento físico das estruturas na faixa de praia</i>	Desenvolvimento acelerado urbano	Prejuízos econômicos (desvalorização) e estéticos. Redução de frequentadores.	Fator costeiros: Elevação do nível do mar e Erosão.

Considerando as questões colocadas e comprovadas pela autora em seu estudo sobre elevação do nível do mar e os processos erosivos/inundação, é de extrema importância a discussão sobre a temática, visando melhor o gerenciamento costeiro principalmente na Praia da Caponga.

Discussão cronológica erosão costeira com (des) valorização no litoral

Assim, no presente artigo foi feito um histórico dos últimos 65 anos, o processo de (des) valorização do ambiente costeiro versus erosão costeira, para melhor entender a dinâmica do ambiente. Observa-se, de acordo com tabela 07, que nos anos de 50 a 90 teve uma grande ascensão em relação a valorização do ambiente, devido a procura estável da beleza cênica local, levando ao crescimento da economia e da urbanização. Nesse mesmo período as mudanças do ambiente foram sendo modificados, intensificando os processos costeiros, conseqüentemente a erosão praias, devido ao uso e ocupação urbana próxima à costa presente nos estudos dos autores citados acima.

No final dos anos 90 foram implantados espigões para conter a erosão e o ataque das ondas na linha frontal urbana. Tal medida mitigadora reabilitou a praia, porém com a falta de manutenção a erosão costeira foi reativada, dando um grau de desvalorização no litoral. Tais fatos levou a migração de casas, barracas e pousadas para a praia de Águas Belas nas décadas de 2000, 2010/2018, que por conta da praia da Caponga, sofre valorização baixa, apesar de ser uma praia passando por processo de especulação imobiliária.

Nos últimos 10 anos, de forma empírica, a área de estudo mostra um ambiente mais estável e se comporta de forma natural. Apresenta-se erosão com índices de naturalidade, porém com alta desvalorização, devido ao processo histórico erosivo, perdendo economicamente em todos setores.

TABELA 07: QUADRO DAS INFORMAÇÕES DE EVENTOS EROSÃO COSTEIRA E (DES) VALORIZAÇÃO DO AMBIENTE LITORÂNEO. FONTE: ELABORADO PELO AUTOR. 2020

CRONOLOGIA	DÉCADA DE 50-70	DÉCADA DE 80	DÉCADA DE 90	DÉCADA DE 2000	ANOS DE 2010-2018
AMBIENTE PRAIAL	Ambiente Natural	Ambiente Instável	Ambiente Instável	Ambiente Estável	Ambiente vem se comportando de forma natural
GRAU DE EROSAO	Erosão Natural	Erosão intensificada	Erosão contida por obras de contenção	Erosão contida por obras de contenção, porém com alto índice de perda de material	Erosão com índices de naturalidade
TIPOS DE ECONOMIA	Economia de subsistência	Casas de Veraneio	Crescimento de casa, comércios, pousadas, hotéis e clubes	Crescimento e migração de casas de veraneio para Águas Belas	Perda econômica em todos setores
GRAU DE VALORIZAÇÃO	Valorização alta	Valorização alta	Valorização alta	Valorização Baixa	Valorização Baixa

CONCLUSÃO

A partir da análise e discussão dos resultados, pode-se concluir que os principais fatores, identificados pelos autores, que influenciaram a mudança e a evolução das paisagens são os seguintes processos:

A característica marcante na Praia da Caponga é o fenômeno de difração de ondas na linha de beach rocks, levando a uma mudança no clima de ondas, conseqüentemente no transporte de sedimentos e no ataque de ondas frontais nas estruturas urbanas. Vale ressaltar que a sedimentação é levada tanto para o lado direito, atrás da linha de beach rocks e para as zonas de antepraia, formando bancos arenosos.

A ação antrópica influenciou na perda sedimentar em certos pontos, bloqueio do transporte de sedimentos, ataque de ondas frontais, perda do valor paisagístico, danos ambientais (doenças e poluição), descaracterização ambiental e perdas das estruturas urbanas. É importante dizer que o transporte de sedimentos causados pelos o trânsito de bugres na praia, também influenciou na perda na faixa de praia. Outra característica que marcou bastante a mudança da paisagem foi implantação de gabiões para conter a erosão, mas com a falta de manutenção nos últimos anos, a praia da Caponga tornou-se exposta a erosão, trazendo perdas nas estruturas urbanas. Tais características foram ressaltadas pelos autores, levando à seguinte conclusão: as implantações civis e governamentais são medidas mitigadoras sem planejamento territorial, acarretando em impactos ambientais e trazendo prejuízos aos residentes e usuários da praia estudada.

Tais causas levam-se as conclusões identificadas pelos autores presentes no presente artigo que os processos costeiros juntamente com as ações antrópicas no ambiente, acarretou não só mudanças na paisagem citados pelos dois primeiros estudos, mas também levou a mudanças na cultura e economia do ambiente litorâneo. Essas mudanças são resultados das necessidades das ações antrópicas, levando a um ambiente cada vez mais escasso e desvalorizado ambientalmente, culturalmente e economicamente.

Em relação à tabela de relação espaço-temporal entre valorização e erosão costeira indica que a desvalorização começou em meados da década de 2000, pois a falta de manutenção provocou processos erosivos intensos, não atraindo as pessoas para a área litorânea. Porém nos últimos 10 anos, observa-se um ambiente mais natural em relação a dinâmica costeira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aquino, Mariana Correia. Evolução e dinâmica socioambiental na praia da Caponga, Ceará, Brasil. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2013.
- Brindeiro, Francisco Oricélio da Silva. Erosão Costeira e Variabilidade da Linha de costa da Praia do Balbino, Cascavel, Ceará. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018.
- Dantas, E. W. C. "LITORIZAÇÃO" DO CEARÁ: Fortaleza, da "Capital do Sertão" a "Cidade do Sol". In: Litoral e Sertão: natureza e sociedade no nordeste brasileiro. José Borzachiello da Silva et al (orgs.). Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006.
- Freire, G.S.S. & Cavalcanti, V.M.M. A cobertura sedimentar Quaternária da Plataforma Continental do Estado do Ceará. Fortaleza: DNPM 10º Distrito/UFC. Dep. Geol. Lab. de Geol. Mar. Apl., 1998.
- Freitas, Larissa Plutarco. Vulnerabilidade Costeira da Praia da Caponga, Litoral Leste do Ceará. Monografia. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.
- Gomes, M. L. Aspectos hidrológicos, sedimentológicos e impactos ambientais na Lagoa Costeira do Rio Catu, Aquiraz, Ceará. 2003. 138p., Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2003.
- Maia, L. P. Estudo hidrológico-sedimentológico da praia do Meireles. Ceará: Universidade Federal do Ceará, 2002. 57 p. Technical report. 2002.
- Morai, J. O. De & Pinheiro, L. S. & Oliveira, G. G de. Erosive processes and economic valuation impacts at Caucaia Litoral, Northeastern Brazil. CARICOSTAS, Universidad Satiago de Cuba, 2004.
- Morais, J.O. & Meireles, A.J.A.1992. Riscos geológicos associados a dinâmica costeira na Praia da Caponga, Município de Cascavel, Estado do Ceará. Revista de geologia,5:139-144.
- Morais, J. O. De & Pinheiro, L. S. & Oliveira, G. G de. Erosive processes and economic valuation impacts at Caucaia Litoral, Northeastern Brazil. CARICOSTAS, Universidad Satiago de Cuba, 2004.
- Pinheiro, L. S. Compatibilização dos Processos Morfodinâmicos e Hidrodinâmicos com o uso e ocupação da praia da Caponga-Cascavel-CE. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2000.
- Pinheiro, L. S. Riscos e impactos ambientais no estuário do rio Malcozinhado, Cascavel – CE. Recife – PE, 2003. 235p. Tese doutorado em Oceanografia, universidade Federal de Pernambuco – UFPE.
- Rocha, G.C. Impactos socioambientais do processo de erosão costeira: subsídios ao planejamento e gestão na Praia da Caponga – Cascavel- CE. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2008.
- Rodrigues, José Manoel Mateo & Silva, Edson & Cavalcanti, Agostinho. Geoecologia da paisagem: uma análise geossistêmica da análise ambiental. Edições: Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.
- Morais, J.O. de - 1968 - Contribuição ao estudo das Beach-Rocks do Nordeste do Brasil. Trabs. Oceanog. Universidade Federal Pernambuco., Recife, 9 (11): 79-94. DOI: <https://doi.org/10.5914/tropocean.v9i1.2520>
- Silva, A. M & Schulz, H.E & Camargo, P. B. Erosão e Sedimentologia em Bacias Hidrográficas. USP. Centro de Energia Nuclear na Agricultura (Piracicaba, SP); USP- EESC São Carlos: Rima, 2003.

ARTIGO 1 (Janeiro 2021)

ÁREAS DE ATUAÇÃO PROFISIONAL PARA O ARQUITETO E URBANISTA

As áreas de atuação de um arquiteto são muitas. A realidade vai bem além daquela visão que temos de alguém meio técnico, meio artista sentado em frente a uma prancheta com réguas, lapiseiras e escalímetro espalhados por todos os lados. A arquitetura é uma profissão muito flexível e uma das mais promissoras, justamente pelas diversas possibilidades que apresenta.

Nos próximos anos, aliás, o arquiteto será um profissional ainda mais requisitado pelo mercado de trabalho. Já não é mais possível projetar um espaço público ou privado sem levar em conta a sustentabilidade e, para essas novas construções ambientalmente sustentáveis (e também para adaptar outras, já prontas, para esse novo padrão), o arquiteto é o profissional mais qualificado.

Se só essas duas razões não foram suficientes para você entender como é grande a área de atuação de um arquiteto, preparamos mais cinco exemplos que vão transformar suas dúvidas em certezas e a arquitetura na sua futura profissão! Vamos a eles:

1 – Urbanismo: a cidade útil e agradável

Como o nome indica, os arquitetos que trabalham nessa área se dedicam a transformar o espaço urbano em algo mais agradável e funcional. Edifícios, parques, monumentos públicos (no caso dos mais antigos, o arquiteto responsável costuma ser especialista em Patrimônio Histórico e restauração), parques, praças: se a tarefa é deixar a cidade mais bonita, confortável e útil, o urbanista é o profissional que se procura.

Os estudantes de Arquitetura que optarem por essa área devem saber que um diferencial é conhecer a legislação. Afinal, o profissional vai lidar com projetos públicos, licitações, Leis de Fomento à Cultura e outros tipos de trâmites que podem ser um pouco burocráticos em alguns momentos. Você estará um passo à frente se souber um pouco sobre leis ambientais, de loteamento urbano e outras.

Outra grande vantagem de se tornar um urbanista é que há muitas vagas no serviço público para essa profissão. Uma vez aprovado em um, você poderá se dedicar a deixar sua cidade mais útil e agradável e ainda levar uma vida confortável e com estabilidade profissional. Quem é que não quer misturar prazer e segurança no trabalho?

2 – Paisagismo: o homem e a natureza

Toda vez que um projeto envolve paisagem natural e espaços projetados, o profissional responsável é o paisagista. Essa área de atuação da arquitetura é uma das que mais têm se envolvido com as questões de sustentabilidade, o que a tornará muito requisitada nos próximos anos.

O mais comum é que o paisagista realize projetos de parques, bosques e jardins, mas ele também pode trabalhar com edifícios e outros tipos de construções mais complexas. Ele é um tipo de arquiteto com conhecimento das áreas de ecologia e botânica, e seu estudo envolve pensar ambientes externos que sejam, a um tempo, bonitos, funcionais e que intervenham o mínimo possível na paisagem natural, usando apenas o que ela tem de melhor no conceito estético da edificação.

3 – Comunicação visual: também uma das áreas de atuação de um arquiteto

A comunicação visual é um ramo da arquitetura que se aproxima bastante do marketing. O arquiteto que trabalha nessa área se encarrega de pensar a imagem de uma empresa por meio da sua identidade visual. Isso pode significar criar logomarcas, logotipos e até mesmo intervir em edifícios empresariais para elaborar uma boa imagem para seus clientes e funcionários.

Se você gosta de arquitetura, mas também tem uma quedinha pelo design e pela publicidade, acho que encontramos a sua nova profissão. Fique atento aos conceitos dessas duas áreas já durante a faculdade e o seu caminho será muito mais fácil. É bom acrescentar que as maiores oportunidades de trabalho do comunicador visual estão no setor privado. Se optar por essa área, você pode se transformar no arquiteto das corporações!

4 – Tecnologia da construção: o uso mais consciente dos materiais

A tecnologia de construção é uma área que envolve arquitetos e também engenheiros. Seu objetivo é ter um conhecimento mais aprofundado dos materiais utilizados na construção civil. Já sua função é a de classificar e avaliar o aproveitamento desses materiais, levando em consideração sua composição, preço, viabilidade e durabilidade.

É um dos ramos menos comuns de trabalho do arquiteto, mas é também uma área muito importante e muito valorizada no mercado de trabalho. Afinal, quanto maior o conhecimento sobre os materiais, melhor o aproveitamento que se pode fazer deles na obra, reduzindo custos e aumentando a vida útil do edifício.

Além disso, esse campo tem sido um dos que permitem a pesquisa de materiais recicláveis e reciclados e sua utilização na arquitetura e engenharia sustentável.

5 – Arquiteto de interiores: a técnica por trás da decoração

Existe uma área da atuação de um arquiteto especializada em projetar espaços internos de salas, escritórios ou mesmo o interior de casas e edifícios inteiros, deixando-os mais confortáveis e funcionais. Talvez você conheça isso como "decoração", mas o nome correto dessa profissão é design de interiores.

Essa área requer muita criatividade e senso estético, mas também uma constante atualização e adequação a orçamentos. O designer de interiores deve criar ambientes agradáveis e úteis organizando móveis, iluminação, tapetes e outros objetos de decoração. Como ele faz isso baseado em um orçamento fixo, é necessário que ele seja flexível e disciplinado ao mesmo tempo.

É uma área com bons salários, mas vale avisar que ela varia muito conforme a situação econômica do país. É que esse ramo é muito dependente da construção civil, que, por sua vez, costuma oscilar quando a economia vai mal.

Ao escolher a profissão de arquitetura e urbanismo, você vai entrar num mundo de profissionais de bom gosto, antenados e supercriativos. Além, claro, de optar por uma profissão muito requisitada no mercado de trabalho e que permite uma formação muito variada. Seja no paisagismo ou no urbanismo, projetando parques, logomarcas ou interiores de residências, a criatividade e o dedo artístico do arquiteto estão em quase todos os lugares!

Prof. Msc. Arqto. & Urb. Frederico Augusto
Nunes de Macêdo Costa

Coordenador Arquitetura e Urbanismo
Uniateneu/ Coordenador Design de Interiores
Uniateneu

ARTIGO 2 (Fevereiro 2021)

**PAPEL DO CONSELHO DE ARQUITETOS DO BRASIL
(CAU/BR), NO QUE TANGE AS ATRIBUIÇÕES
PROFISSIONAIS**

Arquitetos e urbanistas possuem já alguns anos, definidas as atividades que só podem ser realizadas por eles. O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), em cumprimento ao determinado pelo Artigo 3º da Lei 12.378/2010, definiu quais atribuições são privativas da profissão e não podem ser realizadas por outros profissionais. "O grande salto que estamos dando aqui é o estabelecimento claro do que é o campo profissional de Arquitetura e Urbanismo", explicou o Arquiteto e Urbanista Antônio Francisco de Oliveira, Coordenador da Comissão de Exercício Profissional do CAU/BR à época. A Resolução do CAU/BR entrou em vigor no dia 17 de julho de 2013.

O documento baseou-se em duas fontes principais: a Lei 12.378/2010, que regulamenta o exercício da profissão, e as diretrizes curriculares nacionais dos cursos de Arquitetura e Urbanismo. Divide as atividades privativas de arquitetos e urbanistas em seis grandes áreas: Arquitetura e Urbanismo; Arquitetura de Interiores; Arquitetura Paisagística; Patrimônio Histórico, Cultural e Artístico; Planejamento Urbano e Regional; e Conforto Ambiental.

Para facilitar a compreensão dos profissionais, a Resolução Nº 51 possui um glossário que explica de forma clara e objetiva os termos usados na norma. Veja abaixo alguns exemplos de atribuições exclusivas da profissão:

- projeto arquitetônico de edificação ou de reforma
- relatório técnico referente a memorial descritivo, caderno de especificações e de encargos e avaliação pós-ocupação
- projeto urbanístico e de parcelamento do solo mediante loteamento
- projeto de sistema viário urbano
- coordenação de equipes de planejamento urbano ou de regularização fundiária
- projeto de arquitetura de interiores
- projeto de arquitetura paisagística
- direção, supervisão e fiscalização de obras referentes à preservação do patrimônio histórico, cultural e artístico
- projetos de acessibilidade, iluminação e ergonomia em edificações e no espaço urbano

Pela regra, toda a parte de projetos, compatibilização com projetos complementares e qualquer função técnica relacionada à elaboração ou análise de projetos só podem ser realizadas por profissionais registrados no CAU. Também ficou definido que cursos de Arquitetura e Urbanismo, só podem ser coordenados por pessoas com esse tipo de formação na graduação. Desde 1933, quando foi fundado o sistema de regulação profissional, houve muitas áreas compartilhadas entre as profissões. Agora ficaram claras quais atividades são exclusivas de arquitetos e urbanistas e quais podem também

ser feitas por outros profissionais. Quem descumprir essas regras pode ser denunciado e multado por exercício ilegal da profissão. Desde o ano de 2012, o CAU/BR já havia regulamentado quais são todas as atividades que podem ser realizadas por arquitetos e urbanistas.

O presidente do CAU/BR à época, Haroldo Pinheiro, afirmou que "a aprovação da resolução pelo Plenário do CAU/BR é mais um passo que se dá na direção do restabelecimento das responsabilidades específicas dos arquitetos e urbanistas brasileiros e da melhor visibilidade da profissão por parte da sociedade".

Prof. Msc. Arqto. & Urb. Frederico Augusto
Nunes de Macêdo Costa

Coordenador Arquitetura e Urbanismo
Uniateneu/ Coordenador Design de Interiores
Uniateneu

ARTIGO 3 (MARÇO 2021)

**A IMPORTÂNCIA DA ARQUITETURA DE INTERIORES
PARA UMA EXISTÊNCIA DIGNA E COM QUALIDADE
DE VIDA**

A arquitetura de interiores ainda é vista como algo supérfluo e destinado apenas para pessoas que possuem muito dinheiro. Mas engana-se quem pensa assim. A preocupação com o design de interiores vai além de apresentar um ambiente bonito e pode impactar diretamente na qualidade de vida das pessoas.

Nos anos 80, a decoração ainda estava na lista dos itens desnecessários. Hoje sabe-se que o bom aproveitamento dos ambientes é essencial para ampliar o bem-estar e a produtividade das pessoas. Um bom projeto de interiores não pensa apenas na beleza do espaço, mas proporciona que cada ambiente seja desfrutado ao máximo, aliando design, conforto e praticidade.

- Organização:

Um ambiente bem pensado nos permite uma maior organização, principalmente quando incorporamos armários e estantes na decoração. Quando nossa casa está bem harmonizada e organizada, não temos dificuldades para encontrar o que buscamos. Por exemplo, um armário planejado em nosso quarto facilita a organização de nossas roupas e objetos pessoais. Na prática, esta organização vai poupar tempo, reduzir o estresse e permitir que possamos usar mais as peças do nosso guarda-roupa. O mesmo vale para outros cômodos da casa, como cozinha, lavanderia, home office, entre outros.

- Prazer em receber:

Num mundo onde tudo é muito acelerado, o prazer de se relacionar bem com sua própria casa já gera um conforto que se reflete na forma em que nos relacionamos com os amigos e familiares. Uma casa bem planejada e que traga a nossa personalidade nos detalhes é um convite ao convívio com quem a gente gosta. Por isso é tão importante pensar os espaços, sobretudo aqueles voltados para a convivência, como é o caso das salas, varandas e espaços externos. Móveis, acessórios e acabamentos escolhidos na medida certa darão o diferencial necessário para tornar os ambientes acolhedores e confortáveis para moradores e visitantes.

- Planejamento é fundamental:

Ter cuidado na escolha dos móveis que vão compor a decoração de um ambiente é fundamental. Um móvel que seja desconfortável, como um sofá ou uma cadeira, pode causar dores e sensação de cansaço. E precisamos lembrar que vamos ter que nos relacionar com esses móveis todos os dias. Por isso, devemos considerar o tamanho e peso das pessoas que vão usar aquele móvel no momento da escolha. Um ambiente mal planejado pode interferir diretamente em nosso cotidiano. Por exemplo, quando colocamos uma grande quantidade de móveis, sem pensar na harmonia do cômodo, a casa pode transmitir a sensação de bagunça, o que gera um estresse. E mais: ambientes muito cheios de móveis e acessórios podem favorecer pequenos acidentes, como tropeçar ou colidir com algum dos itens da decoração.

- Influência das cores:

Pode parecer besteira, mas as cores provocam respostas variadas ao nosso sistema nervoso. É dessa forma que elas alteram nossas emoções e influenciam em nosso humor. Por isso, é importante definir a funcionalidade do ambiente antes de escolher a sua cor.

Enquanto a cor vermelha causa uma sensação de fome e nos estimula, a cor laranja incentiva a criatividade e gera bem-estar e alegria. Se você busca por um clima de calma e relaxamento, as cores verde e azul são ideais. Porém, elas podem proporcionar uma sensação de monotonia e vazio, se usadas em excesso.

Caso você esteja decorando um ambiente em que será necessária mais atenção ou relaxamento, é sempre bom evitar as cores vivas e optar por tons pastéis. Esse é o caso do quarto ou de um home office, por exemplo.

- Decoração também é identidade:

O nosso estilo reflete a nossa personalidade. Esse toque pessoal está presente na forma em que nos vestimos e também na forma em que decoramos um imóvel. Essa identidade reflete aquilo que nós somos, o nosso jeito de ser e nossas crenças e preferências. Móveis, acessórios e cores são escolhidos de acordo com o nosso gosto, o que garante o toque pessoal de cada decoração. Sentir a nossa identidade em um ambiente facilita a sensação de relaxamento e pertencimento, ideais para o nosso descanso diário. Além disso, quem melhor do que os moradores da casa para dizer como será a funcionalidade de um ambiente?

É seguindo essa linha de identidade proporcionada pela decoração que incorporamos (ou não) elementos religiosos, espirituais e até de nosso estilo de vida na decoração da casa. E podemos fazer isso inserindo representações religiosas, símbolos folclóricos, equipamentos esportivos ou elementos regionalistas, além de acessórios que remetam ao nosso time de futebol, por exemplo. Por isso, sempre que ouvir alguma dica de decoração ou contratar um profissional para lhe ajudar a criar um ambiente de interior, não se esqueça de combinar as orientações técnicas com o seu estilo e personalidade.

Prof. Msc. Arqto. & Urb. Frederico Augusto
Nunes de Macêdo Costa

Coordenador Arquitetura e Urbanismo
Uniateneu/ Coordenador Design de Interiores
Uniateneu

ARTIGO 4 (ABRIL 2021)

**O DEBATE DOS ARQUITETOS E URBANISTAS SOBRE
A CIDADE EM SEU CONTEXTO PANDÊMICO**

A disseminação de lives e webinars, nesse momento de isolamento social tem sido uma oportunidade para debates e novos conhecimentos profissionais na área de Arquitetura e Urbanismo. A tragédia de proporções globais que se abateu sobre o planeta têm, colocado a comunidade científica, acadêmica e todas as esferas profissionais em estado de alerta ante as dimensões desse desafio a ser enfrentado, bem como reuniu arquitetos e urbanistas, estudantes, professores e outros interessados na discussão sobre as cidades e sua relação com o coronavírus e o que virá quando do pós-pandemia. Por causa de todos os esforços mundialmente deflagrados terem se voltado, para desenvolverem formas de contenção ao alastramento dessa pandemia, não permitiu ter-se tempo considerável para se conjecturar sobre o futuro pós – pandêmico das sociedades e de suas dinâmicas sócio – espaciais, inseridas na produção do espaço urbano. É fato que ainda não há uma "receita" para o futuro das cidades, mas muitas ideias, reflexões e elucubrações surgiram, e a constatação de que o modelo atual está superado, me parece ser um consenso geral.

Me parece lógico constatar que as cidades não fracassaram, mas que precisam de mudanças urgentes, inclusive agora, no enfrentamento do coronavírus. Devemos admitir a mais completa incapacidade das nações para lidar com uma doença em escala global, e a forma como todos foram impactados e tendo suas deficiências em relação a forma de gestão expostas e colocadas ao senso crítico da coletividade. Mas devemos observar também que em até nos maiores reveses poderemos internalizar e apreender algo de positivo, produtivo e útil. Se as cidades a primeira vista parecem ter fracassado ante a essa pandemia como a que estamos vivendo, não devemos portanto ter dúvidas que essas mesmas cidades serão as primeiras e terão as melhores condições para superá-la!

O papel dos arquitetos e urbanistas brasileiros no manejo e na produção da densidade das cidades, a precariedade das moradias nas periferias das cidades brasileiras e a atuação conjunta do Estado, do setor privado e da sociedade civil organizada são elementos variáveis que deveriam trabalhar direcionalmente concomitantes, mas que muitas vezes se encontram em condições de antagonismo e que potencializam e agravam o quadro de mortandade causado por essa pandemia. Precisamos ter a consciência da importância da cooperação interfederativa e das políticas públicas "conversarem" com os territórios e com os segmentos organizados da sociedade que estão atuando na prevenção do coronavírus.

A pandemia é um processo global, mas tem suas especificidades em cada território aonde se manifesta. Falo não só da pandemia, mas dela chegando nesse momento da história, nesse estágio de desenvolvimento do urbanismo, nesse momento que já era de crise – política, ambiental, civilizatória, de paradigmas!

O coronavírus, ao invadir todas as esferas da vida humana, trouxe também novas questões ou ainda não as trouxe, para as quais precisam ser construídas novos quadros de referência que não são, necessariamente, disciplinares. Não ter dados disponibilizados é não ter a possibilidade de avançar na produção do conhecimento. Infelizmente existem questões que não foram causadas pelo coronavírus, mas que, por estarem histórica e geograficamente no território brasileiro de forma perversa, fazem com que o impacto da pandemia tenha contornos distintos no Brasil, daqueles de outros países e cidades.

Prof. Msc. Arqto. & Urb. Frederico Augusto
Nunes de Macêdo Costa

Coordenador Arquitetura e Urbanismo
Uniateneu/ Coordenador Design de Interiores
Uniateneu

ARTIGO 5 (MAIO 2021)

**VITRÚVIO: PRÁTICAS CONTEMPORÂNEAS DE UM
ARQUITETO PRETÉRITO**

O Tratado de Arquitetura de Vitruvius se apresenta como única obra teórica sobre a arquitetura greco-romana, legada pela Antiguidade. Portanto, ele se caracteriza, por si só, como uma fonte singular, que exerce grande influência em todos os profissionais e estudiosos. Entretanto, o tratado se destaca em importância por também possibilitar novas leituras históricas, uma vez que compreende conhecimentos que se manifestam além das técnicas e práticas arquitetônicas e construtivas, ao oferecer em seus prefácios/preâmbulos e capítulos uma escrita com caráter autobiográfico, detentora da escrita de si.

Marco Vitruvius Pollio viveu no século I a.C. Ele foi arquiteto, engenheiro, agrimensor, pesquisador e teórico romano. Vitruvius ficou conhecido pelo tratado Da Arquitetura, em dez

volumes, única obra teórica de arquitetura que nos legou a Antiguidade. Estudos apontam que o autor nasceu provavelmente em 88 a.C. e faleceu em 26 a.C., período marcado por alterações fundamentais na arquitetura romana.

O Tratado de Arquitetura de Vitruvius é composto por dez livros, com informações sobre arquitetura, planejamento urbano, ordens gregas, técnicas, edifícios públicos e privados,

materiais de construção, descrição de mecanismos de aplicação civil e militar, relógios e máquinas hidráulicas. Existem registros de que desenhos acompanhavam a obra, porém todas

as ilustrações do autor sobre as descrições foram perdidas. A obra se caracteriza por ser a primeira teorização desenvolvida sobre arquitetura, manual de urbanismo, construção,

decoração e engenharia que se conhece.

A obra "Da Arquitetura", escrita no século I a.C., configura-se como o mais antigo tratado sobre arquitetura que chegou até nós. Contudo, esse tratado acolhe uma série de escritos gregos sobre a arquitetura, esboçando a concepção e as intenções dos seus construtores. O tratado de Vitruvius se configura como um testemunho fundamental e significativo da regulamentação política e social romana no campo artístico e construtivo.

A sua estrutura analítica do processo de criação arquitetônica: Venustas (estética), firmitas (técnicas construtivas) e utilitas (funcionalidade), formam a tríade e estrutura basilar para qualquer projeto de arquitetura da contemporaneidade.

A obra de Vitruvius fornece ao leitor uma compreensão mais aprofundada sobre as técnicas da arquitetura romana. Sua obra resistiu ao devir histórico e nos transmite o conceito de antiguidade dos indivíduos em seu período, informando sobre as intenções dos novos comportamentos artísticos, arquitetônicos e ornamentais. Ela permite-nos uma reflexão teórica única sobre o urbanismo, a arquitetura e a decoração dos edifícios da época, apresentadas pelas propostas vitruvianas e vinculadas também ao pensamento construtor da civilização romana em um dos seus períodos áureos – contextualizadas no domínio da "Pax Romana", pelo mundo antigo junto à sociedade e às artes de culturas sob influência romana, revelando sua importância contemporânea às realizações clássicas e às épocas que se sucederam.

Prof. Msc. Arqto. & Urb. Frederico Augusto
Nunes de Macêdo Costa

Coordenador Arquitetura e Urbanismo
Uniateneu/ Coordenador Design de Interiores
Uniateneu

ARTIGO 6 (JUNHO 2021)

GEOPROCESSAMENTO E O URBANISMO

Diversas informações necessárias a um pleno conhecimento do território são espacialmente distribuídas. Sem um amplo conhecimento destas é extremamente difícil para a administração pública realizar um adequado planejamento. Nesse contexto, o uso de Sistemas de Informações Geográficas (SIG) tem se apresentado bastante eficaz para possibilitar aos gestores uma visão mais completa sobre os municípios e auxiliando nas tomadas de decisões.

O Planejamento Urbano possui dois fatores cruciais no modo de pensar e agir sobre a cidade. O primeiro é assumir a cidade como um processo contínuo. O planejamento, dentro dessa concepção, é entendido como um processo-subsídio a tomadas de decisões que têm a função de transformar a cidade de acordo com objetivos pré-estabelecidos. O segundo é a entrada em cena de contribuições vindas de outras disciplinas, tais como a sociologia, a geografia e a economia. Assim o Planejamento Urbano assumiu característica multidisciplinar ao longo do tempo.

As principais áreas de atuação do Estado nessas aglomerações urbanas são a provisão de infraestrutura e a regulação do uso do espaço, visando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à injustiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, conforme o Estatuto da Cidade.

O Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257, em 10 de julho de 2001) é a lei que regulamenta a política urbana nacional, expressa nos artigos 182 e 183 da Constituição Federal. Ele é fruto de anos de discussões e seu principal objetivo é garantir o direito de todos à cidade, ou seja, às riquezas naturais, aos serviços, à infra-estrutura e à qualidade de vida.

Nesse contexto, o uso de Sistemas de Informações Geográficas (SIG), comumente conhecido como geoprocessamento, tem se apresentado bastante eficaz para possibilitar aos gestores uma visão mais completa sobre os municípios e auxiliando nas tomadas de decisões.

O Geoprocessamento, popularizado com o Google Earth, os automóveis e celulares com receptores GNSS (Global Navigation Satellite System) e as imagens de satélite, consiste em uma tecnologia que vem sendo largamente utilizada no apoio às decisões em Políticas Públicas.

As possibilidades de aplicações referem-se ao mapeamento do uso do solo urbano em classes detalhadas; à estimativa populacional por bairro, através da contagem de unidades residenciais; identificação, mapeamento, análise de loteamentos clandestinos e a elaboração de propostas preliminares de regularização urbanística desses loteamentos; mapeamento da segregação residencial; estimativa de áreas impermeabilizadas; mapeamento dos vazios urbanos; discriminação de densidades construtivas, entre outras. Deste modo, o grande conjunto de informações exigidas para o plano diretor, que permite identificar as zonas onde se pretenda incentivar, coibir ou qualificar a ocupação, zonas onde se pretenda induzir ou restringir determinados usos do solo, regiões que se queira povoar ou repovoar, regiões com vazios urbanos que se queiram ocupar, áreas de interesse ambiental ou paisagístico, áreas que deverão ser submetidas à regularização fundiária e urbanística, áreas em que excepcionalmente a população residente será removida, tem nas imagens orbitais atualmente disponíveis uma fonte de dados imprescindível.

No entanto, há dificuldades em se implementar tais tecnologias, os principais obstáculos em países em desenvolvimento são a capacitação profissional, o desconhecimento das tecnologias, a falta de cooperação entre diferentes esferas do Estado, além das dificuldades financeiras. Mas levantamentos estatísticos realizados em países desenvolvidos e também em países da América Latina revelam alto índice de benefício sobre custo, refletindo diretamente na qualidade de vida dos munícipes e no aumento da arrecadação municipal.

Em diversos locais do Brasil e do mundo o Geoprocessamento tem se mostrado útil em atividades que visam a fins de construção e de melhoria. Ao passo em que os gestores públicos no Brasil tenham acesso a tais tecnologias, certamente as possibilidades exemplificadas neste trabalho abarcarão um contingente cada vez maior de cidadãos.

Prof. Msc. Arqto. & Urb. Frederico Augusto
Nunes de Macêdo Costa

Coordenador Arquitetura e Urbanismo
Uniateneu/ Coordenador Design de Interiores
Uniateneu



1ª SEARA
SEMANA DE ARQUITETURA ATENEU
DERIVAS URBANAS

ANAIS DA
1ª SEMANA
DE ARQUITETURA E URBANISMO
DA ATENEU – SEARA/ **UNIATENEU 2019**

ANAIS DA 1ª SEMANA DE ARQUITETURA E URBANISMO DA ATENEU – SEARA/UNIATENEU 2019

Uma das grandes missões de um evento acadêmico é disseminar o conhecimento e incentivar a produção científica, certo? Para que as ideias compartilhadas presencialmente não se percam, são produzidos os anais de eventos.

As pesquisas apresentadas no evento são geralmente publicadas em um documento chamado Anais de Evento. Logo, os Anais de um evento nada mais são que uma coleção de trabalhos científicos publicados no contexto de uma atividade acadêmica.

Anais de eventos ou, em inglês, “conference proceedings”, são uma coleção de todos os trabalhos, palestras, mesas-redondas e qualquer outro tipo de conhecimento produzido em um evento científico. São documentos que compilam todo o conteúdo gerado, debatido, produzido e apresentado em um evento. Isto é, todos os resumos, trabalhos apresentados, palestras e conferências.

O documento inclui, além dos trabalhos, os nomes de autores, avaliadores e participantes que contribuíram de alguma forma para que aquele conteúdo fosse gerado. A publicação dos anais preserva e eterniza todo o conhecimento científico que foi produzido por um evento.

Ao publicar um trabalho em anais, além da publicação e da divulgação do conteúdo, você estará trazendo também visibilidade para o autor. Os autores podem, inclusive, anexá-lo ao seu currículo Lattes.

Com isso, o conteúdo do evento se torna público, acessível para todos os profissionais do meio científico que tenham algum interesse nele, ampliando o seu impacto.

Os alunos e profissionais que não compareceram ao evento terão acesso rápido e prático ao seu conteúdo. Contribuindo para a reputação e imagem do evento, gerando visibilidade e autoridade.

A publicação dos anais contribui para a construção da história de grandes eventos e, principalmente, para o desenvolvimento do meio científico em suas diversas ramificações. É por meio da publicação dos anais que os assuntos discutidos no evento podem ser compartilhados com mais pesquisadores e com a sociedade. Eles ficam disponíveis e acessíveis para consulta.

Além disso, os anais permitem a publicação e divulgação de pesquisas e descobertas científicas, funcionando como meio de divulgação. Eles são também uma ferramenta essencial para pesquisadores e estudantes, já que a publicação correta dos anais garante aos autores dos artigos registro no Currículo Lattes.

Eventos acadêmicos que publicam anais

estimulam ainda a produção científica dos participantes. Assim, eles saem da posição de ouvintes e vão à posição de colaboradores na construção do conhecimento.

Segue agora informações de nossa 1ª Semana de Arquitetura e Urbanismo Ateneu –SEARA/Uniateneu, que ocorreu entre os dias 06 a 10 de maio de 2019, com imagens dos folders promocional e programação de atividades, bem como imagens e registros das atividades diárias:



Folder 01: Cartaz Promocional I SEARA



Folder 02: Cartaz da Programação I SEARA

I SEARA – I Semana da Arquitetura e Urbanismo Uniateneu. PROGRAMAÇÃO

1º DIA: 06/05/2019

14h00 – Abertura da I SEARA com o Pro-Reitor Acadêmico Prof. Valdir Alves Godoy;

14h25 – Abertura das atividades com Conselheiros do CAU/CE, representando o então Presidente, o Arquiteto e Urbanista Napoleão Ferreira da Silva Neto (triênio 2018-2020);

14h50 – Início das apresentações com o Coordenador do Curso de Arquitetura e Urbanismo – Uniateneu Prof. MsC. Arqto. & Urb. Frederico Augusto Nunes de Macêdo Costa: “Dia dos novos Arquitetos e Urbanistas”;

15h00: Arqta. & Urb. Fernanda Batista Reis (FIC/ESTÁCIO) – Tema: Centro de acolhimento, reabilitação e bem estar para cães e gatos em situação de abandono;

15h30: Arqta. & Urb. Viviane Ribeiro de Vasconcelos (UNIFOR) – Tema: Arquitetura habitacional de interesse social: Residencial Porangabussu;

16h00: Arqta. & Urb. Erika Soares Mota de Araújo (FIC/ESTÁCIO) – Tema: “Requalificação Autódromo Internacional Virgílio Távora – Eusébio, CE”;

16h30: Arqto. & Urb. Agostinho Castelo Melo Aguiar (FIC/ESTÁCIO) – Tema: Centro intermodal da Parangaba;

17h00: Arqto. & Urb. Kilder Távora Teixeira (FIC/ESTÁCIO) – Tema: Centro de Apoio ao morador de rua: Fazenda Urbana como reintegração social e econômica no bairro Moura Brasil em Fortaleza;

2º DIA: 07/05/2019

14h00 – Abertura das atividades com o Prof. MsC. Arqto. & Urb. Frederico Augusto Nunes de Macêdo Costa (mediador);

14h00: 1ª Palestra: Prof. MsC. Arqto. & Urb. Frederico Augusto Nunes de Macêdo Costa – Tema: A importância dos espaços públicos;

15h00: Apresentação das dissertações das professoras do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Uniateneu (Profa MsC. Arqta. & Urb. Germana de Lima Girão Andrade, Profa Dra. Arqta. & Urb. Nara Diogo Marinho e Profa MsC. Arqta. & Urb. Simone Menezes Mendes),

sobre Planejamento estratégico, Praças públicas e história da ocupação urbana de Fortaleza;

3º DIA: 08/05/2019

14h00 – Abertura das atividades com o Prof. MsC. Arqto & Urb. Frederico Augusto Nunes de Macêdo Costa (mediador);

14h15: Início da mesa redonda com uma introdução do Prof. MsC. Arqto. & Urb. Frederico Augusto Nunes de Macêdo Costa – Tema: “Derivas urbanas”;

15h00: Mesa Redonda com o Economista Dr. Prof. José Meneleu Neto (PROPGEO/UECE) e o Geógrafo Urbano Dr. Prof. Wagner Vinicius Amorim (PROPGEO/UECE);

4º DIA: 09/05/2019

14h00 – Abertura das apresentações com o Prof. Esp. Arqto. & Urb. Carlos Duarte Gomes Vidal (mediador);

14h15: 1ª Palestra – Prof. Eng. Márcio Salomão Silva Rios: Certificação LEED;

15h30: 2ª Palestra – Arqta. & Urb. Cecília de Sá Nóbrega Vidal: Design de Interiores;

16h45: 3ª Palestra – Arqta. & Urb. Nícia Paes Bormann: Paisagismo;

OBS.: Apresentação em paralelo as palestras dos Arquitetos Convidados, de maquetes de estudo e conceituais do Prof. Esp. Arqto. & Urb. Carlos Duarte Gomes Vidal;

5º DIA: 10/05/2019

14h00: Abertura das atividades com o Prof. Esp. Arqto. & Urb. Tiago Farias Lopes (mediador);

14h15: Apresentação dos estudos preliminares dos alunos do 5º semestre da disciplina de Projeto Arquitetônico Residencial;

16h30: Lançamento da revista eletrônica do curso de arquitetura e urbanismo “Derivas Urbanas” (Prof MsC. Arqto. & Urb. Frederico Augusto Nunes de Macêdo Costa);

17h00: Encerramento;

5º dia



As atividades da semana de Arquitetura se encerram com a apresentação dos trabalhos dos alunos de Projeto Arquitetônico Residencial. As maquetes deram o tom e complementaram as apresentações dos projetos. Final da I SEARA com os Profs Fred Macêdo, Tiago Lopes e Carlos Vidal com os alunos que apresentaram seus trabalhos.



3º dia



O Prof. Fred Macêdo fazendo a abertura das atividades com a palestra "Derivas Urbanas". No decorrer das atividades, aconteceu a mesa redonda sobre planejamento urbano, com o economista e Prof. Dr. José Me-nleu e o geógrafo Prof. Dr. Wagner Amorin, ambos da UECE.

As Profas. Simone Mendes e Germana Girão respectivamente apresentando suas dissertações de mestrado, sobre a História da ocupação urbana de Fortaleza e Praças Públicas respectivamente. Reunião dos Profs. Fred Macêdo, Maria Estela, Simone Mendes, Nara Diogo e Carlos Vidal com alguns alunos de Arquitetura e Urbanismo ao término do 3º dia.

2º dia



Palestras com a Arquiteta de Interiores Cecilia de Sá e a Arquite-ta Paisagista Nícia Bormann, respectivamente, ao fundo com a presença de nossas profas. Simone Mendes, Nara Diogo e Ger-mana Girão. Nícia Bormann nos fala sobre paisagismo. Registro fotográfico da Arquiteta Cecilia de Sá e o Prof. Fred Macêdo

1º dia



1º Dia: Abertura da I SEARA com a presença do CAU/CE repre-sentados por dois de seus conselheiros. Sem registro fotográfico. Apresentação de jovens arquitetos Erika Soares e Agostinho Castelo, recém-egressos de suas instituições de ensino, apre-sentando seus TCC's, Requalificação do Autódromo Virgílio Távora e Centro Intermodal da Parangaba respectivamente.

4º dia



